

Aula 00

*TJ-RS (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Constitucional*

Autor:
Tulio Lages

27 de Novembro de 2024

Índice

1) Apresentação - Túlio Lages	3
2) O que é mais cobrado no assunto - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - FGV - Nível Superior	5
3) Roteiro de Revisão - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	6
4) Aposta Estratégica - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - FGV - Nível Superior	70
5) Questões Estratégicas - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - FGV	73
6) Questionário de Revisão - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	110
7) Lista de Questões Estratégicas - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - FGV	131
8) Caderno de Jurisprudência Complementar - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	147
9) Referências Bibliográficas	175



APRESENTAÇÃO

Olá!

Sou o professor Túlio Lages e, com imensa satisfação, serei o seu analista do Passo Estratégico!

Para que você conheça um pouco sobre mim, segue um resumo da minha experiência profissional, acadêmica e como concurseiro:

Coordenador e Analista do Passo Estratégico - disciplinas: Direito Constitucional e Administrativo.

Auditor do TCU desde 2012, tendo sido aprovado e nomeado para o mesmo cargo nos concursos de 2011 (14º lugar nacional) e 2013 (47º lugar nacional).

Ingressei na Administração Pública Federal como técnico do Serpro (38º lugar, concurso de 2005). Em seguida, tomei posse em 2008 como Analista Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho (6º lugar, concurso de 2007), onde trabalhei até o início de 2012, quando tomei posse no cargo de Auditor do TCU, que exerço atualmente.

Aprovado em inúmeros concursos de diversas bancas.

Graduado em Engenharia de Redes de Comunicação (Universidade de Brasília).

Graduando em Direito (American College of Brazilian Studies).

Pós-graduado em Auditoria Governamental (Universidade Gama Filho).

Pós-graduando em Direito Público (PUC-Minas).

Estou extremamente feliz de ter a oportunidade de trabalhar na equipe do “Passo”, porque tenho convicção de que nossos relatórios e simulados proporcionarão uma preparação diferenciada aos nossos alunos!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**



Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança FGV
Teoria geral dos direitos fundamentais	3,45%
Catálogo de direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos no art. 5º da CF/88, exceto remédios constitucionais	41,38%
Remédios constitucionais - mandado de segurança, mandado de injunção, habeas corpus, habeas data e ação popular (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII e LXXIII da CF/88)	51,72%
Aplicabilidade imediata (art. 5º, § 1º da CF/88)	0,00%
Enumeração aberta (art. 5º, § 2º da CF/88)	0,00%
Tratados e Convenções internacionais com força de emenda constitucional (art. 5º, § 3º da CF/88)	3,45%
Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º da CF/88)	0,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Antes de adentrar na revisão do catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º, caput e incisos I a LXXIX da CF/88), ponto do assunto geralmente mais explorado por todas as bancas, é importante relembrarmos alguns conceitos doutrinários e disposições constitucionais.

Teoria geral dos direitos fundamentais

- Os direitos fundamentais surgiram para proteger a liberdade do indivíduo contra a atuação abusiva do Estado (feição negativa). Posteriormente, evoluíram no sentido de também exigir uma atuação comissiva do Estado em favor do bem-estar da população (feição positiva).

- Direitos fundamentais x direitos humanos:

A expressão “direitos fundamentais” designa os direitos relacionados às pessoas, assim reconhecidos no ordenamento jurídico de cada Estado. Por estarem vinculados a determinada ordem jurídica, são garantidos e limitados no espaço (ou seja, onde vigora a ordem jurídica) e no tempo (ou seja, enquanto essa ordem jurídica estiver vigorando).

Por sua vez, a expressão “direitos humanos” aponta para direitos do homem universalmente considerado e, por possuírem uma natureza filosófica, não possuem referência a determinado ordenamento jurídico ou limitação geográfica.

- Principais características dos direitos fundamentais:

- a) Universalidade: abrangem todos os indivíduos, de modo indiscriminado, independentemente de nacionalidade, sexo, raça, credo, ideologia, convicções políticas etc.;
- b) Historicidade: são fruto de conquistas acumuladas ao longo da história, desde o Cristianismo até aos dias atuais;
- c) Inalienabilidade: não podem ser transferidos, alienados a outrem, por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- d) Imprescritibilidade: não desaparecem com o decurso do tempo, podendo sempre serem exercidos (não perdem sua exigibilidade pelo seu não exercício ao longo de determinado período);



- e) Irrenunciabilidade: não podem ser renunciados, dispostos, pelos seus titulares, como regra (atualmente, em razão de peculiaridades de um caso concreto, admite-se a renúncia temporária e excepcional a direito fundamental). Isso não impede, por outro lado, que deixem de serem exercidos por seu titular;
- f) Relatividade (ou limitabilidade): não possuem natureza absoluta, sendo limitados por outros direitos fundamentais previstos constitucionalmente. Não podem, por exemplo, ser utilizados para acobertar a prática de atividades ilícitas, ou para afastar ou diminuir a responsabilidade pelo exercício de tais atividades. Além disso, os direitos fundamentais também podem ser restringidos por normas infraconstitucionais, desde que haja autorização explícita na CF, - via reserva legal – ou até mesmo implícita no texto constitucional;
- g) Complementaridade: não devem ser interpretados isoladamente, mas como um conjunto único;
- h) Concorrência: são passíveis de exercício em conjunto, cumulativamente, vários deles ao mesmo tempo;
- i) Efetividade: a atividade do Estado deve estar voltada à efetivação dos direitos fundamentais;
- e
- j) Inviolabilidade: não podem ser afrontados, violados, inobservados pelas leis e pelos agentes públicos.

- Gerações de direitos fundamentais:

As três gerações (ou dimensões) de direitos fundamentais classicamente identificadas pela doutrina:

a) Primeira geração: formada pelos direitos que caracterizam uma obrigação de não-fazer, um dever de abstenção estatal aos indivíduos, já que diz respeito aos direitos que buscam restringir a ação do Estado sobre os indivíduos, a fim de livrá-los da ingerência abusiva estatal. São também chamados de “direitos negativos”, “liberdades negativas”, ou, ainda, de “direitos de defesa”.

Os direitos de primeira geração realçam o princípio da liberdade, com foco no homem individualmente considerado, consagrando direitos civis e políticos. Exemplos: direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de expressão, à participação política e religiosa etc.

b) Segunda geração: formada precipuamente pelos direitos que caracterizam uma obrigação de fazer estatal em prol da população, envolvendo o desempenho de prestações positivas por parte do Estado aos indivíduos, concretizadas por meio de políticas e serviços públicos, com a finalidade de proporcionar igualdade material (ou “substantiva”) e bem-estar à população. Por



isso, são também chamados de “direitos positivos”, “liberdades positivas”, “direitos do bem-estar” ou, ainda, “direitos dos desamparados”.

Em menor escala, há direitos de segunda geração de natureza negativa, como os direitos de liberdade sindical e o de liberdade de greve. Tais direitos são considerados de segunda geração em razão de sua finalidade, que é a mesma das liberdades positivas: promover a igualdade substantiva, por meio da intervenção estatal em defesa dos desamparados, dos hipossuficientes.

Assim, os direitos de segunda geração realçam o valor-fonte igualdade, consagrando direitos econômicos, sociais e culturais. Exemplos: direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à habitação, à previdência social, à assistência social etc.

c) Terceira geração: formada pelos direitos que transcendem os interesses individuais para se preocupar com a coletividade, consagrando direitos transindividuais, supraindividuais, de titularidade coletiva ou difusa.

Os direitos de terceira geração realçam o princípio da fraternidade (ou solidariedade), consagrando os direitos difusos e os coletivos. Exemplos: direitos do consumidor, direitos ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos etc.

Além das três gerações clássicas de direitos fundamentais, são também apontadas por alguns doutrinadores a quarta e a quinta gerações de direitos fundamentais:

d) Quarta geração: para Paulo Bonavides, seriam os direitos relacionados à globalização – direitos à democracia (direta), à informação e ao pluralismo¹. Para Norberto Bobbio, seriam os direitos relacionados à engenharia genética².

e) Quinta geração: para Paulo Bonavides, seria o direito à paz³ (Karel Vasak classifica o direito à paz como de terceira geração).

Vale lembrar que as gerações de direitos fundamentais não substituem umas às outras: com efeito, os direitos da geração seguinte se acumulam com os das gerações anteriores, que permanecem plenamente eficazes, ou seja, uma nova geração não abandona as conquistas promovidas pelas dimensões anteriores.

- Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais:

¹ P. Bonavides, Curso de direito constitucional, 25. ed., p. 569 *apud* Lenza, 2016, p. 1158.

² Norberto Bobbio, A era dos direitos, p. 6 *apud* Lenza, 2016, p. 1158.

³ P. Bonavides, Curso de direito constitucional, 25. ed., p. 593 *apud* Lenza, 2016, p. 1159.



Na perspectiva (ou “dimensão”) subjetiva, os direitos fundamentais são compreendidos como os direitos negativos e positivos do indivíduo, que pode obter do Estado a satisfação de seus interesses juridicamente protegidos.

Na perspectiva objetiva, também chamada de “eficácia irradiante dos direitos fundamentais”, os direitos fundamentais são compreendidos como um conjunto de valores básicos da sociedade que direcionam e conformam a atuação do Estado (Poder Legislativo, Executivo e Judiciário) no sentido de assegurá-los e protegê-los.

Direitos fundamentais na CF/88

- O Título II da CF/88 trata dos “direitos e garantias fundamentais”. Aqui, é importante lembrar que os “direitos fundamentais” são os bens jurídicos protegidos pela Constituição, enquanto as “garantias fundamentais” são os instrumentos previstos na Carta Magna para proteger aqueles bens.

- Na CF/88, os direitos fundamentais vieram previstos em cinco grupos distintos:

- a) direitos individuais e coletivos (art. 5º);
- b) direitos sociais (arts. 6º a 11);
- c) direitos de nacionalidade (arts. 12 e 13);
- d) direitos políticos (arts. 14 a 16); e
- e) direitos relacionados à existência, organização e participação dos partidos políticos (art. 17).

- O princípio-matriz de todos os direitos fundamentais pode ser considerado o princípio da dignidade da pessoa humana⁴ (art. 1º, inciso III da CF/88).

- Reserva legal:

- a) simples x qualificada:

A reserva legal simples exige lei formal para dispor sobre determinada matéria, mas não especifica qual o conteúdo ou a finalidade do ato, deixando, portanto, maior liberdade para o legislador.

Já a reserva legal qualificada, além de exigir lei formal para dispor sobre determinada matéria, já define, previamente, o conteúdo da lei e a finalidade do ato.

⁴ Lenza, 2016, p. 1164.



b) absoluta x relativa:

Na reserva legal absoluta, a norma constitucional exige, para sua integral regulamentação, a edição de lei formal, entendida como ato normativo emanado do Congresso Nacional e elaborado de acordo com o processo legislativo previsto pela CF.

Já na reserva legal relativa, apesar de a Constituição também exigir lei formal, permite que tal lei apenas fixe parâmetros de atuação para o órgão administrativo, que, por sua vez, poderá complementá-la por ato infralegal, respeitados os limites estabelecidos pela legislação.

Finalizando a revisão sobre reserva legal, vale lembrar que os direitos fundamentais não podem ser legalmente restringidos de maneira ilimitada, de modo que o legislador deve respeitar a "teoria dos limites dos limites", segundo a qual as restrições impostas pela lei devem razoáveis, proporcionais, não excessivas, de modo a preservar o núcleo essencial do direito fundamental a ser objeto de restrição.

- Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais:

A eficácia vertical implica que os direitos fundamentais aplicam-se às chamadas "relações verticais", que são as relações entre os particulares e o Estado.

Por sua vez, a eficácia horizontal (também chamada de eficácia "privada" ou "externa") implica que os direitos fundamentais também incidem nas "relações horizontais", ou seja, nas relações privadas, entre particulares, nos negócios privados.

No Brasil, os direitos fundamentais possuem tanto eficácia vertical, quanto eficácia horizontal. Inclusive, há diversos precedentes em que o STF entendeu pela aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas⁵.

- Teorias da eficácia indireta e direta de aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas:

A teoria da eficácia indireta preceitua que cabe ao legislador elencar quais direitos fundamentais devem ser aplicados às relações particulares.

Por sua vez, a teoria da eficácia direta, que prevalece no Brasil, preceitua que os direitos fundamentais podem ser aplicados às relações privadas diretamente, sem necessidade de edição de lei intermediadora.

- Não há hierarquia entre direitos fundamentais, de modo que na hipótese de conflito entre dois ou mais deles, o intérprete deve realizar um juízo de ponderação, fazendo uso do princípio da

⁵ Lenza, 2016, p. 1165-1166.



concordância prática (ou da harmonização), evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros.

Aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, § 1º da CF/88)

Art. 5º, § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

- Ter "aplicação imediata" significa que essas normas "são dotadas de todos os meios e elementos necessários à sua pronta incidência aos fatos, situações, condutas ou comportamentos que elas regulam"⁶.

É dizer: são aplicáveis desde já no limite do possível, até onde haja condições para seu atendimento por parte das instituições – inclusive o Poder Judiciário não pode deixar de aplicá-las, caso provocado em uma situação concreta nelas garantida.

Por outro lado, é importante destacar que não se deve confundir "aplicação imediata" com a aplicabilidade imediata das normas de eficácia plena e contida.

Isso porque embora grande parcela das normas que definem os direitos e garantias fundamentais possuam aplicabilidade imediata (notadamente as instituidoras de direitos e garantias individuais), há ainda uma outra parcela que depende de providências ulteriores (como a edição de uma lei integradora) que lhe completem a eficácia (como algumas normas que definem os direitos sociais, culturais e econômicos), possuindo, portanto, aplicabilidade indireta.

Mesmo assim, conquanto se diferenciem em sua aplicabilidade, todas as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais continuam tendo aplicação imediata, nos termos do art. 5º, § 1º da CF/88.

Obs: preocupe-se com as informações contidas nos três parágrafos anteriores apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo do assunto "eficácia das normas constitucionais".

- Hipóteses de restrições e suspensões temporárias de direitos fundamentais admitidas constitucionalmente:

Na vigência de estado de defesa (art. 136, § 1º, I da CF/88), é possível a imposição de restrições aos direitos de:

- a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

⁶ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição, 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 408 *apud* Lenza, 2016, p. 266.



- b) sigilo de correspondência;
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

Já na vigência de estado de sítio decretado em função de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa (arts. 137, I e 139 da CF/88), as seguintes (e únicas) medidas podem ser tomadas:

- a) obrigação de permanência em localidade determinada;
- b) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;
- c) restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei (não se inclui em tais restrições a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa);
- d) suspensão da liberdade de reunião;
- e) busca e apreensão em domicílio;
- f) intervenção nas empresas de serviços públicos;
- g) requisição de bens.

Por outro lado, na vigência de estado de sítio decretado em função de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira (art. 137, II da CF/88), havendo necessidade, quaisquer direitos ou garantias fundamentais poderão ser objeto de restrição ou suspensão.

Por fim, vale lembrar que apesar de as restrições e suspensões de direitos fundamentais no estado de defesa e no de sítio não necessitarem de autorização prévia do Poder Judiciário para serem efetivadas, permanece vigente em tais situações de exceção o princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5º, inciso XXXV da CF/88), de modo que eventuais abusos na efetivação de tais restrições e suspensões podem ser controlados *a posteriori* pelo Poder Judiciário, caso provocado.

Não taxatividade dos direitos fundamentais (art. 5º, § 2º da CF/88)

Art. 5º, § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

- O dispositivo prevê que os direitos e garantias fundamentais expressamente na Constituição não constituem uma lista exaustiva.



O Brasil possui um sistema aberto (não estanque) de direitos fundamentais, sendo possível a existência de outros direitos fundamentais não expressamente previstos na CF/88, mas decorrentes dos princípios por ela adotados ou da assinatura de tratados internacionais pela República Federativa do Brasil, consoante o dispositivo transcrito.

Logo, não é necessário que, para ser considerado fundamental, o direito seja constitucionalizado: o que importa é sua essência, seu conteúdo (ideia de "fundamentalidade material").

Vale lembrar, ainda, que há direitos fundamentais constitucionalmente previstos fora do art. 5º ou do Título II, como o direito ao meio ambiente (art. 225) e o princípio da anterioridade tributária (art.150, III, "b").

Tratados e convenções internacionais incorporados ao direito brasileiro (art. 5º, §§ 2º e 3º da CF/88)

Art. 5º, § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

- Status dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte:

a) tratados e convenções internacionais, **sobre direitos humanos**, aprovados em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros: status de emenda constitucional;

b) tratados e convenções internacionais **sobre direitos humanos** aprovados pelo rito ordinário: status de norma supralegal⁷: situam-se hierarquicamente logo abaixo da Constituição e acima das demais normas do ordenamento jurídico, ou seja, possuem força normativa acima das leis, mas abaixo da Carta Magna;

c) Tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja parte, versando sobre **outros temas** que não direitos humanos: status de lei ordinária.

- Compete ao Presidente da República celebrar tratados e convenções internacionais (art. 84, VIII da CF/88) e ao Congresso Nacional referendá-los e aprová-los posteriormente (art. 49, I da CF/88).

⁷ STF – RE 466.343, RE – 3149.703, dentre outros.



Obs: preocupe-se com esta última informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.

Submissão à jurisdição de Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º da CF/88)

Art. 5º, § 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

- Atentar para o fato de que o tribunal necessariamente deve possuir natureza "penal".
- A submissão do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional (TPI) a cuja criação tenha manifestado adesão também prestigia a proteção aos direitos humanos (assim como o § 3º do art. 5º da CF/88): aqui, a ideia é que o TPI, uma Corte independente, não vinculada a nenhum país especificamente, julgue crimes de maior gravidade em situações excepcionais, quando, por exemplo, o Estado se omita ou se revele incapaz no julgamento de tais crimes.

Há autores que falam, inclusive, que o acatamento de decisão judicial do TPI por parte do Brasil seria uma pequena flexibilização da soberania nacional em prol do fortalecimento dos direitos humanos.

- Compete ao Presidente da República manifestar adesão à criação do TPI (art. 84, VIII da CF/88) e ao Congresso Nacional referendar o ato posteriormente (art. 49, I da CF/88).

Obs: preocupe-se com esta última informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.

Feita essa pequena revisão introdutória, passemos à revisão específica do catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos!

Catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º, *caput* e incisos I a LXXIX da CF/88

Direitos fundamentais básicos (*caput*)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- São direitos fundamentais básicos: direito à vida; direito à liberdade; direito à igualdade; direito à segurança; e direito à propriedade.
- Mnemônico para guardar o rol do dispositivo: "**ProLiVlg-Se**".



Pro = propriedade;

Li = liberdade;

V = vida;

Ig = igualdade;

Se = segurança.

Outra forma de memorizar o rol: pense numa figura de uma casa, de número 5, em que um casal de irmãos, o rapaz, tatuado e com estilo mais "despojado" e, a menina, no estilo mais "nerd", estão saindo da moradia após receberem, cada um, 30 reais de seus pais para gastarem em seu passeio.

Ao mesmo tempo em que passam pela porta da residência, os jovens acenam para os policiais que estão passando de carro na rua em frente à casa, permanecendo na habitação um bebê aos cuidados de seus pais.

Nesse caso:

- a) o número 5 da casa representaria a quantidade de direitos a serem memorizados;
- b) os irmãos saindo da casa representariam a o direito à liberdade;
- c) os irmãos recebendo a mesma quantia em dinheiro representariam o direito à igualdade;
- d) os policiais representariam o direito à segurança;
- e) o bebê representaria o direito à vida;
- f) a casa representaria o direito à propriedade.

- Os estrangeiros podem ser titulares de direitos fundamentais, mesmo que não residam no país, ao contrário da literalidade do art. 5º, *caput*, conforme consenso doutrinário e jurisprudência do STF (HC 94.477, HC 94.016).

- Há a possibilidade de que, além das pessoas naturais, as pessoas jurídicas e o próprio Estado sejam titulares de direitos fundamentais, apesar de inexistência de previsão constitucional expressa no art. 5º, *caput*.

- O direito à vida abrange tanto a vida uterina quanto a extrauterina.



- O direito à vida é relativo, já que a CF/88 admite a possibilidade de pena de morte em caso de guerra declarada (art. 5º, inciso XLVII).

JURISPRUDÊNCIA

"(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente.

(II) Tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência"⁸.

"A busca pessoal independente de mandado judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física."⁹

Princípio da igualdade (caput e inciso I)

Art. 5º, I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

- Corresponde à igualdade "na lei" e "perante a lei".

A igualdade "na lei" destina-se ao legislador, para que não inclua fatores de discriminação que rompam com a ordem isonômica quando da formação das leis.

Já a igualdade "perante a lei" destina-se aos aplicadores do direito, pressupondo a lei já elaborada, impõe que sua aplicação não seja subordinada a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório.

- Inexiste ofensa ao princípio da igualdade quando o próprio constituinte prevê casos de tratamento desigual (ex: art. 7º, XX, art. 12, § 3º, art. 40, art. 179, todos da CF/88).

- Também não ofende o princípio da igualdade o tratamento diferenciado em razão de grupo social, de sexo, de profissão, de condição econômica, de idade etc., obedecido o princípio da razoabilidade.

⁸ STF – ADIs 6586 e 6587.

⁹ STF - HC 208240 / SP



- O STF entende que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, *caput*, da CF)¹⁰.

A tese da legítima defesa da honra era utilizada em casos de feminicídio ou agressões contra mulher para justificar o comportamento do acusado. O argumento era de que o assassinato ou a agressão eram aceitáveis quando a conduta da vítima supostamente ferisse a honra do agressor¹¹.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

*"Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial"*¹².

*"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia"*¹³.

Princípio da legalidade (inciso II)

Art. 5º, II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

- Aplicável tanto aos particulares quanto ao Poder Público.

- Legalidade x princípio da reserva legal:

O princípio da legalidade é mais abrangente: representa o dever geral de submissão à lei em sentido amplo, o que engloba a obediência qualquer ato normativo estatal. Já o princípio da reserva legal se baseia na imposição constitucional de que determinadas matérias sejam regulamentadas por lei formal.

Vedação à tortura e ao tratamento desumano ou degradante (inciso III)

Art. 5º, III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

- Vale lembrar que a prática de tortura deverá ser considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia pela lei (art. 5º, inciso XLIII da CF/8).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

¹⁰ STF – ADPF 779.

¹¹ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&tip=UN>.

¹² STF – Súmula Vinculante 6.

¹³ STF – Súmula Vinculante 37.



JURISPRUDÊNCIA

“Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”¹⁴.

Liberdade de expressão (incisos IV, V, IX e XIV)

Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; (...)

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

- É assegurada a liberdade de expressão, porém é vedado o anonimato, como forma de evitar abusos ao exercício de tal liberdade (inciso IV).
- O direito de resposta deve ser proporcional ao agravo e não exclui eventual indenização por dano material, moral ou à imagem (inciso V).
- No direito de acesso à informação para o exercício profissional (inciso XIV), a previsão de resguardo do sigilo da fonte não conflita com a previsão de vedação ao anonimato prevista no inciso IV.
- A inviolabilidade da privacidade e da intimidade do indivíduo (inciso X), bem como a vedação ao racismo (inciso XLII) atuam como limites à liberdade de expressão.
- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

“São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato”¹⁵.

Não caracteriza censura resolução do TSE que proíbe a divulgação ou compartilhamento de informações falsas ou gravemente descontextualizadas (combate à desinformação – “fake news”), quando o controle

¹⁴ STF – Súmula Vinculante 11.

¹⁵ STJ – Súmula 37.



feito pelo ato normativo é realizado após a constatação do fato e a aplicação é restrita ao período eleitoral¹⁶.

Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (incisos VI a VIII)

*Art. 5º, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;*

- Na escusa de consciência (inciso VIII), há a possibilidade de perda ou suspensão de direitos políticos daquele que se recusa a cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa estabelecida em lei, em razão da regra do art. 15, inciso IV da CF/88:

- A assistência religiosa prevista no inciso VII possui caráter privado, de incumbência dos representantes habilitados de cada religião (vale lembrar que o Brasil é um Estado laico).

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: (...) IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

- A liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica estão em sintonia com a previsão de o Brasil ser um Estado laico (art. 19, inciso I da CF/88):

*Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;*

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, tenha sido incluída no plano nacional de imunizações; ou tenha sua aplicação obrigatória decretada em lei; ou seja objeto de determinação da União, dos estados, do Distrito Federal

¹⁶ STF – ADI 7261 MC / DF



ou dos municípios com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar"¹⁷.

"É **inconstitucional**, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, **norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais**"¹⁸.

"É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível."¹⁹

Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (inciso X)

Art.5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

- É possível o reconhecimento de direito a indenização por dano material e moral, cumulativamente, decorrente de violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem da pessoa.
- Também podem ser indenizados por danos morais as pessoas jurídicas (entendimento do STF e do STJ).
- O sigilo bancário é espécie do direito à privacidade, mas pode ser afastado excepcionalmente:
 - a) pelo Poder Judiciário;
 - b) pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, no caso de operações que envolvam recursos públicos (apenas nesta hipótese!);
 - c) pelo Poder Legislativo Federal e pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (federais e estaduais), nos termos do art. 4º da Lei Complementar 105/2001:

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das

¹⁷ STF – ARE 1267879

¹⁸ STF – ADI 2530/DF

¹⁹ STF - RE 859376



instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

O STF entende que é extensível às CPIs estaduais o poder de determinar a quebra de sigilo bancário, conforme outorgado pela Lei Complementar 105/2001 às CPIs federais, com base no art. 58, § 3º da CF/88²⁰.

As CPIs municipais, portanto, não têm competência para determinar a quebra de sigilo bancário.

d) embora não se trate exatamente de "quebra" de sigilo bancário, mas de transferência para o sigilo fiscal de informações que estavam protegidas pelo sigilo bancário, as autoridades e agentes fiscais tributários podem examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, desde que haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e que tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente²¹.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

São constitucionais normas editadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que obrigam instituições financeiras a fornecerem aos estados informações relacionadas às transferências e aos pagamentos realizados por clientes em operações eletrônicas com recolhimento do ICMS (como "pix" e cartões de débito e crédito), pois não se caracteriza quebra de sigilo bancário o acesso, pelas autoridades fiscais, a dados de caráter sigiloso fornecidos por instituições financeiras e de pagamento, no interesse da arrecadação e fiscalização tributária. Ausência de violação aos direitos fundamentais à intimidade, à privacidade e ao sigilo de dados pessoais (CF/1988, art. 5º, X e XII) .²²

Inviolabilidade domiciliar (inciso XI)

Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

- O ingresso na "casa" de um indivíduo poderá ocorrer nas seguintes situações:

²⁰ STF – ACO 730/RJ.

²¹ Lei Complementar 105/2001, art. 6º (declarado constitucional pelo STF, inclusive).

²²STF - ADI 7276 / DF



a) Com o consentimento do morador.

b) Sem o consentimento do morador, sob ordem judicial, apenas durante o dia. Perceba que, mesmo com ordem judicial, não é possível o ingresso na casa do indivíduo durante o período noturno.

c) A qualquer hora, sem consentimento do indivíduo, em caso de flagrante delito ou desastre, ou, ainda, para prestar socorro.

- O conceito de “casa” abrange: a) qualquer compartimento habitado; b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva; e c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade pessoal²³.

Inviolabilidade das correspondências e das comunicações (inciso XII)

Art. 5º, XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

- Apesar da literalidade do dispositivo, o entendimento prevalecente é o de que não apenas o sigilo das comunicações telefônicas pode ser excepcionalmente violado, mas também o das correspondências e o das comunicações telegráficas e de dados (uma vez que não há direitos garantias fundamentais de caráter absoluto).

Nesse sentido, por exemplo, o STF entendeu ser válida a prova obtida mediante a violação de encomenda postada pelo Correio, desde que haja indícios de prática de atividades ilícitas, uma vez que o direito ao sigilo da correspondência não é absoluto e deve ser equilibrado com o interesse do poder público de reprimir condutas criminosas. No caso, foi firmada a seguinte tese de repercussão geral²⁴:

JURISPRUDÊNCIA

“1. Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo, salvo se ocorrida em estabelecimento penitenciário, quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas.

2. Em relação à abertura de encomendas postadas nos Correios, a prova somente será lícita quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas, formalizando-se as providências adotadas para fins de controle administrativo ou judicial.”

²³ STF – HC 93.050.

²⁴ STF – RE 1116949 ED/PR.



- A inviolabilidade das correspondências e das comunicações pode ser restringida, também, na vigência dos estados de defesa e de sítio (CF/88, arts. 136, § 1º e 139).

- Requisitos que permitem a interceptação das comunicações telefônicas: a) a ordem judicial; b) a existência de investigação criminal ou instrução processual penal; c) lei que preveja as hipóteses e a forma em que esta poderá ocorrer.

- Diferença entre interceptação telefônica, escuta telefônica e gravação telefônica²⁵:

Interceptação telefônica = captação de conversas telefônicas feita por terceiro (autoridade policial, autorizado pelo Poder Judiciário) sem o conhecimento de nenhum dos interlocutores.

Escuta telefônica = captação de conversa telefônica feita por um terceiro, com o conhecimento de apenas um dos interlocutores.

Gravação telefônica = gravação feita por um dos interlocutores do diálogo, sem o consentimento ou ciência do outro.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

*"No processo eleitoral, é ilícita a prova colhida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial e com violação à privacidade e à intimidade dos interlocutores, ainda que realizada por um dos participantes, sem o conhecimento dos demais. - A exceção à regra da ilicitude da gravação ambiental feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e sem autorização judicial ocorre na hipótese de registro de fato ocorrido em local público desprovido de qualquer controle de acesso, pois, nesse caso, não há violação à intimidade ou quebra da expectativa de privacidade"*²⁶

*São constitucionais as normas do Código do Processo Penal (CPP) que autorizam delegados de polícia e membros do Ministério Público a requisitarem o repasse de dados cadastrais a operadoras de celular, mesmo sem autorização judicial, e regra que permite a requisição, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática para que disponibilizem imediatamente sinais, informações e outros dados que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos, enfatizando que tais dados devem ser utilizados exclusivamente em investigações sobre os crimes de cárcere privado, redução à condição análoga à de escravo, tráfico de pessoas, sequestro-relâmpago, extorsão mediante sequestro e envio ilegal de criança ao exterior, já que os crimes relacionados ao tráfico de pessoas são graves e precisam ser investigados de forma rápida, já que há risco de que a vítima perca a vida ou seja levada para fora do país.*²⁷

²⁵ STJ – HC 161.053/SP.

²⁶ STF - RE 1040515

²⁷ STF - ADI 5.642



Liberdade de atividade profissional (inciso XIII)

Art. 5º, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

- Inexistindo lei que estipule qualificações para o exercício de uma dada profissão, seu exercício é livre por parte de qualquer pessoa; existindo lei, a profissão só poderá ser exercida por aqueles que atenderem às qualificações nela previstas.

- Uma vez que a regra é a liberdade, nem todos os ofícios ou profissões podem ser condicionadas ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, devendo haver potencial lesivo na atividade para que se possa exigir inscrição em conselho de fiscalização profissional, sendo desnecessário o controle da atividade de músico, por exemplo (entendimento do STF).

Também no mesmo sentido, a Suprema Corte considera inconstitucional a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Ademais, o STF²⁸ entendeu ser inconstitucional resolução do Conselho Federal de Enfermagem que exigia a quitação de anuidades para que profissionais obtivessem a inscrição, segunda via e renovação da carteira profissional, por restar entendido que a medida criou punição política como meio coercitivo indireto para pagamento de tributo e representava violação ao direito constitucional do livre exercício de trabalho, uma vez que a inscrição no Conselho é um requisito indispensável para o exercício regular da enfermagem e de suas atividades auxiliares.

- Trata-se de norma de eficácia contida (*preocupe-se com esta informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo do assunto "eficácia das normas constitucionais"*).

Direito ao acesso à informação (inciso XIV)

Art. 5º, XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

- O sigilo da fonte resguarda notadamente os jornalistas e não conflita com a vedação ao anonimato prevista no inciso IV do art. 5º da CF/88.

Liberdade de locomoção (inciso XV)

Art. 5º, XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

²⁸ STF - RE 647885/RS



- Tal liberdade, como prevista na CF/88, só existe em “tempo de paz”.
- Abrange também os bens, não somente as pessoas.
- É possível sua restrição por meio de lei.
- Remédio constitucional apto a tutelar a liberdade de locomoção = *habeas corpus* (art. 5º, LXVIII da CF/88).
- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

“É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo”²⁹.

“É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos”³⁰.

Liberdade de reunião (inciso XVI)

Art. 5º, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

- Requisitos para o exercício do direito de reunião, nos termos da CF/88:
 - a) ocorrer de maneira pacífica;
 - b) ausência de armas;
 - c) realização em locais abertos ao público;
 - d) não poderá frustrar outra reunião convocada anteriormente para o mesmo local;
 - e) prévio aviso à autoridade competente, sendo desnecessária autorização.

Sobre o requisito de prévio aviso à autoridade competente, o STF emitiu recentemente tese de repercussão geral no seguinte sentido:

²⁹ STF – Súmula 70.

³⁰ STF – Súmula 323.



JURISPRUDÊNCIA

"A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local³¹".

- Não confundir o "prévio aviso" (necessário, nos termos da CF/88, com ressalvas, conforme entendimento do STF) com "autorização" (desnecessária)!
- É possível a restrição ou até mesmo a suspensão da liberdade de reunião, nos casos de vigência de estado de defesa (CF/88, art. 136, § 1º, I, "a") ou de sítio (CF/88, art. 139, IV).
- Remédio constitucional cabível para a proteção da liberdade de reunião: mandado de segurança (não o *habeas corpus* – cuidado!).
- O STF já considerou válida a realização de "Marcha da Maconha", desde que sejam atendidos os requisitos constitucionais e não ocorra a incitação, o incentivo ou o estímulo ao consumo de entorpecentes na sua realização³².

Direito de associação (incisos XVII a XXI)

*Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;*

- Requisitos da existência de uma associação: pluralidade de pessoas, estabilidade (ao contrário das reuniões, que são transitórias, esporádicas) e origem a partir de um ato de vontade.
- A existência da associação independe da aquisição de personalidade jurídica.
- Requisitos para a liberdade plena de associação: finalidade lícita e vedação ao caráter paramilitar.
- É desnecessária autorização do poder público para a criação das associações e, na forma da lei, de cooperativas (veja que só é prevista lei nesse último caso, ou seja, para regular a liberdade de criação de cooperativas).

³¹ STF – RE 806.339.

³² STF – ADPF 187.



- É vedada a interferência estatal no funcionamento das associações e das cooperativas.
- Tanto a dissolução compulsória quanto a suspensão das atividades das associações só podem ocorrer por meio de decisão judicial, entretanto, dessas duas medidas, a mais gravosa, qual seja, a dissolução compulsória, exige que a decisão judicial esteja transitada em julgado (requisito mais difícil, portanto, que uma simples decisão judicial).
- É proibido que alguém seja obrigado a se associar ou a permanecer associado.
- O inciso fala "representar", o que não deve ser confundido com "substituir".
- Para representar seus filiados, a associação necessita de autorização expressa daqueles.
- A autorização não pode ser substituída por uma autorização genérica prevista em estatuto.
- A representação pode ocorrer tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.
- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes"³³.

Direito de propriedade (incisos XXII a XXVI)

*Art. 5º, XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;*

- O direito de propriedade alcança tanto bens corpóreos quanto incorpóreos.
- Em que pese o inciso XXII não trazer restrições à garantia do direito de propriedade, dando a entender que se trata de norma de eficácia plena, trata-se de norma de eficácia contida (*preocupe-se com esta informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo do assunto "eficácia das normas constitucionais"*).

Isso, porque tal direito pode ser restringido pelo Poder Público em razão das previsões constitucionais que impõem requisitos ao exercício do direito de propriedade – ex: necessidade de atendimento da função social da propriedade, sob pena de o proprietário sofrer sanções administrativas e/ou desapropriação por interesse social (arts. 5º, XXIII, 182 e 186 da CF/88) – ou

³³ STF – Súmula 629.



a ele aplicam flexibilizações – ex: desapropriação por utilidade ou necessidade pública ou, ainda, requisição administrativa (art. 5º, XXIV e XXV da CF/88).

- Regras previstas na CF/88 sobre o atendimento da função social por parte da propriedade. São elas:

a) Propriedade urbana (art. 182, § 2º da CF/88) – para cumprir sua função social, deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

b) Propriedade rural (art. 186 da CF/88) – para cumprir sua função social, deve atender simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- aproveitamento racional e adequado;
- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Desapropriação (inciso XXIV)

Art. 5º, XXIV a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

- Hipóteses de desapropriação: a) necessidade pública, b) utilidade pública e c) interesse social.

- Via de regra, a indenização decorrente da desapropriação deve ser prévia, justa e em dinheiro. As exceções devem estar previstas na Constituição Federal. São elas:

	Desapropriação, por interesse social, para <u> fins de reforma agrária </u> (art. 184 da CF/88)	Desapropriação de <u> imóvel urbano não-edificado </u> que não cumpriu sua função social (art. 182, § 4º, III da CF/88)	Desapropriação <u> confiscatória </u> (art. 243 da CF/88)
Objeto	Imóvel <u> rural </u> que não esteja cumprindo sua função social.	<u> Solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado </u> , além das demais condições previstas no art.	Propriedades <u> rurais e urbanas </u> de qualquer região do País onde forem localizadas



		182 da CF/88 (descumprindo, portanto sua função social).	<u>culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei.</u>
Forma de Indenização	Prévia e justa indenização em <u>títulos da dívida agrária</u> com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de <u>até vinte anos</u> , a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. As benfeitorias úteis e necessárias, entretanto, serão indenizadas em dinheiro.	<u>Títulos da dívida pública</u> de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de <u>até dez anos</u> , em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.	Não há indenização.

Requisição administrativa (inciso XXV)

Art. 5º, XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

- O direito fundamental de requisição administrativa é de titularidade do Estado.
- O perigo público deve ser iminente.
- Possui caráter compulsório para o particular (poder de império do Estado).
- A cessão da propriedade é gratuita e só haverá indenização em caso de dano.
- A requisição de bens é medida possível também na vigência de estado de sítio (art. 139, VII da CF/88).

Impenhorabilidade da pequena propriedade rural (inciso XXVI)

Art. 5º, XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

- A garantia é aplicável apenas à propriedade rural que seja considerada "pequena".
- A definição de "pequena" deve ser prevista em lei (reserva legal).
- Requisitos constitucionais para a garantia de impenhorabilidade da pequena propriedade rural:
 - a) deve ser trabalhada pela família; e



b) o débito deve decorrer da atividade produtiva da propriedade.

- Os meios de financiar o desenvolvimento da pequena propriedade rural deverão ser dispostos em lei (reserva legal).

Direito do autor (incisos XXVII e XXVIII)

Art. 5º, XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

- O autor tem controle pleno sobre a utilização, publicação ou reprodução de suas obras, enquanto estiver vivo (trata-se de um direito "exclusivo").

- Após a morte do autor, o direito será temporalmente limitado aos seus herdeiros (limitação temporal fixada em lei).

- Sobre o inciso XVIII, é importante perceber que o dispositivo assegura proteções (alínea "a") e direito de fiscalização (alínea "b"). Assim, assegura-se:

a) Proteção:

- às participações individuais em obras coletivas;

- à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

a) Direito de fiscalização:

- Sujeitos que detêm o direito: criadores, intérpretes e respectivas representações sindicais e associativas.

- Objeto a ser fiscalizado: aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem os mencionados sujeitos.

Direito de propriedade industrial (inciso XXIX)

Art. 5º, XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;



- Os autores de inventos industriais possuem privilégio temporário para sua utilização, ao contrário dos direitos autorais, que são assegurados ao autor de forma vitalícia (inciso XXVII).
- Sobre a segunda parte do dispositivo, é importante notar que a lei deve proteger:
 - a) as criações industriais;
 - b) a propriedade das marcas;
 - c) os nomes de empresas;
 - d) outros signos distintivos.
- A proteção a ser conferida deve ter em vista dois fatores:
 - a) o interesse social;
 - b) o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Direito de herança (incisos XXX e XXXI)

Art. 5º, XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

- O direito de herança não impede a incidência de tributos sobre o valor dos bens transferidos (imposto sobre transmissão *causa mortis* – art. 155, inciso I da CF/88).
- No que diz respeito à sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil, entre a lei brasileira e a lei do país do "*de cujus*" (falecido), aplica-se a mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros.

Defesa do consumidor (inciso XXXII)

Art. 5º, XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

- Norma de eficácia limitada.
- A defesa do consumidor é também um princípio da ordem econômica (art. 170, V da CF/88).

Direito à informação (inciso XXXIII)

Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;



- Tal direito encontra limites no caso de informações:
 - a) cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
 - b) nas informações pessoais protegidas pelo art. 5º inciso X da CF/88.
- O mandado de segurança é o remédio constitucional apto a tutelar o direito à informação (não o *habeas data*).
- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

*"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa"*³⁴.

*"O Verbete 14 da Súmula Vinculante do Supremo não alcança sindicância administrativa objetivando elucidar fatos sob o ângulo do cometimento de infração administrativa"*³⁵.

Direito de petição (inciso XXXIV, alínea "a")

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

- Finalidade do direito de petição:
 - a) defesa de direitos;
 - b) manifestação contra ilegalidade ou abuso de poder.
- Características do direito de petição:
 - a) legitimação universal (todas as pessoas físicas – brasileiros ou estrangeiros – e pessoas jurídicas são legitimadas);
 - b) a gratuidade ("independente do pagamento de taxas"); e
 - c) natureza administrativa, não-jurisdicional (pode ser exercido, inclusive, sem representação por advogado).

³⁴ STF – Súmula Vinculante 14.

³⁵ STF – Rcl 10.771 AgR.



- Direito de petição x direito de postular em juízo:

O primeiro é um remédio administrativo, utilizado em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, não necessitando de advogado para seu exercício.

Já o direito de postular em juízo se presta a obter decisão judicial a respeito de uma pretensão do interessado, necessitando para ser exercido, via de regra, de representação por advogado, salvo em situações excepcionais (como é o caso do habeas corpus).

- Remédio constitucional apto a tutelar o direito de petição = mandado de segurança (não o *habeas data*).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"³⁶.

Direito de certidão (inciso XXXIV, alínea "b")

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

- O direito de certidão é garantido a "todos", "independentemente do pagamento de taxas".

- Finalidade do direito de certidão:

a) defesa de direitos;

b) esclarecimento de situações de interesse pessoal.

- Não é possível recorrer ao direito de certidão para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse de terceiro (veja que o dispositivo fala em "interesse pessoal") – a não ser que o pedido seja efetuado por seu representante.

- Remédio constitucional apto a tutelar o direito de certidão = mandado de segurança (não o *habeas data*).

Princípio da inafastabilidade de jurisdição (inciso XXXV)

Art. 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

³⁶ STF – Súmula Vinculante 21.



- Também conhecido como direito de ação ou princípio do livre acesso ao Poder Judiciário.
- O princípio da inafastabilidade de jurisdição propugna que apenas o Poder Judiciário pode decidir de forma definitiva, fazendo coisa julgada material, estando todas as decisões administrativas sujeitas ao controle daquele Poder, consagrando, assim, a adoção do sistema inglês (ou de jurisdição uma) pela CF/88, em contraposição ao sistema francês, onde, além do Poder Judiciário, a própria Administração pode decidir em caráter definitivo (sistema de contencioso administrativo).
- O princípio também garante que, em regra, o ingresso com ação junto ao Poder Judiciário não está condicionado ao prévio esgotamento ou, pelo menos, a utilização inicial da via administrativa (ou seja, inexistência de jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado no Brasil).
Exceções:
 - a) o ajuizamento do habeas data só é possível após a negativa ou omissão da Administração Pública em relação ao pedido efetuado junto à Administração (STF – RHD 22/DF);
 - b) ações relativas à disciplina e às competições desportivas só serão admitidas pelo Poder Judiciário após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva – que possui natureza administrativa (art. 217, § 1º da CF/88);
 - c) reclamação ao STF contra o descumprimento de Súmula Vinculante pela Administração Pública só deve ser admitida após o esgotamento das vias administrativas (Lei 11.417/2006, art. 7, § 1º); e
 - d) ingresso de ação judicial contra o INSS relativo a concessão de benefício previdenciário só deve ser admitido existente prévio requerimento administrativo (STF – RE 631.240/MG).
- A garantia de acesso ao Poder Judiciário, consubstanciada no princípio da inafastabilidade de jurisdição, é aplicável à proteção de direitos em geral (privados, públicos ou transindividuais – veja que o dispositivo fala apenas "a direito"), mas não possui caráter absoluto, de modo que:
 - a) é possível que o legislador edite normas reguladoras do exercício do direito de ação, inclusive prevendo restrições à concessão de tutela antecipada, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade nas eventuais limitações que forem impostas;
 - b) inexistência de garantia de gratuidade universal no acesso aos tribunais;
 - c) inexistência, também, da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição (ou seja, de forma plena, incondicional, absoluta) considerando que a própria CF/88 prevê casos de instância única ordinária de julgamento;
 - d) não impede a existência de assuntos que não podem ser objeto de apreciação judicial, como os atos *interna corporis* das Casas Legislativas e o mérito dos atos administrativos.



- Além disso, a garantia pode ser invocada tanto na busca de uma tutela repressiva ("lesão") quanto preventiva ("ameaça") por parte do Poder Judiciário.
- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário"³⁷.

"Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa"³⁸.

Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito – garantia da irretroatividade das leis (inciso XXXVI)

Art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

- Direito adquirido: é o direito que se passa a ser titular após terem sido atendidos todos os requisitos previstos na lei vigente para sua aquisição.

Se os requisitos previstos na lei só serão completamente atendidos no futuro, mesmo que de forma iminente, não há direito adquirido, mas apenas "expectativa de direito", que não é protegida pelo dispositivo.

- Ato jurídico perfeito: é o ato que já foi realizado, consumado, segundo as regras previstas na lei que vigorava à época em que foi praticado.

- Coisa julgada: é a decisão judicial que não pode mais ser objeto de recurso.

- A regra do inciso XXXVI busca prestigiar a segurança jurídica, evitando que uma nova lei prejudique situações jurídicas consolidadas sob na vigência de leis anteriores.

- A garantia de irretroatividade das leis não é absoluta: é possível a edição de leis que retroajam para beneficiar os indivíduos.

- O termo lei "lei" deve ser entendido em sentido amplo, compreendendo quaisquer atos normativos infraconstitucionais (lei ordinária, lei complementar, resolução etc.) e, até mesmo, as emendas constitucionais.

- Situações nas quais não é cabível invocar-se direito adquirido:

³⁷ STF – Súmula Vinculante 28.

³⁸ STF – Súmula 667.



- a) normas constitucionais originárias;
- b) mudança do padrão monetário;
- c) criação ou aumento de tributos;
- d) mudança de regime jurídico estatutário.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado"³⁹.

Princípio do juiz natural (incisos XXXVII e LIII)

Art. 5º, XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção; (...)

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

- O princípio do juiz natural visa a garantir a todas as pessoas (brasileiros, estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas) uma atuação imparcial do Poder Judiciário na resolução de suas lides, impedindo:

- a) a formação arbitrária de tribunais ou juízos de exceção, instituídos para o julgamento de um caso específico ("ad hoc") e/ou após o acontecimento do caso que será objeto de apreciação ("ex post facto");
- b) que seja atribuída competência em desacordo com o previsto constitucionalmente.

- Deve ser interpretado, portanto, de forma ampla, abrangendo a vedação à criação de juízo de exceção, bem como a obrigação de respeito às regras de distribuição de competências previstas objetivamente na CF/88.

- Alcança não apenas os julgadores do Poder Judiciário, mas também os dos demais poderes, previstos constitucionalmente (ex: Senado Federal, no exercício de sua competência de julgar os crimes de responsabilidade de determinadas autoridades).

Júri popular (inciso XXXVIII)

Art. 5º, XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

³⁹ STF – Súmula 654.



- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

- O Tribunal do Júri é um tribunal popular, composto por jurados escolhidos dentre cidadãos alistados, e por um juiz togado, que possui a função de presidir o Tribunal. É previsto pela CF/88 para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

- Sobre a competência do Tribunal do Júri para julgamento de crimes dolosos contra a vida (alínea "d"):

a) não alcança detentores de foro especial por prerrogativa de função estabelecido pela CF/88;

b) em relação ao item anterior, quando o foro especial decorre não de previsão da CF/88, mas (exclusivamente) de Constituição Estadual, prevalece a competência do Tribunal do Júri estabelecida pela Constituição Federal⁴⁰;

c) pode ser ampliada pela legislação ordinária, de modo que ao Tribunal do Júri pode ser atribuída competência para o julgamento também de outros crimes (entendimento do STF).

- A plenitude de defesa (alínea "a") deriva dos princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo ao acusado se valer de todos os instrumentos processuais e argumentos para se defender nos processos de competência do Tribunal do Júri.

- A soberania dos veredictos (alínea "c") impõe que a decisão dos jurados não pode ser modificada, suprimida, desconsiderada ou substituída por outra proferida pelos órgãos do Poder Judiciário. Entretanto, isso não significa que a decisão do Tribunal do Júri não seja passível de recurso perante os tribunais do Poder Judiciário, especialmente quando tal decisão seja flagrantemente contrária às provas constantes do processo (entendimento do STF).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"⁴¹.

"A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do tribunal do júri"⁴².

⁴⁰ STF – Súmula Vinculante 45.

⁴¹ STF – Súmula Vinculante 45.

⁴² STF – Súmula 603.



Princípio da legalidade penal (inciso XXXIX)

Art. 5º, XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

- O dispositivo trata do princípio da legalidade penal, que impõe que as normas incriminadoras devam estar previstas em lei, de modo que uma conduta só possa ser considerada crime e ser objeto de sanção caso haja uma lei já existente definindo-a como crime e prevendo a ela uma pena.

- A "lei" prevista no dispositivo:

a) deve ser considerada em sentido estrito, ou seja, lei formal editada pelo Poder Legislativo (princípio da reserva legal em matéria penal);

b) deve existir anteriormente à conduta para que esta possa ser considerada (ou não) criminosa (princípio da anterioridade da lei penal).

- A competência para legislar sobre Direito Penal é da União, o que impossibilita que os demais entes tipifiquem crimes (art. 22, inciso I da CF/88).

- Não é possível que medidas provisórias definam crimes e cominem penas, em razão do impedimento previsto no art. 62, § 1º, I, "b" da CF/88, onde se veda a edição de medida provisória para tratar, dentre outros temas, de direito penal e processual penal (*obs: preocupe-se com tal informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados*).

- As normas penais "em branco" (que dependem de complementação por outra norma, inclusive de outra espécie que não lei em sentido estrito) não violam o princípio da reserva legal (entendimento doutrinário majoritário).

Princípios da irretroatividade da lei penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (inciso XL)

Art. 5º, XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

- Derivado do princípio da anterioridade da lei penal, o princípio da irretroatividade da lei penal veda que a lei penal atinja fatos pretéritos ao início de sua vigência, caso prejudique o réu.

- Caso a lei penal favoreça o réu, poderá retroagir, alcançando fatos anteriores ao início de sua vigência, possibilitando, inclusive, a descontinuidade de punições por condutas antes consideradas criminosas, mesmo que tenha havido o trânsito em julgado da condenação (princípio da retroatividade da lei penal mais favorável).

- Não é possível a combinação de leis emanadas em tempos diferentes para se derivar uma regra mais favorável ao réu, devendo, no caso, se aplicar integralmente a regra prevista ou na lei antiga



ou na lei nova, sob pena de alterar-se o "espírito normativo" previsto nos diplomas legais envolvidos (entendimento do STF).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência"⁴³.

Mandados de criminalização (incisos XLI a XLIV)

*Art. 5º, XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;
XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;*

- Trata-se de normas constitucionais que limitam a atuação do legislador ao impor a criminalização de determinadas condutas.

- Inciso XLI: norma de eficácia limitada (*preocupe-se com esta informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo do assunto "eficácia das normas constitucionais"*).

- Comparação entre os mandados previstos nos incisos XLI a XLIV:

Discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (inciso XLI)	Prática do Racismo (inciso XLII)	Prática da tortura Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins Terrorismo Crimes hediondos (assim definidos em lei) (inciso XLIII)	Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (inciso XLIV)
-	Crime inafiançável e imprescritível	Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia	Crime inafiançável e imprescritível
Será punida pela lei	Pena de reclusão (não detenção!)	-	-
-	-	Respondem pelos crimes: a) mandantes;	-

⁴³ STF – Súmula 711.



		b) executores; c) os que podendo evitá-los, se omitirem.	
--	--	---	--

- Alguns macetes que podem lhe ajudar a responder uma questão caso não se lembre do exato teor das condutas previstas em cada um dos incisos:

a) para memorizar quais são as condutas que constituem crimes insuscetíveis de graça ou anistia:

Observe que, de todas as condutas previstas, as únicas que são consideradas insuscetíveis de graça ou anistia pela CF/88 são as previstas no inciso XLIII. Para facilitar a memorização dessa informação, decore a seguinte frase mnemônica: "**3T + hediondos não têm graça**".

3T = a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo

hediondos = os definidos como hediondos;

não tem graça = a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Pre = prestação social alternativa.

Às vezes, só de saber que três das condutas começam com a letra "t", mesmo sem lembrar exatamente de tudo, pode ser muito útil para responder uma questão ;)

b) para memorizar quais são as condutas que constituem crimes inafiançáveis:

Observe que, de todas as condutas previstas, apenas a mais "genérica", que é a prevista no inciso XLI, não constitui crime inafiançável pela CF/88, qual seja, "qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais".

Em outras palavras, todas as condutas elencadas nos mandados de criminalização, exceto a prevista inciso XLI, têm em comum o fato de serem consideradas crimes inafiançáveis pela Constituição.

c) para memorizar quais são as condutas que constituem crimes imprescritíveis:

Observe que para a conduta mais "genérica" (inciso XLI) e as que estão englobadas na frase mnemônica "3T + hediondos não têm graça (inciso XLIII) são as que **não** foram previstas na CF como crimes imprescritíveis. Logo, todas as demais (incisos XLII e XLIV) foram previstas como crimes imprescritíveis pela Constituição.

- Já que falamos em crimes insuscetíveis de graça ou anistia, convém destacar que:



a) a competência para conceder indulto e comutar penas é do Presidente da República, delegável aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União (art. 84, XII e parágrafo único da CF/88).

b) para a concessão de anistia, faz-se necessária a edição de lei do Congresso Nacional (art. 48, VIII da CF/88).

Obs: preocupe-se com tais informações apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.

- Maconha: entendimento do STF sobre a diferenciação entre usuário e traficante

O STF⁴⁴ entende que embora seja proibido, **não comete infração penal** quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância **cannabis sativa**, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com **apreensão da droga** e aplicação de sanções de **advertência sobre os efeitos dela** e **medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo**.

Deve ser presumido **usuário** quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo **até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas**, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito, nos termos do § 2º do artigo 28 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas).

Além disso, essa presunção (de usuário) é **relativa**, não estando a autoridade policial e seus agentes impedidos de realizar a prisão em flagrante por tráfico de drogas, **mesmo para quantidades inferiores ao limite acima estabelecido, quando presentes elementos que indiquem intuito de mercancia**, como a forma de acondicionamento da droga, as circunstâncias da apreensão, a variedade de substâncias apreendidas, a apreensão simultânea de instrumentos como balança, registros de operações comerciais e aparelho celular contendo contatos de usuários ou traficantes.

Por outro lado, a apreensão de quantidades **superiores** aos limites ora fixados **não impede** o juiz de concluir que a **conduta é atípica**, apontando nos autos prova suficiente da condição de usuário.

Princípio da intransmissibilidade da pena (inciso XLV)

Art. 5º, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

⁴⁴STF - RE 635.659 (Tema 506)



- Também chamado de princípio da pessoalidade da pena, da personalização da pena ou da intranscendência da pena.
- Garante que a pena só pode ser cumprida pelo condenado, não por terceiros – a pena é personalíssima.
- Em decorrência de tal princípio, caso o condenado venha a falecer, extingue-se a punibilidade.

Nada obstante, a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Princípio da individualização da pena (inciso XLVI)

Art. 5º, XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;*
- b) perda de bens;*
- c) multa;*
- d) prestação social alternativa;*
- e) suspensão ou interdição de direitos;*

- Impõe que a lei penal deve considerar as características pessoais do infrator (ex: antecedentes criminais) ao regular a pena.
- O dispositivo prevê rol não exaustivo ("entre outras"), de modo que a lei poderá criar novas penas.
- Frase mnemônica para guardar o rol do dispositivo: "**Priva + PerMulta + SuPre**".

Priva = privação ou restrição da liberdade;

Per = perda de bens;

Multa = multa;

Su = suspensão ou interdição de direitos;

Pre = prestação social alternativa.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):



JURISPRUDÊNCIA

"Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico"⁴⁵.

Penas inaplicáveis (inciso XLVII)

Art. 5º, XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

- Notar que, em caso de guerra declarada, excepcionalmente é possível a pena de morte (relembrando, mais uma vez, que nem mesmo o direito à vida é absoluto!).
- A pena de banimento (alínea "d") não se confunde com a expulsão de estrangeiro, que é admitida.
- As penas de caráter perpétuo (alínea "b") também não são admitidas no âmbito das sanções administrativas (entendimento do STF).
- Comparar as penas inadmitidas previstas no dispositivo com as penas admitidas previstas no inciso anterior.
- Frase para ajudar a memorização do rol previsto no dispositivo: "O **banimento cruel força a morte perpétua**", de modo que:

banimento = de banimento (alínea "d");

cruel = cruéis (alínea "e");

força = de trabalhos forçados (alínea "c");

morte = de morte, salvo em caso de guerra declarada (alínea "a"); e

perpétua = de caráter perpétuo (alínea "b").

⁴⁵ STF – Súmula Vinculante 26.



- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS⁴⁶.

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória⁴⁷.

É inconstitucional lei estadual que impede militares estaduais afastados pela prática de falta grave de prestarem concurso público sem estipular prazo máximo para a sanção, uma vez que se caracterizaria penalidade administrativa de caráter perpétuo, o que é inadmissível à luz do art. 5º, XLVII, "b", da Constituição Federal.⁴⁸

Execução penal individualizada (inciso XLVIII)

Art. 5º, XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

- Frase mnemônica para ajudar a memorizar os fatores a serem considerados para distinguir os estabelecimentos em que serão cumpridas as penas: "**Ida De Sexta**"

Ida = idade do apenado;

De = natureza do delito;

Sexta = sexo do apenado.

Garantia do respeito à integridade física e moral dos presos (inciso XLIX)

Art. 5º, XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

- O objetivo aqui é assegurar que certos direitos fundamentais permaneçam garantidos aos indivíduos mesmo quando presos.

Garantia de que as presidiárias tenham condições de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (inciso L)

Art. 5º, L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

⁴⁶ STF – Súmula Vinculante 56.

⁴⁷ STF – Súmula 716.

⁴⁸ STF – ADI 2893/PE



- Trata-se de dupla garantia: ao mesmo tempo em que assegura às mães o direito à amamentação e ao contato com o filho, permite que a criança tenha acesso ao leite materno.

Extradição (incisos LI e LII)

Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

- Extradição ativa x extradição passiva:

Na extradição ativa, o Brasil solicita a outro país a entrega de um indivíduo para que seja processado, julgado ou punido em território nacional. Na extradição passiva ocorre o inverso: o Estado estrangeiro é quem solicita ao Brasil que lhe entregue o criminoso.

- Extradição de brasileiros:

A extradição de brasileiro nato é vedada de forma absoluta. Nada obstante, é possível a extradição de brasileiro naturalizado, desde que configurada uma das hipóteses previstas no inciso LI, quais sejam:

a) prática de crime comum, praticado antes da naturalização; ou

b) envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a qualquer tempo.

Na hipótese de crime comum, só é possível a extradição do brasileiro naturalizado se o crime for cometido antes da naturalização. Já no caso de envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, a extradição do brasileiro naturalizado pode acontecer mesmo que tal envolvimento se dê após a naturalização.

Perceba, assim, que a Constituição considera mais reprovável o envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes que a prática de crime comum, já que no primeiro caso, pode ensejar extradição mesmo que o envolvimento ocorra após a naturalização.

Para ajudar na memorização:

Hipóteses que autorizam a extradição de brasileiro naturalizado		
Espécie de ilícito	Crime comum	Envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins
Período de ocorrência do ilícito	Antes da naturalização	A qualquer tempo



- Extradicação de estrangeiros:

Com relação ao estrangeiro, sua extradicação é permitida como regra, excetuando-se caso o fundamento seja a prática de crime político ou de opinião (inciso LII).

Entretanto, no caso do português equiparado, aplicam-se as regras de extradicação do brasileiro naturalizado, por força do art. 12, § 1º da CF/88 (*preocupe-se com esta informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado no dispositivo mencionado*).

- Quadro-resumo:

	Brasileiro Nato	Brasileiro Naturalizado (e português equiparado)	Estrangeiro (não vale para o português equiparado)
Possibilidade de extradicação	Não é permitida.	Regra geral, não é permitida.	Regra geral, é permitida.
Exceções	Não há. (vedação absoluta!)	a) Crime comum, antes da naturalização; b) Envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a qualquer tempo.	Caso o fundamento seja a prática de crime político ou de opinião.

- Processo de extradicação:

Compete ao STF processar e julgar o pedido de extradicação feito por Estado estrangeiro – ou seja, as extradicações passivas (art. 102, I, “g” da CF/88).

Caso o STF defira o pedido, caberá ao Presidente da República decidir pela entrega (ou não) do extraditando ao Estado requerente (art. 84, VII da CF/88), não estando vinculado, portanto, à autorização de extradicação conferida pela Corte Suprema, uma vez que se trata de ato político.

Por outro lado, caso o STF negue o pedido, o Presidente da República fica impedido de entregar o extraditando, ficando o chefe do Poder Executivo vinculado à decisão do Supremo Tribunal.

Princípio do devido processo legal – *due process of law* (inciso LIV)

Art. 5º, LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;



- O devido processo legal busca assegurar a liberdade dos indivíduos e a proteção de seus bens por meio de garantias processuais mínimas e julgamentos/decisões equilibrados(as).

- Devido processo legal - aspecto formal x aspecto material:

a) Aspecto formal (processual): devem ser asseguradas às partes garantias jurídico-processuais mínimas para fazer valer seus interesses e defender seus direitos.

b) Aspecto material (substantivo): as decisões proferidas no âmbito do processo devem ser efetivamente justas, razoáveis, proporcionais, desprovidas de arbitrariedade.

- Princípio da proporcionalidade e devido processo legal:

Decorre do devido processo legal, em sua acepção substantiva, o princípio (não expresso, implícito) da proporcionalidade, um importante parâmetro de aferição da constitucionalidade das leis, com vistas ao impedimento de imposição de restrições abusivas, desnecessárias, inadequadas e desproporcionais, sendo fundamentado em três aspectos:

a) Adequação: compatibilidade entre a medida empregada e o fim vislumbrado;

b) Exigibilidade ou necessidade: a medida deve ser necessária e a que cause menos prejuízo aos indivíduos;

c) Proporcionalidade em sentido estrito: as vantagens a serem alcançadas pela medida devem superar as desvantagens.

Garantias do contraditório e da ampla defesa (inciso LV)

Art. 5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

- Contraditório: direito de tomar conhecimento e contradizer, refutar, argumentar em sentido contrário tudo o que for apresentado pela outra parte no processo.

- Ampla defesa: direito de fazer uso de todos os meios de prova e recursos jurídicos disponíveis, inclusive calar-se e omitir-se (em razão do direito à não-incriminação), para comprovar suas alegações e defender seus direitos.

- São corolários do princípio do devido processo legal.

- Aplicam-se a processos judiciais e administrativos.



O vocábulo "litigantes" deve ser interpretado de forma ampla, de modo que as referidas garantias não se aplicam apenas a processos de que possam resultar penalidades (a exemplo do processo administrativo disciplinar).

Entretanto, o contraditório e a ampla defesa não precisam ser obrigatoriamente garantidos na fase do inquérito policial ou civil (que possuem natureza administrativa). Nada obstante, as provas colhidas no inquérito não podem ser os únicos elementos utilizados para fundamentar a decisão judicial, justamente por tais provas terem sido produzidas sem que tenham sido oportunizadas aquelas garantias (entendimento STF).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão"⁴⁹.

"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição"⁵⁰.

"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa"⁵¹.

"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"⁵².

"É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário"⁵³.

Inadmissibilidade das provas ilícitas (inciso LVI)

Art. 5º, LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

- A inadmissibilidade é aplicável tanto em processos administrativos quanto judiciais.

⁴⁹ STF – Súmula Vinculante 3.

⁵⁰ STF – Súmula Vinculante 5.

⁵¹ STF – Súmula Vinculante 14.

⁵² STF – Súmula Vinculante 21.

⁵³ STF – Súmula Vinculante 28.



- Teoria dos frutos da árvore envenenada: assim como uma árvore envenenada produzirá frutos contaminados, uma prova obtida por meios ilícitos maculará todas que dela são derivadas, de modo que todas deverão ser consideradas inadmissíveis.

- Excepcionalmente, é possível a admissão no processo de provas obtidas por meios ilícitos, em situações em que se mostra necessário garantir-se as liberdades públicas, a dignidade da pessoa humana e a legítima defesa.

Nesse sentido, como já exposto, o STF entendeu ser válida a prova obtida mediante a violação de encomenda postada pelo Correio, desde que haja indícios de prática de atividades ilícitas, uma vez que o direito ao sigilo da correspondência não é absoluto e deve ser equilibrado com o interesse do poder público de reprimir condutas criminosas. No caso, foi firmada a seguinte tese de repercussão geral⁵⁴:

JURISPRUDÊNCIA

"1. Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo, salvo se ocorrida em estabelecimento penitenciário, quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas.

2. Em relação à abertura de encomendas postadas nos Correios, a prova somente será lícita quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas, formalizando-se as providências adotadas para fins de controle administrativo ou judicial."

- O processo não necessariamente é invalidado integralmente caso haja prova ilícita nos autos: permanecem válidas as provas lícitas (e não contaminadas) nele contidas, devendo ser expurgadas (desconsideradas) as ilícitas e, assim, dá-se prosseguimento ao processo.

Princípio da presunção da inocência (inciso LVII)

Art. 5º, LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

- Decorrem da presunção da inocência:

- a) o princípio do *in dubio pro reo*;
- b) que o ônus da prova de um crime seja sempre do acusador.

- O princípio da presunção da inocência não impede a realização de prisões cautelares.

- Sobre a chamada "prisão em segunda instância":

⁵⁴ STF – RE 1116949 ED/PR.



O entendimento atual do STF é no sentido de que não é possível a prisão após condenação em segunda instância como medida de execução antecipada de pena.

Identificação criminal do civilmente identificado (inciso LVIII)

Art. 5º, LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

- Importante notar que, de forma excepcional, a lei pode trazer hipóteses de identificação criminal mesmo quando o indivíduo já foi identificado civilmente.

Trata-se de norma de eficácia contida, portanto (*preocupe-se com esta informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo do assunto "eficácia das normas constitucionais"*).

Ação penal subsidiária da pública (inciso LIX)

Art. 5º, LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

- É possível a ação privada caso aquela não seja intentada no prazo legal (ou seja, quando há inércia do Ministério Público).

- É competência do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei (art. 129, I da CF/88).

Obs: preocupe-se com tais informações apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.

Publicidade dos atos processuais (inciso LX)

Art. 5º, LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

- A publicidade dos atos processuais é a regra, só podendo ser restringida **por lei** em razão de apenas duas exigências: defesa da intimidade ou interesse social.

Hipóteses constitucionais que possibilitam a prisão (incisos LXI e LXVI)

Art. 5º, LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei; (...)

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

- Qualquer pessoa pode realizar prisão em flagrante delito, não sendo exigida ordem judicial.



- Quadros para ajudar na memorização:

	Flagrante delito	Sem flagrante delito	Quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança
Possibilidade de prisão do indivíduo	Pode ser preso, mesmo sem ordem judicial.	Regra geral, só pode ser preso por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. Exceções (pode prender mesmo sem ordem judicial): a) Transgressão militar; b) Crime propriamente militar.	Não pode ser preso.

Não é possível prender	Não se exige ordem judicial para prender	É necessária ordem judicial para prender
Quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.	a) flagrante delito; b) transgressão militar; c) crime propriamente militar.	Para todos os demais casos.

- É possível a prisão administrativa, sem necessidade de prévia autorização judicial, durante os estados de defesa e de sítio (arts. 136, § 1º e 139 da CF/88).

Obs: preocupe-se com tais informações apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.

- Não é possível a prisão em flagrante do Presidentes da República (art. 86, § 3º da CF/88). Quanto aos congressistas e deputados estaduais, só poderão ser presos no caso de flagrante de crime inafiançável (arts. 53, § 2º e 27, § 1º da CF/88).

Obs: preocupe-se com tais informações apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.



Demais direitos dos presos (incisos LXII a LXV)

Art. 5º, LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

- Tais dispositivos possuem o objetivo de evitar arbitrariedades e abusos por parte da autoridade policial e de seus agentes.

- O direito à não autoincriminação previsto no inciso LXIII (direito de permanecer em silêncio e de não produzir provas contra si mesmo) abrange qualquer pessoa, mesmo não presa, que, na condição de indiciada ou de acusado, presta depoimento perante órgãos de quaisquer dos Poderes.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

“Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”⁵⁵.

Prisão civil por dívida (inciso LXVII)

Art. 5º, LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

- Apesar de a CF/88 autorizar a prisão civil por dívida do depositário infiel, tal espécie de prisão não é mais aplicável no ordenamento jurídico brasileiro em razão da ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direito humanos – Pacto de San José da Costa Rica.

É importante observar que não houve revogação da norma constitucional pelo tratado internacional, mas sim o impedimento da legislação infraconstitucional ordenar tal modalidade de prisão em razão do status de supralegalidade do tratado.

⁵⁵ STF – Súmula Vinculante 11.



- Portanto, a única hipótese de prisão civil por dívida admitida atualmente é a que ocorre em virtude do inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

Veja que o inadimplemento precisa ser **voluntário** e **inescusável**.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito"⁵⁶.

Assistência jurídica integral e gratuita (inciso LXXIV)

Art. 5º, LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

- Tal direito só é conferido aos que comprovarem insuficiência de recursos.

- Cabe à Defensoria Pública a prestação da assistência jurídica integral e gratuita (art. 134).

- A assistência gratuita compreende honorários de advogado, de perito e até o custeio de exame de DNA (entendimento do STF).

Indenização por erro judiciário e por manutenção da prisão por tempo superior ao fixado na sentença (inciso LXXV)

Art. 5º, LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

- O erro judiciário aludido diz respeito unicamente à esfera penal; já a responsabilidade do Estado por manutenção da prisão por tempo superior ao fixado na sentença não decorre de ato jurisdicional, mas sim de falha na atuação administrativa.

- Como regra, a responsabilidade civil do Estado ocorre no exercício da Administração Pública (de qualquer dos Poderes), ao contrário das atividades legislativa e jurisdicional, em que a regra é a inexistência de responsabilidade civil do Estado.

Gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito (inciso LXXVI)

Art. 5º, LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

⁵⁶ STF – Súmula Vinculante 25.



- A gratuidade só foi constitucionalmente conferida aos hipossuficientes, na forma da lei.

Nada obstante, a lei não está impedida de estender tal direito a outros cidadãos que não sejam reconhecidamente pobres.

- Notar que a gratuidade só abrange as certidões de nascimento e de óbito.

Gratuidade do *habeas corpus*, *habeas data* e dos atos de exercício da cidadania (inciso LXXVII)

Art. 5º, LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania

- Perceba que os demais remédios constitucionais, com exceção do *habeas corpus* e do *habeas data*, não estão previstos como gratuitos pela Constituição.

- Os atos necessários ao exercício da cidadania serão previstos em lei (reserva legal).

- Uma "pegadinha" aqui é dizer que o HC (ou HD) é gratuito apenas aos reconhecidamente pobres, fazendo uma confusão com o inciso imediatamente anterior (LXXVI) – não caia nessa!

Gratuito aos reconhecidamente pobres (inciso LXXVI)	Gratuito a todos (inciso LXXVII)
a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito.	a) HC; b) HD; c) atos necessários ao exercício da cidadania (na forma da lei).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência"⁵⁷.

Princípio da celeridade processual (inciso LXXVIII)

Art. 5º, LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

⁵⁷ STF – RE1018911/RR



- Tal princípio é aplicável tanto aos processos judiciais, quanto aos administrativos e busca evitar dilações indevidas e demoras excessivas na resolução de litígios por parte do Estado.

Direito à proteção dos dados pessoais (inciso LXXIX)

Art. 5º, LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

- A proteção de dados pessoais foi incluída entre os direitos e garantias fundamentais pela EC 115/2022, que também fixou a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais (arts. 21, inciso XXVI e 22, inciso XXX, da CF/88).

Remédios constitucionais (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LXXVII)

Habeas corpus (inciso LXVIII)

Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

- Finalidade e bem jurídico tutelado: proteger ofensa direta ou indireta à liberdade de locomoção.
- Legitimação ativa: qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira), Ministério Público e Defensoria Pública.

Pessoa jurídica não pode figurar como paciente, mas pode impetrar HC em favor de pessoas naturais.

O HC pode ser concedido de ofício pelo juiz.

- Legitimação passiva: a autoridade pública ou o particular que esteja restringindo a locomoção do paciente.
- Natureza penal.
- Ação gratuita.
- É possível medida liminar em sede de HC.
- Pode possuir tanto caráter repressivo quanto preventivo.
- Está sujeito a foro especial por prerrogativa de função.
- Não há necessidade de representação por advogado.



- Sujeito a procedimento especial, rito sumário.
- O STF entende que é cabível HC de natureza coletiva, estendendo-se a decisão a todos os pacientes que estejam na mesma situação.
- Não está sujeito a prazo prescricional/decadencial⁵⁸.
- No caso de estado de defesa (art. 136 da CF/88) ou de estado de sítio (art. 139 da CF/88), poderá haver limitação (não supressão) do HC.
- Não caberá HC contra punições disciplinares militares (art. 142, § 2º da CF/88).
- Outras situações em que não é cabível HC:
 - a) em favor de pessoa jurídica⁵⁹;
 - b) para impugnar decisões do STF (Plenários, Turma e até decisões monocráticas)⁶⁰;
 - c) para impugnar determinação de suspensão de direitos políticos ou discutir a condenação imposta em processo de *impeachment*;
 - d) para impugnar pena em processo administrativo disciplinar ou para sustar o andamento do correspondente processo administrativo⁶¹;
 - e) para impugnar quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico, caso pena privativa de liberdade não seja o possível resultado de tais medidas;
 - f) para discutir o mérito das punições disciplinares militares (mas a legalidade de tais punições pode ser questionada)⁶²;
 - g) contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada⁶³;
 - h) contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública⁶⁴;

⁵⁸ STF – HC 88.672/SP.

⁵⁹ STF – HC 92.921/BA.

⁶⁰ STF – HC 10.959/DF.

⁶¹ STF – HC 100.664/DF.

⁶² STF – HC 70.648/RJ.

⁶³ STF – Súmula 693.

⁶⁴ STF – Súmula 694.



- i) quando já extinta a pena privativa de liberdade⁶⁵;
- j) contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito⁶⁶.

Mandados de segurança individual e coletivo (incisos LXIX e LXX)

Art. 5º, LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;*
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;*

- Finalidade e bem jurídico tutelado: proteger direito líquido e certo, não amparado por HC ou HD (caráter residual).

No caso do MS Coletivo, o direito líquido e certo precisa ter caráter coletivo ou individual homogêneo (não é cabível se for direito difuso).

O MS possui caráter residual e é cabível tanto contra atos vinculados (vide o termo "ilegalidade" no inciso LXIX), quanto contra atos discricionários (vide o termo "abuso de poder" no inciso LXIX).

- Legitimação ativa do MS individual:

- a) qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira);
- b) universalidades reconhecidas em lei como detentoras de capacidade processual para seus direitos;
- c) certos órgãos públicos de grau superior, na defesa de suas prerrogativas e atribuições;
- d) Ministério Público.

- Legitimação ativa do MS coletivo:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) em defesa dos interesses de seus membros ou associados:

⁶⁵ STF – Súmula 695.

⁶⁶ STF – Súmula 692.



- b1) organização sindical;
- b2) entidade de classe;
- b3) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

Cuidado! a exigência de um ano de constituição e funcionamento (alínea “b” do inciso LXX) é aplicável apenas às associações.

Os legitimados ativos atuam como substitutos processuais, que não precisam de autorização expressa dos titulares do direito para agir.

- Legitimação passiva: autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder.
- Natureza civil, embora possa ser utilizado em processos penais.
- Não é gratuito.
- É possível medida liminar em sede de MS.

Vale destacar que as exceções previstas em lei⁶⁷ foram declaradas inconstitucionais pelo STF recentemente (ADI 4296).

- Pode possuir tanto caráter repressivo quanto preventivo.
- Está sujeito a foro especial por prerrogativa de função.
- Há necessidade de representação por advogado.
- O direito de requerer MS extingue-se em 120 dias da ciência, do interessado, do ato impugnado⁶⁸ (prazo decadencial).

Inclusive o STF possui entendimento quanto à constitucionalidade da fixação de prazo por lei para a impetração de MS:

JURISPRUDÊNCIA

“É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança”⁶⁹.

⁶⁷ Lei 12.016/2009, art. 7º, § 2º.

⁶⁸ Lei 12.016/2009, art. 23.

⁶⁹ STF – Súmula 632.



- É o remédio constitucional que protege o direito de certidão.
- Situações em que não é cabível MS:
 - a) quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução⁷⁰;
 - Nada obstante, “a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade”⁷¹.
 - b) quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo⁷²;
 - c) quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado⁷³;
 - d) “Não cabe mandado de segurança contra lei em tese”⁷⁴.
- Concedido o MS, a sentença está sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição⁷⁵.
- Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus⁷⁶.
- Os direitos protegidos MS coletivo podem ser⁷⁷:
 - a) coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica;
 - b) individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante⁷⁸.
- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

⁷⁰ Lei 12.016/2009, art. 5º, inciso I.

⁷¹ STF – Súmula 429.

⁷² Lei 12.016/2009, art. 5º, inciso II.

⁷³ Lei 12.016/2009, art. 5º, inciso III e STF – Súmula 268.

⁷⁴ STF – Súmula 266.

⁷⁵ Lei 12.016/2009, art. 14, § 1º.

⁷⁶ Lei 12.016/2009, art. 20, *caput*.

⁷⁷ Lei 12.016/2009, art. 21, parágrafo único.

⁷⁸ Lei 12.016/2009, art. 22, *caput*.



JURISPRUDÊNCIA

"Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança"⁷⁹.

"Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial"⁸⁰.

"Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança"⁸¹.

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais"⁸².

"O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança"⁸³.

"Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria"⁸⁴.

"Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança"⁸⁵.

Mandado de injunção (inciso LXXI)

Art. 5º, LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

- Finalidade e bem jurídico tutelado: suprir omissão total ou parcial de norma regulamentadora que inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A norma constitucional pendente de regulamentação, portanto, deve ser de eficácia limitada (*preocupe-se com esta informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo do assunto "eficácia das normas constitucionais"*).

⁷⁹ STF – Súmula 625.

⁸⁰ STF – Súmula 510.

⁸¹ STF – Súmula 430.

⁸² STF – Súmula 624.

⁸³ STF – Súmula 269.

⁸⁴ STF – Súmula 271.

⁸⁵ STF – Súmula 512.



O MI coletivo, especificamente, presta-se à proteção dos direitos, das liberdades e das prerrogativas pertencentes, indistintamente, a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria⁸⁶.

- Pressupostos para o cabimento do mandado de injunção:

a) Falta (total ou parcial) de norma que regule uma norma constitucional programática propriamente dita ou que defina princípios institutivos ou organizativos de natureza impositiva – ou seja, é necessária existência de um dever (não uma faculdade) estatal de produzir a norma;

b) Nexos de causalidade entre a omissão do Poder Público e a impossibilidade de exercício, por parte do impetrante, de um direito, liberdade ou prerrogativa constitucional (inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania);

c) O decurso de prazo razoável para elaboração da norma regulamentadora, sem que tenha sido editada – é necessário que reste caracterizado o retardamento abusivo por parte do Estado.

- Legitimação ativa: qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira).

No caso de mandado de injunção coletivo⁸⁷:

a) partido político;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;

c) Ministério Público;

d) Defensoria Pública.

- Legitimação passiva: Poder, órgão ou autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora⁸⁸.

- Natureza civil.

- Não é gratuito.

- Não é cabível medida liminar em sede de MI⁸⁹.

⁸⁶ Lei 13.300/2016, art. 12, parágrafo único.

⁸⁷ Lei 13.300/2016, art. 12, incisos I a IV.

⁸⁸ Lei 12.300/2016, art. 3º.

⁸⁹ STF – MI-MC 4.060/DF.



- Está sujeito a foro especial por prerrogativa de função.
- Há necessidade de representação por advogado.
- Não está sujeito a prazo prescricional/decadencial.
- Há duas correntes quanto aos efeitos da decisão em sede de MI:
 - a) não concretista: cabe ao Judiciário apenas reconhecer a inércia e dar ciência da omissão ao órgão competente para que edite a norma regulamentadora.
 - b) concretista: cabe ao Judiciário não apenas reconhecer a inércia, mas também possibilitar a concretização do direito (concretista geral: *eficácia erga omnes*; concretização individual: *eficácia inter partes*).

O STF tem adotado a corrente concretista atualmente.

A lei que regula o MI adotou a corrente concretista individual (ou coletiva, no caso do MI coletivo) como regra geral, nos seguintes termos:

Lei 13.300/2016, Art. 8º Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para:
I - determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;
II - estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.
Parágrafo único. Será dispensada a determinação a que se refere o inciso I do caput quando comprovado que o impetrado deixou de atender, em mandado de injunção anterior, ao prazo estabelecido para a edição da norma.
Art. 9º A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora.
§ 1º Poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração.
§ 2º Transitada em julgado a decisão, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.
§ 3º O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios.
(...)
Art. 13. No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente às pessoas integrantes da coletividade, do grupo, da classe ou da categoria substituídos pelo impetrante, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 9º.

- Situações em que não é cabível MI:

- a) se já houver norma regulamentadora do direito constitucional, mesmo que esta seja defeituosa;



- b) se faltar norma regulamentadora de direito infraconstitucional;
- c) diante da falta de regulamentação dos efeitos de medida provisória ainda não convertida em lei pelo Congresso Nacional;
- d) se não houver obrigatoriedade de regulamentação do direito constitucional, mas mera faculdade do legislador.

Habeas data (inciso LXXII)

Art. 5º, LXXII - conceder-se-á habeas data:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;*
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;*

- Finalidade e bem jurídico tutelado:

- a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) retificar dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

- Legitimação ativa: qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira).

O HD não pode ser utilizado com a finalidade de acessar informações de terceiros (ação personalíssima).

O HD só pode ser impetrado após o indeferimento do pedido de informações de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo.

- Legitimação passiva:

- a) pessoa jurídica de direito público.
- b) pessoa jurídica de direito privado detentora de banco de dados de caráter público. Não cabe HD quando a informação a ser acessada consta de bancos de dados de caráter privado.

Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações⁹⁰.

⁹⁰ Lei 9.507/97, art. 1º, parágrafo único.



- Natureza civil.
- Ação gratuita.
- Está sujeito a foro especial por prerrogativa de função.
- Há necessidade de representação por advogado.
- Não está sujeito a prazo prescricional/decadencial.
- Os processos de HD terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto HC e MS⁹¹ (rito sumário).

Ação popular (inciso LXXIII)

Art. 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

- Finalidade e bem jurídico tutelado:

Anular ato lesivo:

- a) ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe;
- b) à moralidade administrativa;
- c) ao meio ambiente; e
- d) ao patrimônio histórico e cultural.

Ou seja, busca-se proteger não apenas valores econômico-financeiros, mas também não econômicos – moralidade, meio ambiente e patrimônio histórico e cultural.

- Legitimação ativa: qualquer cidadão.

Cidadão = pessoa natural em pleno gozo dos direitos civis e políticos – detentor, portanto, de capacidade eleitoral ativa –, ou seja, não é qualquer pessoa!

Assim, não podem ajuizar ação popular:

⁹¹ Lei 9507/97, art. 19, caput.



- a) pessoa jurídica;
- b) o Ministério Público;
- c) os inalistados (os que, mesmo podendo, não se alistaram);
- d) os inalistáveis, a saber:
 - d1) os menores de 16 anos;
 - d2) os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório;
 - d3) os estrangeiros, exceto os portugueses equiparados, conforme previsto no art. 12, § 1º da CF/88.

- Legitimação passiva⁹²:

- a) a entidade pública ou privada lesada;
- b) o agente que praticou o ato (ou firmou o contrato) impugnado, bem como aqueles que o tenham autorizado, aprovado ou ratificado ou, ainda, tenham se omitido e, por isso, possibilitaram a ocorrência da lesão;
- c) beneficiários diretos do ato (ou contrato) impugnado.

- Natureza civil.

- O autor da AP fica isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.

- É cabível medida liminar em sede de AP.

- Pode possuir tanto caráter repressivo quanto preventivo.

- Não está sujeito a foro especial por prerrogativa de função.

- Há necessidade de representação por advogado.

- A sentença que julgue improcedente a ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório⁹³.

⁹² Lei 4.717/65, art. 6º, *caput*.

⁹³ Lei 4.717/65, art. 19, *caput*.



- Ação sujeita a prazo prescricional de 5 anos⁹⁴.

- Papel do Ministério Público na AP⁹⁵:

O MP deve acompanhar o processo para assegurar sua regularidade (papel de "fiscal da lei" ou "*custos legis*"), cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem.

Por outro lado, é vedado ao MP assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

Caso autor da AP seja omissor no processo (embora continue como parte), o MP atua em seu lugar, como seu substituto.

Por fim, caso o autor desista da ação (deixando de ser parte no processo), o MP pode prosseguir como seu sucessor.

- Não é cabível contra atos de conteúdo jurisdicional⁹⁶, de modo que a AP pode incidir apenas sobre a atuação administrativa (atos administrativos, contratos administrativos, fatos administrativos etc.) dos Poderes (quaisquer deles), portanto.

⁹⁴ Lei 4.717/65, art. 21.

⁹⁵ Lei 4.717/65, arts. 6º, § 4º, 7º, § 1º, 9º, 16 e 19, § 2º.

⁹⁶ STF – AO 672-DF.



	Habeas Corpus (HC)	Mandado de Segurança Individual (MS)	Mandado de Segurança Coletivo	Mandado de Injunção (MI)	Habeas Data (HD)	Ação Popular (AP)
Finalidade e bem jurídico tutelado	Proteger ofensa <u>direta</u> ou <u>indireta</u> à liberdade de locomoção.	Proteger direito líquido e certo, não amparado por HC ou HD (caráter residual) No caso do MS Coletivo, o direito líquido e certo precisa ter caráter coletivo ou individual homogêneo (não é cabível se for direito difuso).		Suprir omissão total ou parcial de norma regulamentadora que inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.	a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) retificar dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.	Anular ato lesivo: a) ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe; b) à moralidade administrativa; c) ao meio ambiente; e d) ao patrimônio histórico e cultural. (ou seja, busca-se proteger não apenas valores econômico-financeiros, mas também não econômicos – moralidade, meio ambiente e patrimônio histórico e cultural)
Legitimação ativa	Qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira), Ministério Público e Defensoria Pública. Pessoa jurídica não pode figurar como paciente, mas pode	a) qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira); b) universalidades reconhecidas em lei como detentoras de capacidade processual para seus direitos;	a) partido político com representação no Congresso Nacional. b) em defesa dos interesses de seus membros ou associados; b1) organização sindical;	Qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira). No caso de mandado de injunção coletivo: a) partido político; b) organização sindical, entidade de classe ou	Qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira). O HD não pode ser utilizado com a finalidade de acessar informações de terceiros (ação personalíssima). O HD só pode ser impetrado após o indeferimento do pedido de	Qualquer <u>cidadão</u> . (cidadão = pessoa natural em pleno gozo dos direitos civis e políticos – detentor, portanto, de capacidade eleitoral ativa –, ou seja, não é qualquer pessoa!)

	O HC pode ser concedido de ofício pelo juiz.	superior, na defesa de suas prerrogativas e atribuições; d) Ministério Público.	b3) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.	um ano, c) Ministério Público; d) Defensoria Pública.	ões de dados pessoais, ou missão em atendê-lo.	
Legitimação passiva	A autoridade pública ou o particular que esteja restringindo a locomoção do paciente.	Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.		Poder, órgão ou autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora.	Pessoa jurídica de direito público. Pessoa jurídica de direito privado detentora de banco de dados de caráter público. Não cabe HD quando a informação a ser acessada consta de bancos de dados de caráter privado.	a) a entidade pública ou privada lesada; b) o agente que praticou o ato (ou firmou o contrato) impugnado, bem como aqueles que o tenham autorizado, aprovado ou ratificado ou, ainda, tenham se omitido e, por isso, possibilitaram a ocorrência da lesão; c) beneficiários diretos do ato (ou contrato) impugnado.
Natureza	Penal.	Civil. Nada obstante, pode ser utilizado em processos penais.		Civil.	Civil.	Civil.
Isenção de custas/gratuidade	Gratuito.	Não.		Não.	Gratuito.	O autor fica isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, <u>salvo comprovada má-fé.</u>
Está sujeito a foro especial por prerrogativa de função?	Sim.	Sim.		Sim.	Sim.	Não.

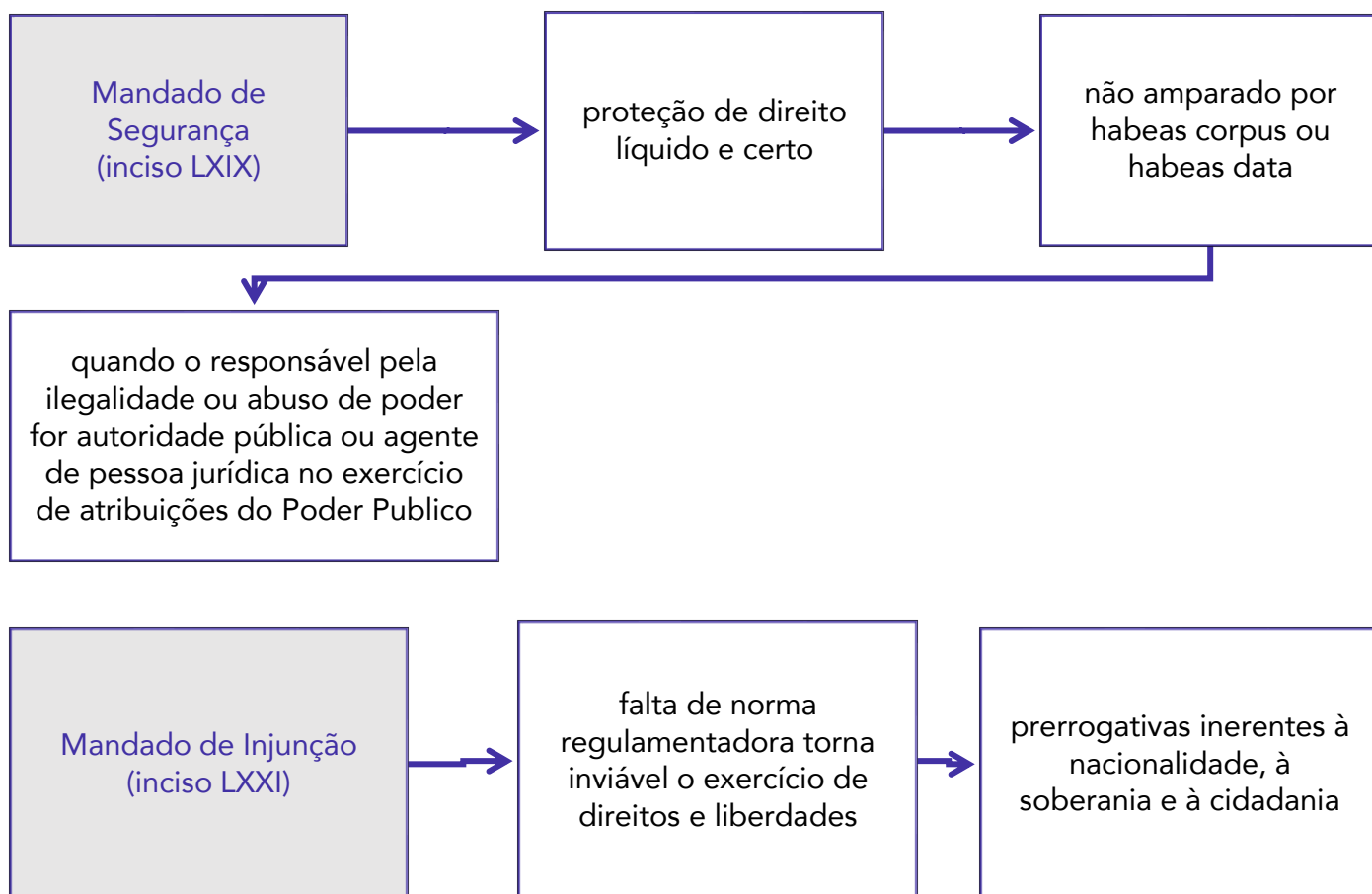
por advogado?				Sim.	Sim.
Prazo prescricional/decadencial	Não está sujeito.	O direito de requerer MS extingue-se em 120 dias da ciência, do interessado, do ato impugnado (prazo decadencial).	Não está sujeito.	Não está sujeito.	A ação está sujeita a prazo prescricional de 5 anos.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

Dentro do assunto "Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/88)", "Remédios Constitucionais" é(são) o(s) ponto(s) que acreditamos ser(em) o(s) que possui(em) mais chances de ser(em) cobrado(s) pela banca.

Abaixo, destacamos os remédios constitucionais que possuem maior incidência e, portanto, necessitam de maior atenção:



Além disso, em função de ser(em) recente(s), a(s) seguinte(s) novidade(s) legislativa(s) possui(em) grandes chances de ser(em) cobrada(s):

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Novidade legislativa incluída pela EC 115/2022

Art. 5º, LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)**

Por fim, os seguintes entendimentos jurisprudenciais também possuem enormes chances de serem cobrados em prova:

"(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente.

(II) Tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência"².

*"**É constitucional** a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, tenha sido incluída no plano nacional de imunizações; ou tenha sua aplicação obrigatória decretada em lei; ou seja objeto de determinação da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar"³.*

"A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local"⁴.

² STF – ADIs 6586 e 6587.

³ STF – ARE 1267879

⁴ STF – RE 806.339.





QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



Catálogo de direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos no art. 5º da CF/88, exceto remédios constitucionais.

1. (FGV/2023/PGM-Niterói/Analista Processual) João, após ser condenado em diversos processos criminais, com sentenças transitadas em julgado, pela prática de crimes contra o patrimônio, veio a falecer. João fora condenado a penas (1) privativas de liberdade e de (2) prestação de serviços à comunidade, bem como a (3) ressarcir os danos que causara aos lesados. Em razão desse quadro, seus herdeiros ficaram preocupados com a possibilidade de terem de cumprir as penas aplicadas a João e ainda não cumpridas. Ao procurarem a orientação de um advogado, foi corretamente informado aos herdeiros, considerando as três medidas impostas a João, que:

- a) somente podem vir a cumprir as medidas 2 e 3;
- b) somente podem vir a cumprir a medida 3;
- c) somente podem vir a cumprir a medida 1;
- d) não devem arcar com nenhuma delas;
- e) devem arcar com todas elas.

Comentários

Conforme inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal, apenas a obrigação de reparar o dano e decretação de perdimento de bens pode ser transferida aos sucessores da pessoa morta, mas apenas até o limite do valor do patrimônio transferido.



Art. 5º, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Assim, apenas a condenação de ressarcimento dos danos causados pode ser cumprida pelos herdeiros, e até o limite do valor da herança.

Gabarito: Letra B.

2. (FGV/2023/PM-AC/Aluno Oficial Combatente) Ana era seguidora da religião X, que apregoava a necessidade de realização de jejum e retiro espiritual em determinado dia da semana. Ocorre que o Município Alfa marcou justamente para o referido dia uma etapa do concurso público para o provimento de determinado cargo, da qual Ana iria participar. Ao consultar um advogado em relação aos efeitos da incompatibilidade do dia designado para a segunda etapa do referido certame com sua crença religiosa, foi-lhe corretamente respondido que ela

a) deve respeitar a data designada pela editalidade, pois a liberdade de crença, enquanto projeção dos direitos da personalidade, somente se manifesta na esfera privada, não avançando nas relações com as estruturas estatais de poder.

b) tem o direito público subjetivo à remarcação da prova, considerando a fundamentalidade da liberdade religiosa e a ausência de lesividade ao interesse público no reconhecimento da possibilidade de realizá-la outro dia.

c) deve respeitar a data designada pela editalidade, somente lhe restando a opção de comparecer, ou não, à etapa do concurso público, o que decorre do princípio da isonomia, que deve reger as relações com os demais candidatos.

d) pode vir a realizar a etapa em dia e horário distintos dos demais candidatos, desde que isto seja razoável, se preserve a igualdade entre os candidatos e não haja ônus desproporcional para a editalidade.

e) pode requerer a realização da etapa do concurso em dia distinto, tendo a editalidade total discricionariedade para acolher, ou não, o seu pleito, por razões de conveniência e oportunidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE 611874, Tema 386.

Nos termos do artigo 5º, VIII, da Constituição Federal é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, a preservação da igualdade entre todos os candidatos e que não



acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada.

As demais alternativas estão incorretas, pois não coadunam com entendimento do STF e com o inciso VIII do artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Gabarito: Letra D.

3. (FGV/2022/TJ-DFT/Técnico Judiciário – Administrativa) Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário. À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:

- a) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público;
- b) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;
- c) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário;
- d) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova;
- e) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a letra B, conforme inciso XXV, artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Gabarito: Letra B.

4. (FGV/2022/TJ-DFT/Analista Judiciário – Área Judiciária) John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença



judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John:

- a) não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais;
- b) não pode ser extraditado, salvo se, previamente, for declarada a perda da nacionalidade brasileira;
- c) pode ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, sendo-lhe aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;
- d) poderia ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;
- e) poderia ser extraditado, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, em razão da natureza do crime, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois conforme inciso LI, artigo 5º da Constituição Federal, o brasileiro naturalizado pode ser extraditado em decorrência de crime comum, praticado antes da naturalização.

*Art. 5º, LI - nenhum brasileiro **será extraditado**, salvo o **naturalizado**, em caso de crime comum, **praticado antes da naturalização**, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;*

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, na decisão proferida na Prisão Preventiva para Extradição 769, entendeu que as normas extradicionais, legais ou convencionais, não constituem lei penal, não incidindo, em consequência, a vedação constitucional de aplicação a fato anterior da legislação penal menos favorável.

Gabarito: Letra C.

5. (FGV/2022/TJ-DFT/Analista Judiciário – Administração) Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza. O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- a) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- b) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- c) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;



- d) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- e) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

Comentários

A alternativa correta é a letra B, pois os herdeiros têm direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução das obras do *de cuius*, pelo tempo que a lei fixar, conforme inciso XXVII, artigo 5º, da Constituição Federal.

*Art. 5º, XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, **transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar**;*

Gabarito: Letra B.

6. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Analista da Fazenda Estadual) João foi condenado à pena de reclusão, em sentença penal transitada em julgado, pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Em razão do longo período em que permaneceu encarcerado, ao que se somava o seu precário estado de saúde, além da divulgação de diversas ações humanitárias praticadas no decorrer da sua vida, levantou-se um grande clamor popular em prol de sua libertação. À luz desse quadro, os familiares de João procuraram um(a) advogado(a) e o(a) questionaram sobre a possibilidade de João ser anistiado, sendo-lhes respondido corretamente que a concessão desse benefício

- a) é ato do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, mas que não pode vir a beneficiar João.
- b) é ato complexo, de necessária iniciativa do Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, mas que não pode vir a beneficiar João.
- c) é ato privativo do Congresso Nacional, sem o concurso do Presidente da República, sujeito à sua livre valoração política, podendo vir a beneficiar João.
- d) é ato privativo do Presidente da República, sem o concurso do Congresso Nacional, sujeito à sua livre valoração política, podendo vir a beneficiar João.
- e) é ato privativo do Presidente da República, sujeito à sua livre valoração política, que pode ser suspenso pelo Congresso Nacional e pode vir a beneficiar João.

Comentários

A alternativa correta é a letra A, pois conforme inciso VIII, artigo 48 da Constituição Federal, a concessão de anistia é ato do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República. Contudo, por força do



inciso XLIII, artigo 5º, que veda a concessão de anistia no caso de tráfico de drogas, João não poderá vir a ser beneficiado.

Art. 5º, XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

(...)

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

(...)

VIII - concessão de anistia;

Gabarito: Letra A.

7. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Técnico Administrativo da Fazenda Estadual) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso. O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

- a) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- b) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- c) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- d) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- e) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

Comentários

A alternativa correta é a letra B, conforme inciso LXVII, artigo 5º da Constituição Federal, pois Pedro poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.



Art. 5º, LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

Vale ressaltar que, apesar do inciso LXVII, autorizar a prisão civil por dívida do depositário infiel, esta espécie de prisão não é mais aplicável no ordenamento jurídico brasileiro em razão da ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, inclusive na edição da Súmula Vinculante 25.

É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

Gabarito: Letra B.

8. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Analista da Fazenda Estadual) João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes. Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível. Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada. O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é

- a) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- b) o mandado de segurança.
- c) o direito de petição.
- d) o habeas data.
- e) a reclamação.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, conforme alínea b, inciso LXXII, artigo 5º da Constituição Federal, pois será concedido *habeas-data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Art. 5º, LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;



b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Gabarito: Letra D.

9. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Analista da Fazenda Estadual) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade. Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

a) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.

b) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.

c) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.

d) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.

e) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. Os processos administrativos não se limitam a atos internos e há circunstâncias em que se permite a aplicação de penalidades aos administrados, como se pode compreender, por exemplo, a partir da leitura do artigo 65 da Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.



Letra B - **incorreta**. Com base na Súmula Vinculante 21, é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Letra C - **incorreta**. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, AI 428.249 AgR, a admissibilidade do recurso condicionada ao depósito prévio afronta aos princípios da proporcionalidade e do contraditório.

Na oportunidade, concluiu-se que o recurso administrativo é um desdobramento do direito de petição, razão pela qual a ele deve ser assegurada a garantia prevista no art. 5º, XXXIV, da CF/1988. Ademais, afirmou-se que, por configurar patente supressão do direito de recorrer, a medida denota nítida afronta aos princípios da proporcionalidade e do contraditório. 4. Saliente-se, por fim, que referido entendimento foi ratificado pela edição da Súmula Vinculante 21 (...). [AI 428.249 AgR, voto do rel. min. Roberto Barroso, 1ª T, j. 9-4-2014, DJE 94 de 19-5-2014.]

Letra D - **correta**. Conforme alínea a, inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal, a Lei nº XX é inconstitucional, pois o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Letra E - **incorreta**. Conforme alínea a, inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal, a Lei nº XX é inconstitucional, pois o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.

Gabarito: Letra D.

10. (FGV/2022/CBMAM/Soldado Bombeiro Militar) Marie, de nacionalidade francesa, está residindo no território nacional há alguns meses. Para se inteirar dos distintos aspectos de sua situação jurídica, procurou um advogado e o questionou se possuía, ou não, direitos fundamentais.

O advogado respondeu corretamente que Marie:

- a) possui direitos fundamentais, desde que tenham sido provisoriamente deferidos no início do processo de naturalização.
- b) possui direitos fundamentais, desde que tenha requerido a sua fruição no momento de ingresso no território nacional.
- c) não possui direitos fundamentais, que somente são titularizados pelos brasileiros natos.



d) não possui direitos fundamentais, que somente serão obtidos ao fim do processo de naturalização.

e) possui direitos fundamentais, já que se encontra residindo no território nacional.

Comentários

Alternativa E - **correta**. O caput do artigo 5º da Constituição Federal assegura a igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros que residem no país.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Em uma interpretação mais ampla, o STF concluiu que qualquer pessoa pode ser titular de direitos fundamentais, mesmo que não possua domicílio no Brasil, bastando que esteja, de algum modo, sob a jurisdição brasileira.

"HABEAS CORPUS" - ESTRANGEIRO NÃO DOMICILIADO NO BRASIL - IRRELEVÂNCIA - CONDIÇÃO JURÍDICA QUE NÃO O DESQUALIFICA COMO SUJEITO DE DIREITOS E TITULAR DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (...)
O SÚDITO ESTRANGEIRO, MESMO AQUELE SEM DOMICÍLIO NO BRASIL, TEM DIREITO A TODAS AS PRERROGATIVAS BÁSICAS QUE LHE ASSEGUREM A PRESERVAÇÃO DO "STATUS LIBERTATIS" E A OBSERVÂNCIA, PELO PODER PÚBLICO, DA CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS". (...) . (STF - HC: 94404 SP, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 18/11/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-110 DIVULG 17-06-2010 PUBLIC 18-06-2010 EMENT VOL-02406-02 PP-00364) (Grifamos)

Passemos à análise das demais alternativas.

Alternativas A e D - **incorretas**. Não há necessidade de processo de naturalização (ter capacidade civil, nos termos lei brasileira; residir em território nacional pelo prazo mínimo de 4 anos; comunicar-se em língua portuguesa e não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos termos da lei).

Alternativa B - **incorreta**. Para que tenham garantidos os Direitos Fundamentais, não há necessidade de que estrangeiros requeiram a fruição (garantia do direito de usufruir de algo) quando ingressam no Brasil.

Alternativa C - **incorreta**. A CF é nítida quando da garantia dos direitos fundamentais aos estrangeiros.

Gabarito: Letra E.



11. (FGV/2022/DPE-MT) Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- a) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;
- b) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- c) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- d) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

Comentários

Alternativa D - **correta**. É possível que candidato realize provas de concurso público em datas distintas das previstas em edital, por motivos de crença religiosa. Trata-se de direito fundamental a liberdade religiosa, inclusive com previsão constitucional, conforme se depreende do artigo 5º, VIII, da CF.

Art. 5º, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Há ampla jurisprudência sobre o tema, sobre o qual foi fixada tese de repercussão geral pelo STF.

*DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENDIDA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ETAPA DE CONCURSO PÚBLICO EM HORÁRIO DIVERSO DAQUELE DETERMINADO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CERTAME POR FORÇA DE CRENÇA RELIGIOSA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM CONFLITO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO. VIOLAÇÃO AO DIREITO DE IGUALDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...)2. No debate acerca da adequação de atividades administrativas a horários alternativos em respeito a convicções religiosas, **deve o Estado implementar prestações positivas***



que assegurem a plena vivência da liberdade religiosa, que não são apenas compatíveis, como também recomendadas pela Constituição da República (...)4. A fixação, por motivos de crença religiosa do candidato em concurso público, de data e/ou horário alternativos para realização de etapas do certame deve ser permitida, dentro de limites de adaptação razoável, após manifestação prévia e fundamentada de objeção de consciência por motivos religiosos. Trata-se de prática a ser adotada pelo Estado, na medida em que representa concretização do exercício da liberdade religiosa sem prejuízo de outros direitos fundamentais. 5. Recurso extraordinário não provido, fixando-se a seguinte tese: "Nos termos do art. 5º, VIII, da CF, é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital por candidato que invoca a escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presente a razoabilidade da alteração, a preservação da igualdade entre todos os candidatos e que não acarrete ônus desproporcional à Administração pública, que deverá decidir de maneira fundamentada." (RE 611874, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 26/11/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-068 DIVULG 09-04-2021 PUBLIC 12-04-2021)

Passemos à análise das demais alternativas.

Alternativa A - **incorreta**. Ainda que seja possível a alteração de datas e horários previstos em edital, por motivos de crença religiosa, as alterações devem obedecer a critérios de razoabilidade, sendo preservada a igualdade entre os candidatos. Portanto, é errado afirmar que há direito subjetivo ao falar em "qualquer que seja a sua natureza", pois deve haver observância ao ônus acarretado à Administração Pública, a fim de que não seja desproporcional.

Alternativa B - **incorreta**. Trata-se de ato discricionário e a decisão DEVE ser de forma fundamentada e motivada, pela Administração Pública.

Alternativa C - **incorreta**. O Princípio da Laicidade (neutralidade do estado em matéria religiosa) não se confunde com o laicismo (restrição a liberdades religiosas individuais), sendo possível a realização de provas em datas distintas das previstas em edital, devendo o Estado proteger a diversidade de forma geral, incluindo a liberdade religiosa e direito ao culto.

Gabarito: Letra D.

12. (FGV/2022/PC-RJ/Inspetor de Polícia) Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):



- a) coisa julgada;
- b) direito adquirido;
- c) ato jurídico perfeito;
- d) expectativa legítima;
- e) legalidade imanente.

Comentários

Alternativa B - **correta**. A garantia ao direito adquirido está prevista no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, vejamos.

Art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Em que pese não haver direito adquirido em Regime Jurídico, quando se trata de matéria previdenciária e desde que os requisitos já tenham sido preenchidos pelo servidor, ainda que lei posterior os modifique, é assegurado o direito ao benefício, conforme entendimento do STF:

*EMENTA Direito Constitucional e Administrativo. Aposentadoria de integrante de carreira escalonada. Implementação dos requisitos antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20/98. Direito adquirido. (...) 1. **Em virtude da irretroatividade das leis e da proteção do direito adquirido, bem como do conteúdo da Súmula nº 359/STF e também da previsão do próprio art. 3º da EC nº 20/98, os proventos da inatividade obedecem às regras vigentes quando do implemento dos requisitos necessários à concessão da aposentadoria.** (...) (STF RE: 662423 SC, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 24/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 25/11/2020) (Grifamos)*

Passemos à análise das demais alternativas.

Alternativa A - **incorreta**. Coisa Julgada ocorre quando não há mais recursos cabíveis em uma decisão.

Alternativa C - **incorreta**. Ato Jurídico Perfeito ocorre quando há a concretização de um direito. Vai além do Direito Adquirido.

Alternativa D - **incorreta**. Expectativa Legítima - o comportamento estatal que a originou deve ser concreto, ou seja, inequívoco e objetivamente considerado. Quando tais requisitos são preenchidos, há a garantia de direito do recebimento a tutela, baseado no Princípio da Confiança.



Alternativa E - **incorreta**. Legalidade Imanente é a legalidade indubitável, que se apresenta óbvia e indiscutível.

Gabarito: Letra B.

13. (FGV/2022/PC-RJ/Inspetor de Polícia) João, estudante de direito que retornava para casa logo após o encerramento das aulas do período da manhã, parado no ponto do ônibus, constatou que uma criança estava sendo duramente espancada no interior da casa em frente.

À luz da sistemática constitucional, João:

- a) pode solicitar um mandado judicial e ingressar no local para fazer cessar o espancamento;
- b) pode ingressar no local, ainda que contra a vontade do morador, e prender o agressor;
- c) apenas pode procurar um agente policial ou um representante do Ministério Público para que eles ingressem no local e prendam o agressor;
- d) pode determinar, sob o amparo da lei, que o agressor cesse o espancamento, mas sem ingressar no local, a não ser que haja consentimento do morador ou ordem judicial;
- e) apenas pode procurar um policial ou um representante do Ministério Público para que eles obtenham um mandado judicial, de modo a ingressar no local e prender o agressor.

Comentários

Alternativa B - **correta**. Conforme estabelece o artigo 5º, inciso XI, da CF/88, a casa é asilo inviolável, salvo algumas exceções, vejamos.

Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Nesse sentido, o ingresso na "casa" de um indivíduo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) Com o consentimento do morador.
- b) Sem o consentimento do morador, sob ordem judicial, apenas durante o dia. Perceba que, mesmo com ordem judicial, não é possível o ingresso na casa do indivíduo durante o período noturno.
- c) A qualquer hora, sem consentimento do indivíduo, em caso de flagrante delito ou desastre, ou, ainda, para prestar socorro.



Indubitavelmente, João está amparado pelas exceções legais, de forma que a alternativa B é o gabarito.

Alternativas A, C, D e E - **incorretas**. Em razão da urgência da situação, não haveria tempo suficiente para conseguir um mandado judicial e/ou localizar quaisquer autoridades competentes.

Gabarito: Letra B.

14. (FGV/2023/Receita Federal do Brasil/Analista Tributário) Um grupo de policiais alcançou a inferência lógica de que estariam sendo praticados crimes no interior de certa residência familiar. Esses policiais formaram o seu raciocínio a partir da constatação de que, de tempos em tempos, ali ingressavam pessoas que, pela sua aparência física e pelas roupas que utilizavam, muito provavelmente estariam envolvidas na prática de crimes. Por tal razão, decidiram ingressar no local, contra a vontade dos moradores, e ali encontraram centenas de quilos de substâncias entorpecentes de uso proibido.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que o ingresso na residência foi

- a) ilícito, considerando a inexistência de ordem judicial e em razão da ausência de qualquer indício prévio de flagrante delito no local;
- b) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, podendo ter sido efetivado durante o dia ou durante a noite;
- c) ilícito, considerando que os policiais, em nenhuma hipótese, podem ingressar na residência alheia sem ordem judicial e contra a vontade dos moradores;
- d) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, cuja ocorrência deveria ser demonstrada em juízo em momento posterior;
- e) lícito, considerando que o flagrante delito legitima o ingresso na casa alheia ainda que sua descoberta seja fortuita, pois a sua existência excepciona a inviolabilidade do domicílio.

Comentários

A primeira informação necessária para responder à questão é compreender que a casa é asilo inviolável, segundo o inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal, havendo casos específicos para sua violação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)



XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Vejam que na situação narrada a única hipótese que poderia ter permitido a entrada dos policiais seria no caso de flagrante delito, entretanto o STF possui o seguinte entendimento no Tema 280:

A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

Segundo o enunciado da questão os policiais se basearam apenas nas roupas e aparências físicas das pessoas, o que por si só não enquadraria a situação em flagrante delito. Nessa linha o STJ entende que a mera desconfiança por parte dos policiais não pode ser utilizada para esse tipo de abordagem (HC nº 598.051):

*As circunstâncias que antecederem a violação do domicílio devem evidenciar, de modo satisfatório e objetivo, as fundadas razões que justifiquem tal diligência e a eventual prisão em flagrante do suspeito, as quais, portanto, **não podem derivar de simples desconfiança policial**, apoiada, v. g., em mera atitude “suspeita”, ou na fuga do indivíduo em direção a sua casa diante de uma ronda ostensiva, comportamento que pode ser atribuído a vários motivos, não, necessariamente, o de estar o abordado portando ou comercializando substância entorpecente.*

Dessa forma, a alternativa que se adequa ao que preconiza o preceito constitucional e a jurisprudência vigente é a letra A.

Gabarito: Letra A.

15. (FGV/2018/MPE-AL) Pedro, servidor público estadual, é suspeito de praticar ilícitos penais. O Ministério Público, no curso das investigações criminais realizadas sob sua presidência, entendeu que a interceptação das comunicações telefônicas teria grande importância para o esclarecimento dos fatos.

Sobre a interceptação das comunicações telefônicas de Pedro, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Elas podem ser interceptadas por qualquer do povo, pois as concessionárias de telefonia prestam um serviço público.
- b) Elas não podem ser interceptadas, pois são emanção da liberdade de expressão e do direito à intimidade.
- c) Elas somente podem ser interceptados por ordem judicial, emanada de juiz competente.
- d) Elas podem ser interceptadas mediante autorização do superior hierárquico de Pedro.



e) Elas podem ser interceptadas por decisão do Ministério Público, titular da ação penal.

Comentários

Vejamos o que diz a Constituição Federal sobre o tema:

Art. 5º (...)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Nesse sentido, vejamos ainda o posicionamento do STF sobre o tema:

O princípio constitucional da reserva de jurisdição incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI)" (HC 100.341, rel. Min. Joaquim Barbosa, julg. 4/11/2010

Nesse sentido, bastava que o candidato tivesse ciência que a interceptação das comunicações telefônicas carece de ordem judicial que conseguiria gabaritar a questão.

Gabarito: Letra C

16. (FGV/2021/TJ-RO/Técnico Judiciário - Área Administrativa) A Lei federal nº XX impôs aos brasileiros, que viessem a ser convocados, a necessidade de cumprir determinada obrigação, em caráter gratuito, junto a uma estrutura estatal de poder, durante alguns dias a cada biênio. Aqueles que exercessem essa atividade seriam beneficiados com dois dias de folga ao trabalho, enquanto os que se negassem a atuar teriam restringidos determinados direitos. João, ao ser convocado, informou à autoridade responsável que a atividade era incompatível com os dogmas de sua religião, de modo que não poderia exercê-la.

À luz da sistemática constitucional, João:

- a) independentemente da religião, não estava obrigado a atender à convocação, pois o seu trabalho não seria remunerado;
- b) somente deve sofrer restrições em seus direitos caso se recuse a cumprir prestação social alternativa fixada em lei;
- c) deve sofrer restrições em seus direitos, salvo se a sua religião existir há mais de dez anos e os seus dogmas forem públicos;



d) deve sofrer restrições em seus direitos, pois a laicidade do Estado brasileiro impede que ele se exima, por motivo de crença religiosa, de obrigação legal a todos imposta;

e) não deve sofrer restrições em seus direitos, pois sua crença religiosa se apresenta como manifestação da dignidade humana, não lhe podendo gerar consequências negativas.

Comentários:

Vejam os o que diz o inciso VIII do artigo 5º da CF/88:

Art. 5º, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Logo, João somente poderá ser punido caso se recuse a cumprir a prestação alternativa, o que torna a alternativa B o gabarito.

Gabarito: Letra B.

17. (FGV/2011/SEFAZ-RJ/Auditor Fiscal da Receita Estadual) Abelhudo, cidadão brasileiro, contrai casamento com Abelhudinha, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, Abelhudo deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que

- a) é admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
- b) está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.
- c) foi extinta após a edição da Constituição Federal de 1988.
- d) é constitucionalmente prevista para homens inadimplentes de alimentos.
- e) está preservada somente para militares em tempo de guerra.

Comentários

A nossa CF/88 prevê a prisão civil em dois casos: do depositário infiel e do devedor de alimentos. Vejam os:



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

Ocorre que o Brasil, através do Decreto nº 678/1992, promulgou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, o famoso Pacto de São José da Costa Rica, que somente permite a prisão civil para o devedor de alimentos. Dessa forma, a prisão do depositário infiel passou a ser proibida no Brasil, conforme podemos observar na súmula vinculante 25:

É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito. (grifo nosso)

Portanto, dentre as hipóteses apresentadas pela questão, a única que traz a possibilidade de prisão é a letra B, prisão do devedor de alimentos, ficando as demais assertivas automaticamente excluídas.

Gabarito: Letra B.

18. (FGV/2010/SEFAZ-RJ/Auditor Fiscal da Receita Estadual) Em relação aos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os direitos e garantias fundamentais visam, entre outros, a proteger o direito à vida, o direito à segurança, os direitos sociais, mas não o direito à propriedade
- b) A Constituição Federal admite a pena de morte em circunstâncias excepcionais.
- c) O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).
- d) Os brasileiros naturalizados não têm a mesma proteção conferida aos brasileiros natos.
- e) Atribui-se à lei a regulamentação do direito à greve.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Como o enunciado pede para marcarmos a incorreta, essa já é nossa resposta, tendo em vista que o direito de propriedade é constitucionalmente garantido, previsto no artigo 5º, XXII, CF/88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:



(...)

XXII - é garantido o direito de propriedade; (grifo nosso)

Letra B - **correta**. A Constituição Federal admite a pena de morte em circunstâncias excepcionais, como no caso de guerra declarada, vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; (grifo nosso)

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

Letra C - **correta**. Assertiva correta, pois o Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, conforme preleciona a CF/88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (grifo nosso)

Letra D - **correta**. De fato, os brasileiros naturalizados não têm a mesma proteção conferida aos brasileiros natos, observe o que diz a Cf/88:

Art. 12. São brasileiros:

(...)

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Letra E - **correta**. Exatamente, atribui-se à lei a regulamentação do direito à greve, conforme podemos observar em duas situações previstas na Constituição Federal, quais sejam: no caso de definição dos serviços essenciais e para o exercício do direito de greve.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. (grifo nosso)

(...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (grifo nosso)

Gabarito: Letra A.

19. (FGV/2017/Pref. Salvador) De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Tal sentença se expressa, entre outros, nos termos apresentados nas afirmativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- b) É plena a liberdade de associação de caráter civil, militar ou paramilitar, para fins lícitos.
- c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- e) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Comentários



Vamos analisar cada uma das assertivas:

Letra A – **Correta**, na forma do artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Letra B – **Incorreta**. A Constituição Federal veda a associação de caráter paramilitar, conforme o disposto no artigo 5º, inciso XVII, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

Letra C – **Correta**, nos termos do artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Letra D – **Correta**, na forma do artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Letra E – **Correta**, nos moldes do artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Gabarito: Letra B

20. (FGV/2017/Pref. Salvador) Sobre os direitos dos cidadãos, avalie as afirmativas a seguir.

I. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II. É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.



III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

Comentários

Vamos analisar cada um dos itens:

Item I – **Correto**, na forma do artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Item II- **Correto**, nos moldes do artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Item III- **Correto**, nos termos do artigo 5º, inciso XV, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Nessa forma, verificamos que apenas a assertiva E está em consonância com o texto constitucional.

Gabarito: Letra E



21. (FGV/2015/Pref. Niterói) A Constituição Federal dispensou grande proteção aos direitos e garantias fundamentais, com especial ênfase para a liberdade individual. A respeito das hipóteses de privação da liberdade, é correto afirmar que:

- a) somente a autoridade policial pode determinar a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime;
- b) a prisão de uma pessoa somente pode ser decretada ao fim de um processo judicial;
- c) a prisão de uma pessoa que está praticando um crime somente pode ocorrer por determinação da autoridade judicial;
- d) qualquer pessoa pode vir a ser presa caso esteja em flagrante delito;
- e) a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime pode ocorrer por decisão de qualquer autoridade administrativa.

Comentários

Vejamos o que diz a Constituição Federal sobre o tema:

Art. 5º (...)

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

Como vimos, a ordem escrita e fundamentada para cumprimento de prisão deve partir de uma autoridade judiciária e não autoridade policial ou administrativa. Logo, assertivas A e E estão incorretas.

Nesse sentido, bastava que o candidato lembrasse da prisão em flagrante que conseguiria descartar a assertiva B, vale mencionar ainda a existência das prisões cautelares. Ademais, a prisão em flagrante independe de ordem judicial, logo a alternativa também está incorreta.

Por fim, chegamos ao nosso gabarito, o qual é a assertiva D. Sabemos que existem exceções que não permitem a prisão em flagrante em face de qualquer delito, mas a questão abordou a regra geral e não as exceções, de modo que a considerou correta.

Gabarito: Letra D

22. (FGV/2018/TJ-AL/Oficial de Justiça Avaliador) João, Oficial de Justiça Avaliador, recebeu mandado de busca e apreensão, tendo por objeto um computador, a ser cumprido na residência de Pedro.

À luz da sistemática constitucional, o referido mandado judicial:

- a) pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, em qualquer horário do dia ou da noite;



- b) somente pode ser cumprido se houver o consentimento expresso de Pedro;
- c) somente pode ser cumprido no horário nele constante, o qual, por imperativo constitucional, deve ser inserido;
- d) pode ser cumprido, durante a noite, sem o consentimento de Pedro, se houver urgência;
- e) somente pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, durante o dia.

Comentários

Vejam os que diz o texto constitucional sobre o tema:

Art. 5º (...)

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Uma vez visto o dispositivo acima, vamos analisar cada uma das assertivas:

Letra A – **Incorreta**. Como vimos, a violação do domicílio por ordem judicial somente pode se dar durante o dia.

Letra B – **Incorreta**. O consentimento do morador é dispensável diante da determinação judicial, contudo, como já ressaltamos, apenas durante o dia. Caso João quisesse cumprir o mandado durante o período noturno, seria necessário o consentimento do morador.

Letra C – **Incorreta**. Não há, na Constituição Federal, a previsão de obrigatoriedade de inserção de horário em mandado de busca e apreensão.

Letra D – **Incorreta**. Como já explicamos, caso pretenda cumprir o mandado em período noturno, será necessário o consentimento do morador.

Letra E – **Correta**, nos termos do artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

Gabarito: Letra E.

23. (FGV/2018/TJ-AL/Analista Judiciário – Área Judiciária) Jean, nacional francês residente no território brasileiro, procurou um advogado e solicitou que fosse esclarecido que direitos a ordem jurídica brasileira lhe assegurava, mais especificamente se possuía direitos fundamentais e direitos políticos.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve afirmar que Jean:



- a) possui direitos políticos e fundamentais idênticos aos dos brasileiros naturalizados;
- b) não possui direitos políticos e fundamentais de qualquer natureza;
- c) possui direitos fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros, mas não direitos políticos;
- d) possui direitos fundamentais idênticos aos dos brasileiros, mas direitos políticos inferiores;
- e) possui direitos políticos e fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros.

Comentários

Quanto aos direitos fundamentais, vejamos posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

O súdito estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do status libertatis e a observância, pelo Poder Público, da cláusula constitucional do due process. O súdito estrangeiro, mesmo o não domiciliado no Brasil, tem plena legitimidade para impetrar o remédio constitucional do habeas corpus, em ordem a tornar efetivo, nas hipóteses de persecução penal, o direito subjetivo, de que também é titular, à observância e ao integral respeito, por parte do Estado, das prerrogativas que compõem e dão significado à cláusula do devido processo legal" (HC 94.477, rel. min. Gilmar Mendes, julg. 6.9.2011, 2ª Turma)

Vejamos ainda o teor do caput do artigo 5º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

Ademais, quanto aos direitos políticos, podemos verificar o próprio texto constitucional:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

(...)

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Nesse sentido, constatamos que o estrangeiro goza de direitos fundamentais, embora não exatamente da mesma forma que o brasileiro, no entanto, não goza de direitos políticos. Diante do exposto, constatamos não só que a assertiva C está correta, mas também verificamos que as demais apresentam incorreção.

Gabarito: Letra C



24. (FGV/2013/TJ-AM/Analista Judiciário - Direito) A administração, revendo interpretação de determinada lei, suprimiu direitos adquiridos por servidores. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) A atitude é correta pois a administração pode agir da forma mencionada com base na autotutela.
- b) A administração agiu corretamente com base no princípio da indisponibilidade do interesse público.
- c) A administração agiu corretamente com base no princípio da impessoalidade.
- d) A administração agiu corretamente com base no princípio da supremacia do interesse público.
- e) A administração agiu incorretamente, pois violou a segurança jurídica.

Comentários

Vejamos o que diz a Constituição Federal sobre o tema:

Art. 5º (...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Percebemos que a Constituição Federal protegeu os institutos do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada ao não permitir que a legislação venha a prejudicá-los. Nesse sentido, José Afonso da Silva¹ nos ensina:

A segurança jurídica consiste no "conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida". Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza de que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma seja substituída;

Portanto, verificamos não só que a alternativa E é o nosso gabarito, mas também que todas as demais assertivas estão incorretas, tendo em vista a explicação supra.

Gabarito: Letra E

25. (FGV/2013/TJ-AM/Analista Judiciário – Direito - Adaptada) Sobre o direito à propriedade, a Constituição consagra diversos dispositivos. Com relação às previsões da Lei Maior, assinale a afirmativa correta.

¹ Curso de Direito Positivo – 37ª Ed. - Pág. 436



- a) A autoridade poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, mediante prévia e justa indenização em dinheiro ao proprietário.
- b) A impenhorabilidade da pequena propriedade rural, conforme definição em lei, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, desde que trabalhada pela família.
- c) A propriedade imaterial dos autores de inventos industriais garante-lhes privilégio vitalício para sua utilização.
- d) A desapropriação de imóveis urbanos subutilizados ou não utilizados é sempre precedida de indenização justa e em dinheiro.
- e) A proteção constitucional ao direito de herança não abrange a sucessão de estrangeiros

Comentários

Vamos analisar cada uma das alternativas:

Letra A – **Incorreta**. Não há que se falar em prévia e justa indenização, mas em indenização ulterior e, mesmo assim, apenas se houver dano:

Art. 5º (...)

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Letra B – **Correta**. Na forma do artigo 5º, inciso XXVI, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

Letra C – **Incorreta**. Perceba que o privilégio é temporário e não vitalício como, erroneamente, afirma a assertiva:

Art. 5º (...)

*XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais **privilégio temporário** para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;*

Letra D – **Incorreta**. A indenização não será em dinheiro, mas em títulos da dívida pública, na forma do artigo 182, § 4º, inciso III, da Constituição Federal:



Art. 182 (...)

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

(...)

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Letra E – **Incorreta**. O direito de herança abrange a sucessão de estrangeiros, conforme demonstrado ao teor do art. 5º, incisos XXX e XXXI, da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

Gabarito: Letra B

Tratados e Convenções internacionais com força de emenda constitucional (art. 5º, § 3º da CF/88)

26. (FGV/2023/Receita Federal do Brasil/Auditor Fiscal) A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.

O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,



- a) apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123;
- b) os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não recepcionaram o Art. Y da Lei nº 123;
- c) apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recepcionou o Art. Y da Lei nº 123;
- d) nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República;
- e) os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas supralegal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

Comentários

Primeiramente devemos entender como se dá a recepção dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte:

- a) tratados e convenções internacionais, **sobre direitos humanos**, aprovados em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros: status de emenda constitucional;
- b) tratados e convenções internacionais **sobre direitos humanos** aprovados pelo rito ordinário: status de norma supralegal²: situam-se hierarquicamente logo abaixo da Constituição e acima das demais normas do ordenamento jurídico, ou seja, possuem força normativa acima das leis, mas abaixo da Carta Magna;
- c) Tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja parte, versando sobre **outros temas** que não direitos humanos: status de lei ordinária.

Dessa forma, apenas o primeiro tratado possui status de emenda constitucional, o que permite a ele revogar o artigo X da Constituição, e não recepcionar o Art. Y da Lei 123. Assim, a alternativa correta é a letra C, já que os demais tratados são considerados normas supralegais, estando abaixo hierarquicamente das normas constitucionais, não podendo revogar o artigo X da Constituição.

Gabarito: Letra C.

27. (FGV/2014/Prefeitura de Recife/Auditor do Tesouro Municipal) O Brasil subscreveu um Tratado Internacional de Direitos Humanos que assegura a todo cidadão réu em processo cível ou criminal o direito de ser julgado em três instâncias.

² STF – RE 466.343, RE – 3149.703, dentre outros.



Considerando a hipótese acima, assinale a opção correta.

- a) Tal direito será incorporado ao elenco de direitos fundamentais com hierarquia constitucional.
- b) Tal direito será incorporado ao elenco de direitos fundamentais com hierarquia supraconstitucional.
- c) Tal direito não poderá ser incorporado ao elenco de direitos fundamentais, mas vincula a República Federativa do Brasil no plano internacional.
- d) Tal tratado não poderá gerar qualquer efeito no plano interno ou no plano internacional.
- e) Tal direito poderá ser incorporado com hierarquia constitucional ou supralegal, a depender do procedimento de internalização do tratado.

Comentários

A Constituição Federal de 1988 prevê que os tratados e convenções internacionais que versem sobre os direitos humanos, que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos respectivos membros, ou seja, o mesmo procedimento para a aprovação e Emendas Constitucionais, serão a elas equivalentes. Vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (grifo nosso)

Se os tratados não versarem sobre direitos humanos, eles terão status de Lei Ordinária e, caso tratem sobre direitos humanos, mas sejam aprovados pelo rito ordinário, terão força de Norma Supralegal.

Assim, o tratado poderá ser incorporado com hierarquia constitucional ou supralegal, a depender do procedimento de internalização do tratado, sendo a assertiva E a nossa resposta correta, ficando as demais automaticamente eliminadas.

Gabarito: Letra E.

Remédios Constitucionais



28. (FGV/2022/TCE-TO/Assistente de Controle Externo – Nível Médio) O prefeito do Município Beta decidiu realizar uma série de obras públicas em uma região pouco habitada do Município, o que gerou grande desconfiança da população. João, cidadão politicamente engajado, após uma apuração particular, descobriu que a maior parte das terras, localizadas no entorno da localidade que receberia as obras, pertencia a familiares do prefeito. Com as obras, as terras teriam grande valorização. Irresignado com essa situação, João decidiu ajuizar uma ação para impedir a concretização desse objetivo. Ao questionar o seu advogado a respeito de que ação seria essa, foi-lhe corretamente informado que João deve ajuizar um(a):

- a) ação popular;
- b) ação civil pública;
- c) interdito de obra nova;
- d) representação interventiva;
- e) mandado de segurança coletivo.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **correta**. Caberá ação popular, visando anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, conforme inciso LXXIII, artigo 5º da Constituição Federal.

*Art. 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para **propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, **à moralidade administrativa**, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;*

Letra B - **incorreta**. Apesar da ação civil pública, disposta no inciso III, artigo 129 da Constituição Federal, também visar proteger o patrimônio público, social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, João não teria legitimidade para propor, pois não figura no rol do artigo 5º da Lei 7.347/85, que dispõe sobre ela.

Constituição Federal

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

*III - promover o inquérito civil e a **ação civil pública**, para a **proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos**;*

Lei nº 7.347/85



Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

I - o Ministério Público;

II - a Defensoria Pública;

III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Letra C - **incorreta**. Segundo o conceito de Ivan Horcaio³, o interdito de obra nova, também chamado ação de nunciação de obra nova, é uma ação para embargar obra nova que não cumpre determinação legal em sua edificação. Objetiva paralisar uma construção que poderia prejudicar interesse alheio, posse ou propriedade de alguém ou até a ordem pública.

Letra D - **incorreta**. A Representação Interventiva, também conhecida como Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva), é uma ferramenta de controle concentrado de constitucionalidade, a qual é utilizada para solicitar a intervenção de um ente federativo em outro, sendo, geralmente, da União nos Estados ou no Distrito Federal, bem como dos Estados em seus Municípios.

Letra E - **incorreta**. O mandado de segurança coletivo, previsto nos incisos LXIX e LXX, artigo 5º da Constituição Federal, não é cabível, pois prevê a proteção de direito líquido e certo de caráter coletivo ou individual homogêneo, não sendo possível no caso de direito difuso, como o em tela.

Art. 5º, LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

Gabarito: Letra A.

29. (FGV/2022/TCE-TO/Analista Técnico – Direito) Maria tomou conhecimento de que figurava como devedora de determinado imposto estadual. Como jamais desenvolvera qualquer atividade em que

³ HORCAIO, Ivan. Dicionário Jurídico. 1 ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2008, p. 84



figurasse como contribuinte desse imposto, compareceu à repartição competente e solicitou o acesso à íntegra das informações concernentes à sua pessoa, incluindo os impostos de que era devedora. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, inclusive em sede de recurso hierárquico, com base no argumento de que informações tributárias eram sigilosas. Nesse caso, a ação constitucional a ser ajuizada por Maria para ter acesso às referidas informações é o(a):

- a) *habeas data*;
- b) mandado de injunção;
- c) mandado de segurança;
- d) reclamação constitucional;
- e) representação constitucional.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **correta**. Para ter acesso às referidas informações, Maria deverá ajuizar ação de *habeas data*, com base no inciso LXXII, artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

Ademais, cabe destacar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, tema 582:

O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

Letra B - **incorreta**. Conforme inciso LXXI, artigo 5º da Constituição Federal, caberá mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

*Art. 5º, LXXI - conceder-se-á **mandado de injunção** sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;*

Letra C - **incorreta**. Conforme inciso LXIX, artigo 5º da Constituição Federal, caberá mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o



responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

*Art. 5º, LXIX - conceder-se-á **mandado de segurança** para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;*

Letra D - **incorreta**. Disposta na alínea f, inciso I, artigo 105 da Constituição Federal, a Reclamação Constitucional objetiva atacar uma decisão administrativa ou judicial, visando preservar a jurisdição constitucional, não é uma ação que visa defender um direito fundamental, mas sim a jurisdição constitucional.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

*f) a **reclamação** para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;*

Letra E - **incorreta**. A representação de inconstitucionalidade estadual é a forma que a Constituição Federal denomina a Ação Direta de Inconstitucionalidade no âmbito dos Estados, e está disposta no § 2º, artigo 125 da Constituição Federal.

*Art. 125, § 2º Cabe aos Estados a instituição de **representação de inconstitucionalidade** de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.*

Gabarito: Letra A.

30. (FGV/2021/PM-PB/Oficial) Maria compareceu a uma repartição pública estadual para ter acesso a determinado direito social. Ao chegar ao local, foi informada de que não poderia fruir o direito em razão do calendário definido pela autoridade competente, já que as pessoas residentes em sua localidade somente fruiriam o direito em momento futuro. Como o seu endereço residencial estava incorreto, Maria requereu, formalmente, a sua retificação pela autoridade competente, o que foi negado de maneira manifestamente ilegal, sem qualquer justificativa, apesar de ter sido apresentada prova documental do endereço correto. A ação constitucional que pode ser utilizada por Maria para a retificação dos seus dados é o:

- a) habeas data, que é gratuito;
- b) direito de petição, que é gratuito;



- c) mandado de segurança, que é gratuito;
- d) habeas data, sendo devido o pagamento de custas;
- e) mandado de segurança, sendo devido o pagamento de custas.

Comentários:

Uma vez que a questão requer a retificação dos dados da requerente, o remédio constitucional adequado é o *habeas data*, que é gratuito (artigo 5º, incisos LXII e LXXVII, da CF/88).

Art. 5º, LXXII: conceder-se-á Habeas Data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas a pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

(...)

LXXVII: São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data e, na forma da Lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

Gabarito: Letra A.

31. (FGV/2023/Prefeitura do Rio de Janeiro/Fiscal de Rendas) João, vereador no Município Alfa, solicitou que o chefe do Poder Executivo do respectivo Município encaminhasse um detalhamento dos custos realizados com determinado programa social direcionado ao idoso, o que foi feito sem que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alfa tivesse conhecimento da solicitação. A solicitação foi indeferida pelo prefeito do Município Alfa sob o argumento de que João não tinha legitimidade para apresentá-la, o que resultou na impetração de mandado de segurança pelo solicitante visando à sua obtenção.

À luz da sistemática constitucional, o pedido formulado no mandado de segurança deve ser julgado:

- a) improcedente, considerando que o instrumento adequado é o habeas data;
- b) procedente, considerando que João, embora ocupe o cargo eletivo de vereador, não deixa de ser cidadão;



c) improcedente, considerando que as prerrogativas dos parlamentares não se confundem com as da Casa Legislativa;

d) improcedente, considerando que João não tem o poder de representação da Casa Legislativa, salvo se sua solicitação for ratificada a posteriori;

e) procedente, considerando que cada parlamentar está apto a exercer a integralidade dos poderes da Casa Legislativa, os quais instrumentalizam as funções dessa estrutura orgânica.

Comentários

A questão faz referência ao entendimento firmado pelo STF no Tema 832:

STF

O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.

CF

Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Vamos agora analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. O *habeas data* visa assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, o que não se enquadra na situação narrada.

Letra B - **correta**. Está de acordo com o entendimento do STF.

Letras C e D - **incorretas**. João atuou como cidadão, e não como parlamentar, uma vez que a questão informa que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alfa não teve conhecimento da solicitação.

Letra E - **incorreta**. João não atuou como parlamentar no momento de sua solicitação, logo não há que se falar nesse tipo de representação.

Gabarito: Letra B.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

Teoria geral dos direitos fundamentais

1. Qual a diferença entre direitos fundamentais e direitos humanos?
2. Quais são as principais características dos direitos fundamentais? Explique cada uma delas.
3. Quais são as três gerações de direitos fundamentais classicamente identificadas pela doutrina?
4. As gerações de direitos fundamentais substituem umas às outras?

Direitos fundamentais na CF/88

5. O que são direitos fundamentais? E garantias fundamentais?
6. Qual o princípio-matriz de todos os direitos fundamentais?
7. Os direitos fundamentais podem ser legalmente restringidos de maneira ilimitada?



8. O que são as eficácias vertical e horizontal dos direitos fundamentais?
9. Há hierarquia entre direitos fundamentais? Como resolver conflitos entre eles?
10. De acordo com art. 5º, § 1º, da CF/88, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata. O que isso significa?
11. O rol de Direitos Fundamentais previsto no Título II da CF/88 é exaustivo?
12. O que se faz necessário para que os tratados internacionais de direitos humanos obtenham status de emenda constitucional no ordenamento jurídico brasileiro?
13. Qual o status dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário?
14. Qual o status dos tratados e convenções internacionais sobre outros temas que não direitos humanos?
15. Quais são os requisitos para que o Brasil se submeta à jurisdição de Tribunal Internacional, nos termos da CF/88?

Catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º, *caput* e incisos I a LXXIX da CF/88

16. Qual o rol de direitos fundamentais básicos previsto no *caput* do art. 5º da CF/88?
17. O direito à vida abrange apenas a vida extrauterina?
18. O direito à vida é absoluto?
19. O que determina o princípio da igualdade (art. 5º, inciso I da CF/88)?
20. Qual a diferença entre “igualdade na lei” e “igualdade perante a lei”?
21. A CF/88 preocupou-se com a vedação ao tratamento desumano ou ao degradante?
22. A CF/88 prevê algum limite ao direito de resposta?
23. A liberdade de expressão é absoluta?
24. A Administração Pública pode realizar prestação religiosa?
25. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instauradas em qualquer esfera de governo, podem determinar a quebra de sigilo bancário e fiscal?
26. Qual o conceito de “casa” para fins de aplicação do princípio da inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI da CF/88)?
27. É possível adentrar à casa, sem consentimento do morador, para prestar socorro, durante a noite?
28. Quais os requisitos que possibilitam a interceptação das comunicações telefônicas?
29. Todos os ofícios ou profissões podem ser condicionadas ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, com base no inciso XIII, art. 5º da CF/88?



30. A liberdade de locomoção no território nacional vigora em qualquer circunstância?
31. É possível a realização de "Marcha de Maconha", desde que possua finalidade pacífica, ocorra em local aberto ao público, não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e seja previamente autorizada pela autoridade competente?
32. Qual o órgão público responsável por autorizar a criação das associações?
33. Qual função deverá ser atendida pela propriedade?
34. Caso a autoridade competente use propriedade particular, no caso de iminente perigo público, deverá indenizar o proprietário?
35. A pequena propriedade rural trabalhada pela família pode ser objeto de penhora para pagamento de débitos estranhos à sua atividade produtiva?
36. A CF assegura a competência do júri para o julgamento dos crimes culposos contra a vida e a intimidade, sendo que a votação deve ser aberta?
37. De acordo com o inciso XXXIX do art. 5º da CF/88, "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". A "lei" prevista no dispositivo deve ser considerada em sentido estrito ou amplo?
38. É possível a definição de crimes por meio de medida provisória?
39. A lei penal pode retroagir, mesmo que acabe prejudicando o réu?
40. Qual a pena a ser aplicada ao crime de racismo?
41. Quais são os crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, nos termos da CF?
42. Quem deve responder pelos crimes hediondos?
43. A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é previsto como que tipo de crime na CF/88?
44. O que assevera o princípio da intransmissibilidade da pena?
45. Quais as penas previstas pela CF quando trata da individualização da pena? O rol é exaustivo ou exemplificativo?
46. Quais as penas vedadas pela CF?
47. De acordo com a CF/88, quais são os fatores a serem considerados para distinguir os estabelecimentos em que serão cumpridas as penas?
48. O que a CF/88 fala sobre a integridade física e moral dos presos?
49. O que a CF/88 fala sobre as presidiárias cujos filhos estão em período de amamentação?
50. O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em caso de crime de furto cometido após a naturalização?
51. Quais espécies de crime não podem fundamentar extradição de estrangeiro, por expressa vedação constitucional?



52. Qual a diferença entre devido processo legal nos aspectos formal e material (art. 5º, LIV da CF/88)?
53. O que a Constituição assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral?
54. O que a CF/88 assevera sobre as provas obtidas por meios ilícitos?
55. A partir de quando uma pessoa poderá ser considerada culpada?
56. A lei pode prever hipóteses de identificação criminal mesmo quando o indivíduo já foi identificado civilmente?
57. É possível restringir-se a publicidade dos atos processuais?
58. No caso de flagrante delito, é necessária ordem judicial para que seja efetuada a prisão?
59. Quem deve ser comunicado sobre a prisão de um indivíduo? Em quanto tempo essa comunicação deve ocorrer? O que deve ser objeto dessa comunicação?
60. O que a Constituição fala sobre a prisão ilegal?
61. É possível a prisão por dívida? Em quais casos?
62. O direito à assistência jurídica gratuita e integral é aplicável apenas às pessoas físicas que comprovarem insuficiência de recursos?
63. O que a Constituição assegura ao condenado por erro judiciário, bem como ao que ficar preso além do tempo fixado na sentença?
64. O que a CF/88 assegura de forma gratuita a) apenas aos reconhecidamente pobres; b) a todos?
65. Qual o prazo de duração de um processo assegurado pela Constituição?
66. Em quais meios os dados pessoais são protegidos pela Constituição?

Remédios constitucionais (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LXXVII)

67. Qual o direito protegido pelo habeas corpus?
68. O habeas corpus possui característica repressiva ou preventiva?
69. Qual a legitimidade ativa do habeas corpus? E a passiva?
70. Qual a finalidade do mandado de segurança?
71. O mandado de segurança possui natureza civil ou penal?
72. É possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança?
73. É cabível mandado de segurança contra lei?
74. Quais as espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo?
75. Qual a finalidade do mandado de injunção?



76. Quem são os legitimados ativos do mandado de injunção?
77. O mandado de injunção coletivo é previsto de forma expressa na Constituição?
78. Quais os pressupostos para o cabimento do mandado de injunção?
79. É possível mandado de injunção para suprir falta de norma regulamentadora infraconstitucional?
80. Qual a finalidade do habeas data, conforme previsto na CF/88? Qual sua legitimação ativa?
81. Suponha que Fernando tenha o objetivo de conhecer as informações relativas a ele existentes no banco de dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), uma entidade privada. Considere que tal banco de dados possua caráter público. Fernando poderia, como medida inicial, ingressar com habeas data no Poder Judiciário para atingir seu objetivo?
82. Qual a finalidade da ação popular, conforme previsto na CF/88?
83. O que é "cidadão" para fins de propositura de ação popular?

Perguntas com respostas

Teoria geral dos direitos fundamentais

1. Qual a diferença entre direitos fundamentais e direitos humanos?

A expressão "direitos fundamentais" é utilizada para tratar dos direitos de pessoas previstos no ordenamento jurídico de um dado país, enquanto a expressão "direitos humanos" é utilizada para se referir de forma universal aos direitos do homem, portanto, sem levar em conta quaisquer normas de qualquer país.

2. Quais são as principais características dos direitos fundamentais? Explique cada uma delas.

Universalidade: abrangem todos os indivíduos, de modo indiscriminado;

Historicidade: são fruto de conquistas acumuladas ao longo da história;

Inalienabilidade: não podem ser transferidos, alienados a outrem;

Imprescritibilidade: não desaparecem com o decurso do tempo;

Irrenunciabilidade: não podem ser renunciados, dispostos, pelos seus titulares, via de regra;

Relatividade (ou limitabilidade): não possuem natureza absoluta, sendo limitados por outros direitos fundamentais previstos constitucionalmente;

Complementaridade: não devem ser interpretados isoladamente, mas sim como um conjunto único.



Concorrência: são passíveis de exercício em conjunto, de maneira cumulativa;

Efetividade: a atividade do Estado deve estar voltada à efetivação dos direitos fundamentais; e

Inviolabilidade: não podem ser inobservados pelas leis e pelos agentes públicos.

3. Quais são as três gerações de direitos fundamentais classicamente identificadas pela doutrina?

São os direitos de primeira, segunda e terceira :

Primeira geração: direitos que caracterizam um dever de abstenção estatal aos indivíduos, a fim de livrá-los da ingerência abusiva do Estado. Realçam o princípio da liberdade, com foco no homem individualmente considerado, consagrando direitos civis e políticos.

Segunda geração: direitos que caracterizam uma obrigação de fazer estatal em prol da população, por meio de políticas e serviços públicos, com a finalidade de proporcionar igualdade e bem-estar à população. Realçam o valor-fonte igualdade, consagrando direitos econômicos, sociais e culturais.

Terceira geração: direitos que transcendem os interesses individuais para se preocupar com a coletividade, consagrando direitos transindividuais, supraindividuais, de titularidade coletiva ou difusa. Realçam o princípio da fraternidade, consagrando os direitos difusos e os coletivos.

4. As gerações de direitos fundamentais substituem umas às outras?

Não, os direitos da geração seguinte se acumulam com os das gerações anteriores, que permanecem plenamente eficazes.

Direitos fundamentais na CF/88

5. O que são direitos fundamentais? E garantias fundamentais?

Os direitos fundamentais são os direitos da pessoa humana declarados constitucionalmente, são os bens e vantagens protegidos pela Constituição, em si mesmo considerados.

Por outro lado, as garantias fundamentais são os instrumentos previstos na Constituição para proteger aqueles bens, ou seja, são instrumentos por meio dos quais é assegurado o exercício dos direitos fundamentais, bem como sua pronta reparação, nos casos em que tais direitos forem violados.

6. Qual o princípio-matriz de todos os direitos fundamentais?



Princípio da dignidade da pessoa humana¹ (art. 1º, inciso III da CF/88).

7. Os direitos fundamentais podem ser legalmente restringidos de maneira ilimitada?

Não, as restrições impostas pela lei devem razoáveis, proporcionais, preservando a essência do direito a ser objeto de restrição ("teoria dos limites dos limites").

8. O que são as eficácias vertical e horizontal dos direitos fundamentais?

A eficácia vertical implica que os direitos fundamentais aplicam-se às relações entre os particulares e o Estado ("relações verticais").

Por sua vez, a eficácia horizontal implica que os direitos fundamentais também incidem nas relações privadas ("relações horizontais").

No Brasil, os direitos fundamentais possuem tanto eficácia vertical, quanto eficácia horizontal.

9. Há hierarquia entre direitos fundamentais? Como resolver conflitos entre eles?

Não há hierarquia entre direitos fundamentais, de modo que na hipótese de conflito entre dois ou mais deles, o intérprete deve efetuar uma ponderação, valendo-se do princípio da concordância prática (ou da harmonização).

10. De acordo com art. 5º, § 1º, da CF/88, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata. O que isso significa?

Significa que essas normas são aplicáveis desde já no limite do possível, até onde haja condições para seu atendimento por parte das instituições – inclusive o Poder Judiciário não pode deixar de aplicá-las, caso provocado em uma situação concreta nelas garantida.

11. O rol de Direitos Fundamentais previsto no Título II da CF/88 é exaustivo?

Não, há outros direitos fundamentais espalhados pelo texto constitucional, como o direito ao meio ambiente (art. 225) e o princípio da anterioridade tributária (art.150, III, "b").

Além disso, o Brasil possui um sistema aberto de direitos fundamentais, já que é possível haver outros direitos fundamentais decorrentes dos princípios constitucionais por ela adotados ou da assinatura de tratados internacionais pela República Federativa do Brasil, consoante art. 5º, § 2º da CF/88.

¹ Lenza, 2016, p. 1164.



12. O que se faz necessário para que os tratados internacionais de direitos humanos obtenham status de emenda constitucional no ordenamento jurídico brasileiro?

Devem ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 5º, § 3º da CF/88).

13. Qual o status dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário?

Possuem status de norma supralegal: situam-se hierarquicamente logo abaixo da Constituição e acima das demais normas do ordenamento jurídico.

14. Qual o status dos tratados e convenções internacionais sobre outros temas que não direitos humanos?

Status de lei ordinária.

15. Quais são os requisitos para que o Brasil se submeta à jurisdição de Tribunal Internacional, nos termos da CF/88?

Requisitos:

- a) O Brasil deve ter manifestado adesão à criação do Tribunal Internacional;
- b) O Tribunal deve ter natureza penal.

Catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º, *caput* e incisos I a LXXVIII da CF/88

16. Qual o rol de direitos fundamentais básicos previsto no *caput* do art. 5º da CF/88?

Direito à vida; direito à liberdade; direito à igualdade; direito à segurança; e direito à propriedade.

Frase mnemônica para guardar o rol do dispositivo: "**ProLiVlg-Se**".

Pro = propriedade;

Li = liberdade;

V = vida;

Ig = igualdade;

Se = segurança.



17. O direito à vida abrange apenas a vida extrauterina?

Não, abrange também a vida intrauterina.

18. O direito à vida é absoluto?

Não, é relativo, já que a CF/88 admite a possibilidade de pena de morte em caso de guerra declarada (art. 5º, inciso XLVII).

19. O que determina o princípio da igualdade (art. 5º, inciso I da CF/88)?

Que seja dado tratamento igual aos que estão em condições equivalentes e desigual aos que estão em condições diversas, dentro de suas desigualdades.

20. Qual a diferença entre "igualdade na lei" e "igualdade perante a lei"?

A igualdade "na lei" diz respeito ao tratamento isonômico na elaboração da lei, enquanto a igualdade "perante a lei" impõe que a lei já elaborada e em vigor seja aplicada a todos sem discriminação.

21. A CF/88 preocupou-se com a vedação ao tratamento desumano ou ao degradante?

Ambos os tratamentos, junto com a tortura, foram objeto de preocupação (e vedação) por parte da CF/88 (art. 5º, inciso III).

22. A CF/88 prevê algum limite ao direito de resposta?

Sim, o direito de resposta deve ser proporcional ao agravo (art. 5º, inciso V da CF/88).

23. A liberdade de expressão é absoluta?

Não, apesar de ser vedada a censura, a liberdade de expressão é limitada por outros direitos fundamentais, como, por exemplo, a inviolabilidade da privacidade e da intimidade do indivíduo.

24. A Administração Pública pode realizar prestação religiosa?

Não, em razão do Brasil ser um Estado laico. A assistência religiosa prevista no inciso VII do art. 5º da CF/88 possui caráter privado, de incumbência dos representantes habilitados de cada religião.

25. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instauradas em qualquer esfera de governo, podem determinar a quebra de sigilo bancário e fiscal?

Não, somente as CPIs federais e estaduais possuem essa prerrogativa.



26. Qual o conceito de “casa” para fins de aplicação do princípio da inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI da CF/88)?

O conceito de “casa” é abrangente, englobando a) qualquer compartimento habitado; b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva; e c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade pessoal.

27. É possível adentrar à casa, sem consentimento do morador, para prestar socorro, durante a noite?

Sim, para prestar socorro, é possível adentrar à casa a qualquer hora, sem consentimento do morador, conforme redação do art. 5º, XI da CF/88.

28. Quais os requisitos que possibilitam a interceptação das comunicações telefônicas?

Conforme art. 5º, inciso XII da CF/88: a) ordem judicial; b) existência de investigação criminal ou instrução processual penal; c) lei que preveja as hipóteses e a forma em que esta poderá ocorrer.

29. Todos os ofícios ou profissões podem ser condicionadas ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, com base no inciso XIII, art. 5º da CF/88?

Não. Nesse sentido, o STF entende que só é possível exigir-se inscrição em conselho de fiscalização profissional quando houver de potencial lesivo na atividade.

30. A liberdade de locomoção no território nacional vigora em qualquer circunstância?

Não, a locomoção é livre apenas em tempo de paz e, além disso, pode ser restringida por meio de lei (art. 5º, inciso XV da CF/88).

31. É possível a realização de “Marcha de Maconha”, desde que possua finalidade pacífica, ocorra em local aberto ao público, não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e seja previamente autorizada pela autoridade competente?

Na verdade, não há necessidade de autorização, mas sim de prévio aviso à autoridade competente, conforme art. 5º, inciso XVI da CF/88.

Sobre o requisito de prévio aviso à autoridade competente, o STF emitiu recentemente tese de repercussão geral no seguinte sentido:

“A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para

que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrasse outra reunião no mesmo local².

- Não confundir o "prévio aviso" (necessário, nos termos da CF/88, com ressalvas, conforme entendimento do STF) com "autorização" (desnecessária)!

Os demais requisitos foram atendidos, quais sejam:

- a) ocorrer de maneira pacífica;
- b) ausência de armas;
- c) realização em locais abertos ao público;
- d) não poderá frustrar outra reunião convocada anteriormente para o mesmo local;
- e) prévio aviso à autoridade competente, sendo desnecessária autorização.

Assim, cuidado para não confundir o "prévio aviso" (necessário, nos termos da CF/88, com ressalvas, conforme entendimento do STF) com "autorização" (desnecessária)!

Vale lembrar que o STF já considerou válida a realização de tal tipo de reunião ("Marcha da Maconha"), desde que sejam atendidos os requisitos constitucionais e não ocorra a incitação, o incentivo ou o estímulo ao consumo de entorpecentes na sua realização³.

32. Qual o órgão público responsável por autorizar a criação das associações?

Nenhum! É desnecessária autorização do poder público para a criação das associações e, na forma da lei, de cooperativas (art. 5º, XVIII da CF/88).

33. Qual função deverá ser atendida pela propriedade?

Função social (art. 5º, XXIII da CF/88).

34. Caso a autoridade competente use propriedade particular, no caso de iminente perigo público, deverá indenizar o proprietário?

Só se houver dano é que haverá indenização ulterior (art. 5º, XXV da CF/88).

² STF – RE 806.339.

³ STF – ADPF 187.



35. A pequena propriedade rural trabalhada pela família pode ser objeto de penhora para pagamento de débitos estranhos à sua atividade produtiva?

Sim, conforme leitura do art. 5º, XXVI da CF/88, os requisitos constitucionais para a garantia de impenhorabilidade da pequena propriedade rural:

- a) deve ser trabalhada pela família; e
- b) o débito deve decorrer da atividade produtiva da propriedade.

Assim, se o débito é estranho à atividade produtiva, não há garantia da impenhorabilidade.

36. A CF assegura a competência do júri para o julgamento dos crimes culposos contra a vida e a intimidade, sendo que a votação deve ser aberta?

Não, a competência abrange apenas crimes dolosos contra a vida, sendo assegurado o sigilo das votações, conforme art. 5º, XXXVIII, alíneas "b" e "d" da CF/88.

37. De acordo com o inciso XXXIX do art. 5º da CF/88, "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". A "lei" prevista no dispositivo deve ser considerada em sentido estrito ou amplo?

Deve ser considerada em sentido estrito, ou seja, lei formal editada pelo Poder Legislativo (princípio da reserva legal em matéria penal).

38. É possível a definição de crimes por meio de medida provisória?

Não, em razão da vedação prevista no art. 62, § 1º, I, "b" da CF/88.

Obs: preocupe-se com tal informação apenas caso em seu edital esteja previsto o conteúdo abordado nos dispositivos mencionados.

39. A lei penal pode retroagir, mesmo que acabe prejudicando o réu?

Não, só é possível a retroatividade da lei penal para beneficiar o réu (art. 5º, XL da CF/88).

40. Qual a pena a ser aplicada ao crime de racismo?

Pena de reclusão (art. 5º, XLII da CF/88).

41. Quais são os crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, nos termos da CF?

Tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, e os crimes hediondos (art. 5º, XL da CF/88).



42. Quem deve responder pelos crimes hediondos?

Os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem (art. 5º, XLIII da CF/88).

43. A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é previsto como que tipo de crime na CF/88?

Como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLIV da CF/88).

44. O que assevera o princípio da intransmissibilidade da pena?

Assevera que a pena só pode ser cumprida pelo condenado, não por terceiros (art. 5º, XLV da CF/88).

45. Quais as penas previstas pela CF quando trata da individualização da pena? O rol é exaustivo ou exemplificativo?

As penas previstas são (art. 5º, XLVI da CF/88):

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos.

Frase mnemônica para guardar o rol do dispositivo: "**Priva + PerMulta + SuPre**".

Priva = privação ou restrição da liberdade;

Per = perda de bens;

Multa = multa;

Su = suspensão ou interdição de direitos;

Pre = prestação social alternativa.

O rol previsto na CF/88 é não exaustivo ("entre outras"), de modo que a lei poderá criar novas penas.

46. Quais as penas vedadas pela CF?



Conforme art. 5º, inciso XLVII da CF/88, são vedadas as penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis.

Frase para ajudar a memorização: "O **banimento cruel força a morte perpétua**", de modo que:

<p>banimento = de banimento;</p> <p>cruel = cruéis;</p> <p>força = de trabalhos forçados;</p> <p>morte = de morte, salvo em caso de guerra declarada; e</p> <p>perpétua = de caráter perpétuo.</p>

47. De acordo com a CF/88, quais são os fatores a serem considerados para distinguir os estabelecimentos em que serão cumpridas as penas?

Os fatores são (art. 5º, XLVIII da CF/88):

- a) natureza do delito;
- b) idade do apenado;
- c) sexo do apenado.

Frase mnemônica para ajudar a memorização: "**Ida De Sexta**"

<p>Ida = <u>id</u>ade do apenado;</p> <p>De = natureza do <u>de</u>lito;</p> <p>Sexta = <u>se</u>xo do apenado.</p>
--

48. O que a CF/88 fala sobre a integridade física e moral dos presos?



A CF/88 assegura aos presos o respeito à integridade física e moral (art. 5º, XLIX).

49. O que a CF/88 fala sobre as presidiárias cujos filhos estão em período de amamentação?

A Constituição assegura às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (art. 5º, L da CF/88).

50. O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em caso de crime de furto cometido após a naturalização?

Não, já que no caso de crime comum, a extradição só é possível caso o crime tenha sido praticado antes da naturalização (art. 5º, LI da CF/88).

51. Quais espécies de crime não podem fundamentar extradição de estrangeiro, por expressa vedação constitucional?

Crime político ou de opinião ("não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião", conforme art. 5º, LII da CF/88).

52. Qual a diferença entre devido processo legal nos aspectos formal e material (art. 5º, LIV da CF/88)?

Aspecto formal: devem ser asseguradas às partes garantias jurídico-processuais mínimas para fazer valer seus interesses e defender seus direitos.

Aspecto material: as decisões proferidas no âmbito do processo devem ser efetivamente justas, razoáveis, proporcionais, desprovidas de arbitrariedade.

53. O que a Constituição assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral?

Assegura o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, LV da CF/88).

54. O que a CF/88 assevera sobre as provas obtidas por meios ilícitos?

Que elas são inadmissíveis no processo (art. 5º, LVI da CF/88).

55. A partir de quando uma pessoa poderá ser considerada culpada?

A partir do trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, LVII da CF/88).

56. A lei pode prever hipóteses de identificação criminal mesmo quando o indivíduo já foi identificado civilmente?



Sim, já que a lei poderá trazer hipóteses de identificação criminal mesmo quando o indivíduo já foi identificado civilmente, nos termos do art. 5º, LVIII da CF/88.

57. É possível restringir-se a publicidade dos atos processuais?

Sim, desde que por lei, quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem art. 5º, LX da CF/88.

58. No caso de flagrante delito, é necessária ordem judicial para que seja efetuada a prisão?

Não, no caso de flagrante delito, não se exige ordem judicial (art. 5º, LXI da CF/88).

Sem flagrante delito, regra geral, só pode efetuar-se prisão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. Exceções (pode prender mesmo sem ordem judicial):

- a) Transgressão militar;
- b) Crime propriamente militar.

Já quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança, não é possível efetuar-se prisão (art. 5º, LXVI da CF/88).

59. Quem deve ser comunicado sobre a prisão de um indivíduo? Em quanto tempo essa comunicação deve ocorrer? O que deve ser objeto dessa comunicação?

O juiz competente e a família do preso ou a pessoa por ele indicada (art. 5º, LXII da CF/88).

A comunicação deve ser imediata, dela devendo ser objeto a notícia da prisão em si, bem como o local em que se encontra o preso.

60. O que a Constituição fala sobre a prisão ilegal?

Que ela deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária (art. 5º, LXV da CF/88).

61. É possível a prisão por dívida? Em quais casos?

A Constituição prevê que, via de regra, não é possível a prisão por dívida, exceto em duas situações:

- a) a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia;
- b) do depositário infiel (cuidado aqui!).



Nada obstante, a prisão do depositário intiel não é mais aplicável no ordenamento jurídico brasileiro em razão da ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direito humanos – Pacto de San José da Costa Rica.

Portanto, a única hipótese de prisão civil por dívida admitida atualmente é a que ocorre em virtude do inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

62. O direito à assistência jurídica gratuita e integral é aplicável apenas às pessoas físicas que comprovarem insuficiência de recursos?

Não somente a tais pessoas físicas, mas também às jurídicas que comprovem hipossuficiência.

63. O que a Constituição assegura ao condenado por erro judiciário, bem como ao que ficar preso além do tempo fixado na sentença?

Assegura indenização por parte do Estado (art. 5º, LXXV da CF/88).

64. O que a CF/88 assegura de forma gratuita a) apenas aos reconhecidamente pobres; b) a todos?

a) Apenas aos reconhecidamente pobres: o registro civil de nascimento e a certidão de óbito (art. 5º, LXXVI da CF/88).

Nada obstante, a lei não está impedida de estender tal direito a outros cidadãos que não sejam reconhecidamente pobres.

b) A todos: as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5º, LXXVII da CF/88).

65. Qual o prazo de duração de um processo assegurado pela Constituição?

A CF/88 não estipula um prazo específico, apenas assegura que a duração do processo será "razoável", além dos meios que garantam celeridade na sua tramitação (art. 5º, inciso LXXVIII, da CF/88).

66. Em quais meios os dados pessoais são protegidos pela Constituição?

A CF/88 não elenca um rol de meios em que os dados pessoais são protegidos: ela assegura que os dados pessoais serão protegidos e especifica que essa proteção inclui os meios digitais (art. 5º, inciso LXXIX, da CF/88).

Remédios constitucionais (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LXXVII)

67. Qual o direito protegido pelo *habeas corpus*?



Direito de locomoção.

68. O *habeas corpus* possui característica repressiva ou preventiva?

O *habeas corpus* pode ser tanto repressivo (para devolver ao indivíduo a liberdade de locomoção que já foi perdida) quanto preventivo (para resguardar o indivíduo de uma eventual perda da liberdade de locomoção).

69. Qual a legitimidade ativa do *habeas corpus*? E a passiva?

O *habeas corpus* possui legitimidade universal, podendo ser impetrado por qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, ou, ainda, pelo Ministério Público.

Por sua vez, o legitimado passivo é a autoridade coatora, seja ela de caráter público ou um particular.

70. Qual a finalidade do mandado de segurança?

Proteger direito líquido e certo, não amparado por HC ou HD (caráter residual) – art. 5º, LXIX da CF/88.

71. O mandado de segurança possui natureza civil ou penal?

O mandado de segurança tem natureza civil, embora possa ser utilizado em processos penais.

72. É possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança?

Sim, entretanto, há exceções previstas em lei⁴, quais sejam, quando a liminar tenha por objeto a:

- a) compensação de créditos tributários;
- b) entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior;
- c) reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

73. É cabível mandado de segurança contra lei?

Sim, desde que seja uma lei de efeitos concretos (jamais lei em tese – de caráter geral e abstrato).

74. Quais as espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo?

⁴ Lei 12.016/2009, art. 7º, § 2º.



a) direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica;

b) direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.

75. Qual a finalidade do mandado de injunção?

Suprir omissão total ou parcial de norma regulamentadora que inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

O MI coletivo, especificamente, presta-se à proteção dos direitos, das liberdades e das prerrogativas pertencentes, indistintamente, a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria⁵.

76. Quem são os legitimados ativos do mandado de injunção?

Qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira).

No caso de mandado de injunção coletivo⁶:

- a) partido político;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;
- c) Ministério Público;
- d) Defensoria Pública.

77. O mandado de injunção coletivo é previsto de forma expressa na Constituição?

Não, o mandado de injunção coletivo passou a ser previsto de forma expressa na Lei 13.300/2016, embora o STF já reconhecesse sua possibilidade antes disso, mesmo diante do silêncio da CF/88.

78. Quais os pressupostos para o cabimento do mandado de injunção?

⁵ Lei 13.300/2016, art. 12, parágrafo único.

⁶ Lei 13.300/2016, art. 12, incisos I a IV.



São os três pressupostos seguintes:

- a) Falta (total ou parcial) de norma que regule uma norma constitucional programática propriamente dita ou que defina princípios institutivos ou organizativos de natureza impositiva;
- b) Nexó de causalidade entre a omissão do Poder Público e a impossibilidade de exercício, por parte do impetrante, de um direito inerente à nacionalidade, à soberania ou à cidadania;
- c) O decurso de prazo razoável para elaboração da norma regulamentadora, sem que tenha sido editada.

79. É possível mandado de injunção para suprir falta de norma regulamentadora infraconstitucional?

Não! O mandado de injunção somente repara falta de regulamentação de direito previsto na Constituição Federal.

80. Qual a finalidade do *habeas data*, conforme previsto na CF/88? Qual sua legitimação ativa?

Finalidade:

- a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) retificar dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Legitimação ativa: qualquer pessoa (física ou jurídica, nacional ou estrangeira).

81. Suponha que Fernando tenha o objetivo de conhecer as informações relativas a ele existentes no banco de dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), uma entidade privada. Considere que tal banco de dados possua caráter público. Fernando poderia, como medida inicial, ingressar com *habeas data* no Poder Judiciário para atingir seu objetivo?

Não. Embora seja possível que uma entidade privada possua banco de dados de caráter público, o *habeas data* só pode ser impetrado após o indeferimento do pedido de informações de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo⁷.

Assim, primeiro Fernando deve solicitar as informações ao SPC e, somente em caso de negativa ou de omissão da entidade poderia, posteriormente, ingressar com o *habeas data* no Judiciário.

82. Qual a finalidade da ação popular, conforme previsto na CF/88?

⁷ Lei 9.507/1997, art. 8º.



Anular ato lesivo:

- a) ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe;
- b) à moralidade administrativa;
- c) ao meio ambiente; e
- d) ao patrimônio histórico e cultural.

83. O que é "cidadão" para fins de propositura de ação popular?

Cidadão é a pessoa natural no gozo da capacidade eleitoral ativa, ou seja, um brasileiro nato ou naturalizado no gozo de seus direitos políticos.

...



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Catálogo de direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos no art. 5º da CF/88, exceto remédios constitucionais.

1. (FGV/2023/PGM-Niterói/Analista Processual) João, após ser condenado em diversos processos criminais, com sentenças transitadas em julgado, pela prática de crimes contra o patrimônio, veio a falecer. João fora condenado a penas (1) privativas de liberdade e de (2) prestação de serviços à comunidade, bem como a (3) ressarcir os danos que causara aos lesados. Em razão desse quadro, seus herdeiros ficaram preocupados com a possibilidade de terem de cumprir as penas aplicadas a João e ainda não cumpridas. Ao procurarem a orientação de um advogado, foi corretamente informado aos herdeiros, considerando as três medidas impostas a João, que:

- a) somente podem vir a cumprir as medidas 2 e 3;
- b) somente podem vir a cumprir a medida 3;
- c) somente podem vir a cumprir a medida 1;
- d) não devem arcar com nenhuma delas;
- e) devem arcar com todas elas.

2. (FGV/2023/PM-AC/Aluno Oficial Combatente) Ana era seguidora da religião X, que apregoava a necessidade de realização de jejum e retiro espiritual em determinado dia da semana. Ocorre que o Município Alfa marcou justamente para o referido dia uma etapa do concurso público para o provimento de determinado cargo, da qual Ana iria participar. Ao consultar um advogado em relação aos efeitos da incompatibilidade do dia designado para a segunda etapa do referido certame com sua crença religiosa, foi-lhe corretamente respondido que ela

- a) deve respeitar a data designada pela editalidade, pois a liberdade de crença, enquanto projeção dos direitos da personalidade, somente se manifesta na esfera privada, não avançando nas relações com as estruturas estatais de poder.
- b) tem o direito público subjetivo à remarcação da prova, considerando a fundamentalidade da liberdade religiosa e a ausência de lesividade ao interesse público no reconhecimento da possibilidade de realizá-la outro dia.
- c) deve respeitar a data designada pela editalidade, somente lhe restando a opção de comparecer, ou não, à etapa do concurso público, o que decorre do princípio da isonomia, que deve reger as relações com os demais candidatos.



d) pode vir a realizar a etapa em dia e horário distintos dos demais candidatos, desde que isto seja razoável, se preserve a igualdade entre os candidatos e não haja ônus desproporcional para a edilidade.

e) pode requerer a realização da etapa do concurso em dia distinto, tendo a edilidade total discricionariedade para acolher, ou não, o seu pleito, por razões de conveniência e oportunidade.

3. (FGV/2022/TJ-DFT/Técnico Judiciário – Administrativa) Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário. À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:

a) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público;

b) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;

c) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário;

d) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova;

e) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.

4. (FGV/2022/TJ-DFT/Analista Judiciário – Área Judiciária) John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John:

a) não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais;

b) não pode ser extraditado, salvo se, previamente, for declarada a perda da nacionalidade brasileira;

c) pode ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, sendo-lhe aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;

d) poderia ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;



e) poderia ser extraditado, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, em razão da natureza do crime, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.

5. (FGV/2022/TJ-DFT/Analista Judiciário – Administração) Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza. O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- a) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- b) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- c) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- d) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- e) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

6. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Analista da Fazenda Estadual) João foi condenado à pena de reclusão, em sentença penal transitada em julgado, pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Em razão do longo período em que permaneceu encarcerado, ao que se somava o seu precário estado de saúde, além da divulgação de diversas ações humanitárias praticadas no decorrer da sua vida, levantou-se um grande clamor popular em prol de sua libertação. À luz desse quadro, os familiares de João procuraram um(a) advogado(a) e o(a) questionaram sobre a possibilidade de João ser anistiado, sendo-lhes respondido corretamente que a concessão desse benefício

- a) é ato do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, mas que não pode vir a beneficiar João.
- b) é ato complexo, de necessária iniciativa do Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, mas que não pode vir a beneficiar João.
- c) é ato privativo do Congresso Nacional, sem o concurso do Presidente da República, sujeito à sua livre valoração política, podendo vir a beneficiar João.
- d) é ato privativo do Presidente da República, sem o concurso do Congresso Nacional, sujeito à sua livre valoração política, podendo vir a beneficiar João.
- e) é ato privativo do Presidente da República, sujeito à sua livre valoração política, que pode ser suspenso pelo Congresso Nacional e pode vir a beneficiar João.



7. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Técnico Administrativo da Fazenda Estadual) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso. O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

- a) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- b) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- c) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- d) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- e) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

8. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Analista da Fazenda Estadual) João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes. Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível. Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada. O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é

- a) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- b) o mandado de segurança.
- c) o direito de petição.
- d) o habeas data.
- e) a reclamação.



9. (FGV/2022/SEFAZ-AM/Analista da Fazenda Estadual) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade. Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

- a) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- b) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- c) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- d) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- e) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

10. (FGV/2022/CBMAM/Soldado Bombeiro Militar) Marie, de nacionalidade francesa, está residindo no território nacional há alguns meses. Para se inteirar dos distintos aspectos de sua situação jurídica, procurou um advogado e o questionou se possuía, ou não, direitos fundamentais.

O advogado respondeu corretamente que Marie:

- a) possui direitos fundamentais, desde que tenham sido provisoriamente deferidos no início do processo de naturalização.
- b) possui direitos fundamentais, desde que tenha requerido a sua fruição no momento de ingresso no território nacional.
- c) não possui direitos fundamentais, que somente são titularizados pelos brasileiros natos.
- d) não possui direitos fundamentais, que somente serão obtidos ao fim do processo de naturalização.
- e) possui direitos fundamentais, já que se encontra residindo no território nacional.



11. (FGV/2022/DPE-MT) Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- a) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;
- b) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- c) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- d) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

12. (FGV/2022/PC-RJ/Inspetor de Polícia) Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- a) coisa julgada;
- b) direito adquirido;
- c) ato jurídico perfeito;
- d) expectativa legítima;
- e) legalidade imanente.

13. (FGV/2022/PC-RJ/Inspetor de Polícia) João, estudante de direito que retornava para casa logo após o encerramento das aulas do período da manhã, parado no ponto do ônibus, constatou que uma criança estava sendo duramente espancada no interior da casa em frente.

À luz da sistemática constitucional, João:



- a) pode solicitar um mandado judicial e ingressar no local para fazer cessar o espancamento;
- b) pode ingressar no local, ainda que contra a vontade do morador, e prender o agressor;
- c) apenas pode procurar um agente policial ou um representante do Ministério Público para que eles ingressem no local e prendam o agressor;
- d) pode determinar, sob o amparo da lei, que o agressor cesse o espancamento, mas sem ingressar no local, a não ser que haja consentimento do morador ou ordem judicial;
- e) apenas pode procurar um policial ou um representante do Ministério Público para que eles obtenham um mandado judicial, de modo a ingressar no local e prender o agressor.

14. (FGV/2023/Receita Federal do Brasil/Analista Tributário) Um grupo de policiais alcançou a inferência lógica de que estariam sendo praticados crimes no interior de certa residência familiar. Esses policiais formaram o seu raciocínio a partir da constatação de que, de tempos em tempos, ali ingressavam pessoas que, pela sua aparência física e pelas roupas que utilizavam, muito provavelmente estariam envolvidas na prática de crimes. Por tal razão, decidiram ingressar no local, contra a vontade dos moradores, e ali encontraram centenas de quilos de substâncias entorpecentes de uso proibido.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que o ingresso na residência foi

- a) ilícito, considerando a inexistência de ordem judicial e em razão da ausência de qualquer indício prévio de flagrante delito no local;
- b) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, podendo ter sido efetivado durante o dia ou durante a noite;
- c) ilícito, considerando que os policiais, em nenhuma hipótese, podem ingressar na residência alheia sem ordem judicial e contra a vontade dos moradores;
- d) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, cuja ocorrência deveria ser demonstrada em juízo em momento posterior;
- e) lícito, considerando que o flagrante delito legitima o ingresso na casa alheia ainda que sua descoberta seja fortuita, pois a sua existência excepciona a inviolabilidade do domicílio.

15. (FGV/2018/MPE-AL) Pedro, servidor público estadual, é suspeito de praticar ilícitos penais. O Ministério Público, no curso das investigações criminais realizadas sob sua presidência, entendeu que a interceptação das comunicações telefônicas teria grande importância para o esclarecimento dos fatos.



Sobre a interceptação das comunicações telefônicas de Pedro, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Elas podem ser interceptadas por qualquer do povo, pois as concessionárias de telefonia prestam um serviço público.
- b) Elas não podem ser interceptadas, pois são emanção da liberdade de expressão e do direito à intimidade.
- c) Elas somente podem ser interceptados por ordem judicial, emanada de juiz competente.
- d) Elas podem ser interceptadas mediante autorização do superior hierárquico de Pedro.
- e) Elas podem ser interceptadas por decisão do Ministério Público, titular da ação penal.

16. (FGV/2021/TJ-RO/Técnico Judiciário - Área Administrativa) A Lei federal nº XX impôs aos brasileiros, que viessem a ser convocados, a necessidade de cumprir determinada obrigação, em caráter gratuito, junto a uma estrutura estatal de poder, durante alguns dias a cada biênio. Aqueles que exercessem essa atividade seriam beneficiados com dois dias de folga ao trabalho, enquanto os que se negassem a atuar teriam restringidos determinados direitos. João, ao ser convocado, informou à autoridade responsável que a atividade era incompatível com os dogmas de sua religião, de modo que não poderia exercê-la.

À luz da sistemática constitucional, João:

- a) independentemente da religião, não estava obrigado a atender à convocação, pois o seu trabalho não seria remunerado;
- b) somente deve sofrer restrições em seus direitos caso se recuse a cumprir prestação social alternativa fixada em lei;
- c) deve sofrer restrições em seus direitos, salvo se a sua religião existir há mais de dez anos e os seus dogmas forem públicos;
- d) deve sofrer restrições em seus direitos, pois a laicidade do Estado brasileiro impede que ele se exima, por motivo de crença religiosa, de obrigação legal a todos imposta;
- e) não deve sofrer restrições em seus direitos, pois sua crença religiosa se apresenta como manifestação da dignidade humana, não lhe podendo gerar consequências negativas.

17. (FGV/2011/SEFAZ-RJ/Auditor Fiscal da Receita Estadual) Abelhudo, cidadão brasileiro, contrai casamento com Abelhudinha, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o



varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, Abelhudo deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que

- a) é admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
- b) está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.
- c) foi extinta após a edição da Constituição Federal de 1988.
- d) é constitucionalmente prevista para homens inadimplentes de alimentos.
- e) está preservada somente para militares em tempo de guerra.

18. (FGV/2010/SEFAZ-RJ/Auditor Fiscal da Receita Estadual) Em relação aos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os direitos e garantias fundamentais visam, entre outros, a proteger o direito à vida, o direito à segurança, os direitos sociais, mas não o direito à propriedade
- b) A Constituição Federal admite a pena de morte em circunstâncias excepcionais.
- c) O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).
- d) Os brasileiros naturalizados não têm a mesma proteção conferida aos brasileiros natos.
- e) Atribui-se à lei a regulamentação do direito à greve.

19. (FGV/2017/Pref. Salvador) De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Tal sentença se expressa, entre outros, nos termos apresentados nas afirmativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.



- b) É plena a liberdade de associação de caráter civil, militar ou paramilitar, para fins lícitos.
- c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- e) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

20. (FGV/2017/Pref. Salvador) Sobre os direitos dos cidadãos, avalie as afirmativas a seguir.

- I. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.**
- II. É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.**
- III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.**

Está correto o que se afirma em:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

21. (FGV/2015/Pref. Niterói) A Constituição Federal dispensou grande proteção aos direitos e garantias fundamentais, com especial ênfase para a liberdade individual. A respeito das hipóteses de privação da liberdade, é correto afirmar que:

- a) somente a autoridade policial pode determinar a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime;
- b) a prisão de uma pessoa somente pode ser decretada ao fim de um processo judicial;
- c) a prisão de uma pessoa que está praticando um crime somente pode ocorrer por determinação da autoridade judicial;



- d) qualquer pessoa pode vir a ser presa caso esteja em flagrante delito;
- e) a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime pode ocorrer por decisão de qualquer autoridade administrativa.

22. (FGV/2018/TJ-AL/Oficial de Justiça Avaliador) João, Oficial de Justiça Avaliador, recebeu mandado de busca e apreensão, tendo por objeto um computador, a ser cumprido na residência de Pedro.

À luz da sistemática constitucional, o referido mandado judicial:

- a) pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, em qualquer horário do dia ou da noite;
- b) somente pode ser cumprido se houver o consentimento expresso de Pedro;
- c) somente pode ser cumprido no horário nele constante, o qual, por imperativo constitucional, deve ser inserido;
- d) pode ser cumprido, durante a noite, sem o consentimento de Pedro, se houver urgência;
- e) somente pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, durante o dia.

23. (FGV/2018/TJ-AL/Analista Judiciário – Área Judiciária) Jean, nacional francês residente no território brasileiro, procurou um advogado e solicitou que fosse esclarecido que direitos a ordem jurídica brasileira lhe assegurava, mais especificamente se possuía direitos fundamentais e direitos políticos.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve afirmar que Jean:

- a) possui direitos políticos e fundamentais idênticos aos dos brasileiros naturalizados;
- b) não possui direitos políticos e fundamentais de qualquer natureza;
- c) possui direitos fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros, mas não direitos políticos;
- d) possui direitos fundamentais idênticos aos dos brasileiros, mas direitos políticos inferiores;
- e) possui direitos políticos e fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros.

24. (FGV/2013/TJ-AM/Analista Judiciário - Direito) A administração, revendo interpretação de determinada lei, suprimiu direitos adquiridos por servidores. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) A atitude é correta pois a administração pode agir da forma mencionada com base na autotutela.



- b) A administração agiu corretamente com base no princípio da indisponibilidade do interesse público.
- c) A administração agiu corretamente com base no princípio da impessoalidade.
- d) A administração agiu corretamente com base no princípio da supremacia do interesse público.
- e) A administração agiu incorretamente, pois violou a segurança jurídica.

25. (FGV/2013/TJ-AM/Analista Judiciário – Direito - Adaptada) Sobre o direito à propriedade, a Constituição consagra diversos dispositivos. Com relação às previsões da Lei Maior, assinale a afirmativa correta.

- a) A autoridade poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, mediante prévia e justa indenização em dinheiro ao proprietário.
- b) A impenhorabilidade da pequena propriedade rural, conforme definição em lei, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, desde que trabalhada pela família.
- c) A propriedade imaterial dos autores de inventos industriais garante-lhes privilégio vitalício para sua utilização.
- d) A desapropriação de imóveis urbanos subutilizados ou não utilizados é sempre precedida de indenização justa e em dinheiro.
- e) A proteção constitucional ao direito de herança não abrange a sucessão de estrangeiros

Tratados e Convenções internacionais com força de emenda constitucional (art. 5º, § 3º da CF/88)

26. (FGV/2023/Receita Federal do Brasil/Auditor Fiscal) A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.



O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,

- a) apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123;
- b) os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não recepcionaram o Art. Y da Lei nº 123;
- c) apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recepcionou o Art. Y da Lei nº 123;
- d) nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República;
- e) os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas supralegal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

27. (FGV/2014/Prefeitura de Recife/Auditor do Tesouro Municipal) O Brasil subscreveu um Tratado Internacional de Direitos Humanos que assegura a todo cidadão réu em processo cível ou criminal o direito de ser julgado em três instâncias.

Considerando a hipótese acima, assinale a opção correta.

- a) Tal direito será incorporado ao elenco de direitos fundamentais com hierarquia constitucional.
- b) Tal direito será incorporado ao elenco de direitos fundamentais com hierarquia supraconstitucional.
- c) Tal direito não poderá ser incorporado ao elenco de direitos fundamentais, mas vincula a República Federativa do Brasil no plano internacional.
- d) Tal tratado não poderá gerar qualquer efeito no plano interno ou no plano internacional.
- e) Tal direito poderá ser incorporado com hierarquia constitucional ou supralegal, a depender do procedimento de internalização do tratado.

Remédios Constitucionais

28. (FGV/2022/TCE-TO/Assistente de Controle Externo – Nível Médio) O prefeito do Município Beta decidiu realizar uma série de obras públicas em uma região pouco habitada do Município, o que gerou grande desconfiança da população. João, cidadão politicamente engajado, após uma apuração particular, descobriu que a maior parte das terras, localizadas no entorno da localidade que receberia as obras, pertencia a familiares do prefeito. Com as obras, as terras teriam grande valorização. Irresignado



com essa situação, João decidiu ajuizar uma ação para impedir a concretização desse objetivo. Ao questionar o seu advogado a respeito de que ação seria essa, foi-lhe corretamente informado que João deve ajuizar um(a):

- a) ação popular;
- b) ação civil pública;
- c) interdito de obra nova;
- d) representação interventiva;
- e) mandado de segurança coletivo.

29. (FGV/2022/TCE-TO/Analista Técnico – Direito) Maria tomou conhecimento de que figurava como devedora de determinado imposto estadual. Como jamais desenvolvera qualquer atividade em que figurasse como contribuinte desse imposto, compareceu à repartição competente e solicitou o acesso à íntegra das informações concernentes à sua pessoa, incluindo os impostos de que era devedora. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, inclusive em sede de recurso hierárquico, com base no argumento de que informações tributárias eram sigilosas. Nesse caso, a ação constitucional a ser ajuizada por Maria para ter acesso às referidas informações é o(a):

- a) *habeas data*;
- b) mandado de injunção;
- c) mandado de segurança;
- d) reclamação constitucional;
- e) representação constitucional.

30. (FGV/2021/PM-PB/Oficial) Maria compareceu a uma repartição pública estadual para ter acesso a determinado direito social. Ao chegar ao local, foi informada de que não poderia fruir o direito em razão do calendário definido pela autoridade competente, já que as pessoas residentes em sua localidade somente fruiriam o direito em momento futuro. Como o seu endereço residencial estava incorreto, Maria requereu, formalmente, a sua retificação pela autoridade competente, o que foi negado de maneira manifestamente ilegal, sem qualquer justificativa, apesar de ter sido apresentada prova documental do endereço correto. A ação constitucional que pode ser utilizada por Maria para a retificação dos seus dados é o:



- a) habeas data, que é gratuito;
- b) direito de petição, que é gratuito;
- c) mandado de segurança, que é gratuito;
- d) habeas data, sendo devido o pagamento de custas;
- e) mandado de segurança, sendo devido o pagamento de custas.

31. (FGV/2023/Prefeitura do Rio de Janeiro/Fiscal de Rendas) João, vereador no Município Alfa, solicitou que o chefe do Poder Executivo do respectivo Município encaminhasse um detalhamento dos custos realizados com determinado programa social direcionado ao idoso, o que foi feito sem que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alfa tivesse conhecimento da solicitação. A solicitação foi indeferida pelo prefeito do Município Alfa sob o argumento de que João não tinha legitimidade para apresentá-la, o que resultou na impetração de mandado de segurança pelo solicitante visando à sua obtenção.

À luz da sistemática constitucional, o pedido formulado no mandado de segurança deve ser julgado:

- a) improcedente, considerando que o instrumento adequado é o habeas data;
- b) procedente, considerando que João, embora ocupe o cargo eletivo de vereador, não deixa de ser cidadão;
- c) improcedente, considerando que as prerrogativas dos parlamentares não se confundem com as da Casa Legislativa;
- d) improcedente, considerando que João não tem o poder de representação da Casa Legislativa, salvo se sua solicitação for ratificada a posteriori;
- e) procedente, considerando que cada parlamentar está apto a exercer a integralidade dos poderes da Casa Legislativa, os quais instrumentalizam as funções dessa estrutura orgânica.



Gabarito



- 1. B
- 2. D
- 3. B
- 4. C
- 5. B
- 6. A
- 7. B
- 8. D
- 9. D
- 10. E

- 11. D
- 12. B
- 13. B
- 14. A
- 15. C
- 16. B
- 17. B
- 18. A
- 19. B
- 20. E
- 21. D

- 22. E
- 23. C
- 24. E
- 25. B
- 26. C
- 27. E
- 28. A
- 29. A
- 30. A
- 31. B



CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA COMPLEMENTAR

Os principais entendimentos jurisprudenciais que julgamos relevantes sobre o nosso assunto, além dos já eventualmente expostos no roteiro de revisão, são apresentados a seguir¹.

Direitos fundamentais básicos (caput)

Não constitui crime a interrupção da gravidez de feto anencéfalo: a gestante tem o direito de submeter-se a antecipação terapêutica de parto nessa hipótese de gravidez, previamente diagnosticada por profissional habilitado, sem estar compelida a apresentar autorização judicial ou qualquer outra forma de permissão do Estado².

É legítima e não ofende o direito à vida nem, tampouco, a dignidade da pessoa humana a realização de pesquisas com a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento³.

“Inconstitucionalidade da incidência do tipo penal do aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre. (...) A criminalização, nessa hipótese, viola diversos direitos fundamentais da mulher, bem como o princípio da proporcionalidade”⁴.

“O súdito estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do status libertatis e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do due process. O súdito estrangeiro, mesmo o não domiciliado no Brasil, tem plena legitimidade para impetrar o remédio constitucional do habeas corpus, em ordem a tornar efetivo, nas hipóteses de persecução penal, o direito subjetivo, de que também é titular, à observância e ao

¹ Recomendamos que o estudo da jurisprudência ocorra em uma fase mais avançada, quando o aluno já efetuou algumas revisões da matéria. Inclusive, um bom conhecimento das normas e da doutrina será necessário para que o estudo da jurisprudência seja eficiente. Bom, no estudo da jurisprudência, é essencial conferir priorização maior ao estudo das súmulas vinculantes (as súmulas vinculantes e súmulas que eventualmente estejam relacionadas ao tema deste relatório estão expostas no roteiro de revisão). Em segundo lugar na priorização, as súmulas e teses de repercussão geral. Em último lugar, os demais precedentes. Na maior parte das vezes, a quantidade de entendimentos jurisprudenciais que trazemos para um dado assunto é pequena, porém, há casos em que ela pode ser bastante elevada. Em qualquer dos casos, o aluno não deve tentar decorar tudo de uma só vez: a memorização dos principais pontos virá com as diversas revisões. Por fim, vale destacar que o estudo da jurisprudência ajuda na compreensão e fixação dos próprios dispositivos normativos e conceitos doutrinários, funcionando como uma ótima revisão complementar de conteúdo para alunos mais avançados.

² STF – ADPF 54/DF.

³ STF – ADI 3510/DF.

⁴ STF – HC 124.306.



integral respeito, por parte do Estado, das prerrogativas que compõem e dão significado à cláusula do devido processo legal. A condição jurídica de não nacional do Brasil e a circunstância de o réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção, contra tal acusado, de qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório. Precedentes. Impõe-se, ao Judiciário, o dever de assegurar, mesmo ao réu estrangeiro sem domicílio no Brasil, os direitos básicos que resultam do postulado do devido processo legal, notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante”⁵.

São inconstitucionais, por ofensa à dignidade da pessoa humana e ao direito fundamental da igualdade e por induzirem o estado a empatar o que deveria promover – o bem de todos sem preconceitos de sexo e quaisquer outras formas de discriminação –, dispositivos de atos normativos federais que proíbem a doação de sangue por homens homossexuais⁶.

Princípio da igualdade (caput e inciso I)

A reserva de vagas em universidades públicas para negros e índios é constitucional, contribuindo para a efetivação da igualdade material e mitigando desigualdades ocasionadas por situações históricas particulares⁷.

É compatível com o princípio da igualdade programa concessivo de bolsa de estudos em universidades privadas para alunos de renda familiar de pequena monta, com quotas para negros, pardos, indígenas e portadores de necessidades especiais⁸.

“É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa”⁹.

A Constituição de 1988 não proíbe a formação de família por pessoas do mesmo sexo (união homoafetiva): A CF, quando emprega a expressão "família", "não limita a

⁵ STF – HC 94.016

⁶ STF – ADI 5543

⁷ STF – ADPF 186/DF, RE 597285/RS.

⁸ STF – ADI 3330/DF.

⁹ STF – ADC 41.



formação desta a casais heteroafetivos, nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa”¹⁰.

É inconstitucional norma que assegura políticas públicas para entidades familiares formadas por meio de casamento ou união estável entre homem e mulher, uma vez que, caso o dispositivo fosse interpretado de maneira restritiva, com a configuração familiar restrita apenas à união entre homem e mulher em vínculo de casamento ou união estável, restariam feridos os valores constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia¹¹.

Liberdade de expressão, vedação ao anonimato, direito de resposta, indenização por dano material, moral ou à imagem, direito de acesso à informação, sigilo da fonte para o exercício profissional (incisos IV, V, IX e XIV)

Fere a liberdade de imprensa e contraria o direito à livre manifestação do pensamento inscrita no art. 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San Jose da Costa Rica a exigência do diploma de jornalismo e do registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista. “O jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada”¹².

“A impossibilidade do estabelecimento de controles estatais sobre a profissão jornalística leva à conclusão de que não pode o Estado criar uma ordem ou um conselho profissional (autarquia) para a fiscalização desse tipo de profissão. O exercício do poder de polícia do Estado é vedado nesse campo em que imperam as liberdades de expressão e de informação”¹³.

É “inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas)”¹⁴.

É vedado o acolhimento de denúncias anônimas, em razão da vedação ao anonimato, o que não impede que as delações apócrifas sirvam de base para que o Poder Público

¹⁰ STF - ADI 4.277 e ADPF 132.

¹¹ STF – ADI 5971

¹² STF – RE 511.961.

¹³ Idem.

¹⁴ STF – ADI 4815.



adote medidas destinadas a esclarecer, em sumária e prévia apuração, a verossimilhança das alegações que lhe foram transmitidas¹⁵.

O direito à liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero, contundente, sarcástico, irônico ou irreverente, especialmente contra as autoridades e aparelhos de Estado. Entretanto, esse profissional responderá, penal e civilmente, pelos abusos que cometer, sujeitando-se ao direito de resposta a que se refere a Constituição em seu art. 5º, inciso V. A liberdade de imprensa é plena em todo o tempo, lugar e circunstâncias, tanto em período não-eleitoral, quanto em período de eleições gerais¹⁶.

A liberdade de manifestação do pensamento, que representa um dos fundamentos em que se apoia a própria noção de Estado democrático de direito, não pode ser restringida pelo exercício ilegítimo da censura estatal, ainda que praticada em sede jurisdicional¹⁷.

“Nem todos os ofícios ou profissões podem ser condicionados ao cumprimento de condições legais para o seu exercício. A regra é a liberdade. Apenas quando houver potencial lesivo na atividade é que pode ser exigida inscrição em conselho de fiscalização profissional. A atividade de músico prescinde de controle. Constitui, ademais, manifestação artística protegida pela garantia da liberdade de expressão”¹⁸.

“Mostra-se incompatível com o pluralismo de ideias, que legitima a divergência de opiniões, a visão daqueles que pretendem negar, aos meios de comunicação social (e aos seus profissionais), o direito de buscar e de interpretar as informações, bem assim a prerrogativa de expender as críticas pertinentes. Arbitrária, desse modo, e inconciliável com a proteção constitucional da informação, a repressão à crítica jornalística, pois o Estado – inclusive seus juízes e tribunais – não dispõe de poder algum sobre a palavra, sobre as ideias e sobre as convicções manifestadas pelos profissionais da Imprensa”¹⁹.

É inconstitucional qualquer interpretação do Código Penal que possa ensejar a criminalização da defesa da legalização das drogas, ou de qualquer substância entorpecente específica, inclusive através de manifestações e eventos públicos, como a chamada “marcha da maconha”²⁰.

¹⁵ STF – Inq 1957/PR.

¹⁶ STF – ADI 4.451 – MC – REF.

¹⁷ STF – Rcl 18.566.

¹⁸ STF – RE 414.426.

¹⁹ STF – AI 705.630 AgR.

²⁰ STF – ADPF 187.



A liberdade de expressão “não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o direito à incitação ao racismo’, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra”²¹.

“Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais”²².

“1. Constitui assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa.

2. Caracterizado o assédio judicial, a parte demandada poderá requerer a reunião de todas as ações no foro de seu domicílio.

3. A responsabilidade civil de jornalistas ou órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos).”²³

Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (incisos VI a VIII)

“É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana”²⁴.

Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (inciso X)

Não é lícita a coação de possível pai para realizar o exame do DNA, sob pena de ofensa a garantias constitucionais como a preservação da dignidade humana, da intimidade, da intangibilidade do corpo humano, do império da lei e da inexecução específica e direta de obrigação de fazer²⁵.

²¹ STF – HC 82.424.

²² STF – Re 898.450.

²³ STF - ADI - 6792 e 7055

²⁴ STF - RE 494601

²⁵ STF – HC 71.373/RS.



Como regra, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União não dispõem de competência para determinar a quebra do sigilo bancário²⁶. Porém, a inviolabilidade do sigilo bancário pode ser afastada por determinação de tais órgãos, no caso de operações que envolvam recursos públicos²⁷.

O poder das comissões parlamentares de inquérito federais para determinar a quebra de sigilo bancário outorgado pela Lei Complementar 105/2001 é extensível às CPIs estaduais, com base no art. 58, § 3º da CF²⁸.

É extensível às CPIs estaduais o poder de determinar a quebra de sigilo bancário, conforme outorgado pela Lei Complementar 105/2001 às CPIs federais, com base no art. 58, § 3º da CF/88²⁹.

A privacidade dos agentes políticos é relativa, uma vez que estes devem à sociedade as contas da atuação desenvolvida³⁰. O direito se mantém, por outro lado, no que diz respeito a fatos íntimos e da vida familiar, embora nunca naquilo que se refira à sua atividade pública³¹.

Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI)

O conceito de “casa” abrange: a) qualquer compartimento habitado; b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva; e c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade pessoal³².

A escuta ambiental não se sujeita aos mesmos limites da busca domiciliar, sendo válida decisão judicial que autoriza o ingresso de autoridade policial em recinto profissional durante a noite, para o fim de instalar equipamentos de captação de sinais óticos e acústicos (escuta ambiental) e de acesso a documentos no ambiente de trabalho do acusado. Isso porque tal procedimento seria inviável se fosse praticado durante o dia, mediante apresentação de mandado judicial³³.

“nem a Polícia Judiciária e nem a administração tributária podem, afrontando direitos assegurados pela Constituição da República, invadir domicílio alheio com o objetivo de

²⁶ STF – MS 22.801/DF, RE 22.934/MT. STJ – HC 160.646/SP.

²⁷ STF – MS 21.729/DF.

²⁸ STF – ACO 730/RJ.

²⁹ STF – ACO 730/RJ.

³⁰ STF – Inq 2589 MS.

³¹ STF – RE 577785 RJ.

³² STF – HC 93.050.

³³ STF – Inq 2.424/RJ.



apreender, durante o período diurno, e sem ordem judicial, quaisquer objetos que possam interessar ao Poder Público”³⁴.

“A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de: flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados”³⁵.

“O sigilo profissional constitucionalmente determinado não exclui a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia. O local de trabalho do advogado, desde que este seja investigado, pode ser alvo de busca e apreensão, observando-se os limites impostos pela autoridade judicial. Tratando-se de local onde existem documentos que dizem respeito a outros sujeitos não investigados, é indispensável a especificação do âmbito de abrangência da medida, que não poderá ser executada sobre a esfera de direitos de não investigados”³⁶.

“A CF autoriza a prisão em flagrante como exceção à inviolabilidade domiciliar, prescindindo de mandado judicial, qualquer que seja sua natureza”³⁷.

Inviolabilidade das correspondências e das comunicações (art. 5º, XII)

É possível, diante de determinadas circunstâncias, a interceptação das correspondências e comunicações telegráficas e de dados sempre que tais liberdades públicas estiverem sendo utilizadas como instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas³⁸.

Não é admissível interceptação telefônica no curso de processo de extradição, haja vista que esse processo não possui a finalidade de viabilizar investigação criminal nem de instruir processo penal de condenação instaurados no Brasil³⁹. Inexiste impedimento, por outro lado que provas obtidas mediante interceptação telefônica autorizada pelo juízo competente no curso de instrução processual penal ou de investigação criminal sejam utilizadas no futuro para instruir processo de natureza administrativa⁴⁰.

³⁴ STF – AP 370-3/DF.

³⁵ STF – RE 603.616/RO.

³⁶ STF – HC 91.610.

³⁷ STF – RHC 91.189.

³⁸ STF – HC 70.814/SP.

³⁹ STF – Eext 1.021.

⁴⁰ STF – Inq 2.725 QO/SP.



O dispositivo constitucional que prevê a inviolabilidade das comunicações e das correspondências não impede o acesso aos dados em si mesmo considerados (por exemplo, dados contidos em um disco rígido) – a proteção diz respeito à comunicação de tais dados⁴¹.

“é válida a prova de um crime descoberta acidentalmente durante a escuta telefônica autorizada judicialmente para apuração de crime diverso”⁴².

“dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova”⁴³.

É admissível interceptação telefônica mesmo em caso de conversa entre acusado em processo penal e seu defensor, caso haja prática de delitos no exercício da profissão, não se podendo invocar o sigilo profissional do advogado para acobertar para a prática de atividades ilícitas⁴⁴.

Ainda que, nos termos da Lei 9.296/96, as interceptações telefônicas devam ser judicialmente autorizadas unicamente para fins de investigação de crimes puníveis com reclusão, é possível que as provas obtidas em dada interceptação sejam utilizadas para a denúncia por outros crimes eventualmente descobertos em decorrência de tal procedimento (chamados de “crimes achados”), mesmo que passíveis de pena de detenção⁴⁵.

“A prova encontrada, fortuitamente, durante a investigação criminal é válida, salvo se comprovado vício ensejador de sua nulidade. Nulidade da interceptação telefônica determinada por autoridade judicial incompetente”⁴⁶.

“Suposta ilegalidade decorrente do fato de os policiais, após a prisão em flagrante do corrêu, terem realizado a análise dos últimos registros telefônicos dos dois aparelhos celulares apreendidos. Não ocorrência. Não se confundem comunicação telefônica e registros telefônicos, que recebem, inclusive, proteção jurídica distinta. Não se pode interpretar a cláusula do art. 5º, XII, da CF, no sentido de proteção aos dados enquanto

⁴¹ STF – RE 418.416/SC.

⁴² STF – HC 78098/SC.

⁴³ STF – Inq 2424.

⁴⁴ STF – HC 96.909/MT.

⁴⁵ STF – HC 83.515/RS.

⁴⁶ STF – Inq 3.732.



registro, depósito registral. A proteção constitucional é da comunicação de dados, e não dos dados"⁴⁷.

"A gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, quando ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação não é considerada prova ilícita"⁴⁸.

"A Lei Complementar (LC) 105/2001, que permite à Receita Federal receber dados bancários de contribuintes fornecidos diretamente pelos bancos, sem prévia autorização judicial, não resulta em quebra de sigilo bancário, mas sim em transferência de sigilo da órbita bancária para a fiscal (ambas protegidas contra o acesso de terceiros), para que seja possível ao Fisco cumprir o art. 145, § 1º da CF/88, não havendo ofensa, portanto, à Constituição Federal"⁴⁹.

"É lícita a interceptação telefônica, determinada em decisão judicial fundamentada, quando necessária, como único meio de prova, à apuração de fato delituoso. (...) É lícita a prorrogação do prazo legal de autorização para interceptação telefônica, ainda que de modo sucessivo, quando o fato seja complexo e, como tal, exija investigação diferenciada e contínua"⁵⁰.

"Prova emprestada. (...) Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova"⁵¹.

"Escuta gravada da comunicação telefônica com terceiro, que conteria evidência de quadrilha que integrariam: ilicitude, nas circunstâncias, com relação a ambos os interlocutores. A hipótese não configura a gravação da conversa telefônica própria por um dos interlocutores – cujo uso como prova o STF, em dadas circunstâncias, tem julgado lícito – mas, sim, escuta e gravação por terceiro de comunicação telefônica alheia, ainda que com a ciência ou mesmo a cooperação de um dos interlocutores: essa última, dada a intervenção de terceiro, se compreende no âmbito da garantia constitucional do sigilo das comunicações telefônicas e o seu registro só se admitirá como prova, se realizada mediante prévia e regular autorização judicial. A prova obtida

⁴⁷ STF – HC 91.867.

⁴⁸ STF – AI 578.858 AgR.

⁴⁹ STF – RE 601.314.

⁵⁰ STF – Inq 2.424.

⁵¹ STF – Idem.



mediante a escuta gravada por terceiro de conversa telefônica alheia é patentemente ilícita em relação ao interlocutor insciente da intromissão indevida, não importando o conteúdo do diálogo assim captado”⁵².

“Sigilo de dados. Atuação fiscalizadora do Banco Central. Afastamento. Inviabilidade. A atuação fiscalizadora do Banco Central do Brasil não encerra a possibilidade de, no campo administrativo, alcançar dados bancários de correntistas, afastando o sigilo previsto no inciso XII do art. 5º da CF”⁵³.

“É lícita a gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem ciência do outro, quando há investida criminosa deste último. É inconsistente e fere o senso comum falar-se em violação do direito à privacidade quando interlocutor grava diálogo com sequestradores, estelionatários ou qualquer tipo de chantagista”⁵⁴. No mesmo sentido: “Utilização de gravação de conversa telefônica feita por terceiro com a autorização de um dos interlocutores sem o conhecimento do outro quando há, para essa utilização, excludente da antijuridicidade. Afastada a ilicitude de tal conduta – a de, por legítima defesa, fazer gravar e divulgar conversa telefônica ainda que não haja o conhecimento do terceiro que está praticando crime –, é ela, por via de consequência, lícita e, também consequentemente, essa gravação não pode ser tida como prova ilícita, para invocar-se o art. 5º, LVI, da Constituição, com fundamento em que houve violação da intimidade (art. 5º, X, da Carta Magna)”⁵⁵.

1 - É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal, para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

2 - O compartilhamento pela UIF e pela Receita Federal do Brasil, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios”⁵⁶.

⁵² STF – HC 80.949.

⁵³ STF – RE 461.366.

⁵⁴ STF – HC 75.338.

⁵⁵ STF – HC 74.678.

⁵⁶ STF. RE 1055941.



Liberdade de atividade profissional (art. 5º, XIII)

“O art. 5º, XIII, da Constituição da República é norma de aplicação imediata e eficácia contida que pode ser restringida pela legislação infraconstitucional. Inexistindo lei regulamentando o exercício da atividade profissional dos substituídos, é livre o seu exercício”⁵⁷.

“Nem todos os ofícios ou profissões podem ser condicionados ao cumprimento de condições legais para o seu exercício. A regra é a liberdade. Apenas quando houver potencial lesivo na atividade é que pode ser exigida inscrição em conselho de fiscalização profissional. A atividade de músico prescinde de controle. Constitui, ademais, manifestação artística protegida pela garantia da liberdade de expressão”⁵⁸.

“O jornalismo é uma profissão diferenciada por sua estreita vinculação ao pleno exercício das liberdades de expressão e de informação. O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada. Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada. Isso implica, logicamente, que a interpretação do art. 5º, XIII, da Constituição, na hipótese da profissão de jornalista, se faça, impreterivelmente, em conjunto com os preceitos do art. 5º, IV, IX, XIV, e do art. 220 da Constituição, que asseguram as liberdades de expressão, de informação e de comunicação em geral. (...) No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais. O art. 5º, IV, IX, XIV, e o art. 220 não autorizam o controle, por parte do Estado, quanto ao acesso e exercício da profissão de jornalista. Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, controle prévio que, em verdade, caracteriza censura prévia das liberdades de expressão e de informação, expressamente vedada pelo art. 5º, IX, da Constituição. A impossibilidade do estabelecimento de controles estatais sobre a profissão jornalística leva à conclusão de que não pode o Estado criar uma ordem ou um conselho profissional (autarquia) para a fiscalização desse tipo de profissão. O exercício do poder de polícia do Estado é vedado nesse campo em que imperam as liberdades de expressão e de informação”⁵⁹.

⁵⁷ STF – MI 6.113 AgR.

⁵⁸ STF – RE 414.426.

⁵⁹ STF – RE 511.961.



“O Exame de Ordem (...) mostra-se consentâneo com a CF, que remete às qualificações previstas em lei”⁶⁰.

“Descabe condicionar integração, a quadro societário, de pessoa jurídica de direito privado ao fato de o pretendente estar em dia com as obrigações tributárias”⁶¹.

“Em síntese, a legislação local submete o contribuinte à exceção de emitir notas fiscais individualizadas, quando em débito para com o fisco. Entendo conflitante com a Carta da República o procedimento adotado. (...) A lei estadual contraria, portanto, os textos constitucionais evocados, ou seja, a garantia do livre exercício do trabalho, ofício ou profissão – inciso XIII do art. 5º da Carta da República – e de qualquer atividade econômica – parágrafo único do art. 170 da CF”⁶².

“não é dado à Fazenda Pública obstaculizar o exercício da atividade empresarial com a imposição de penalidades no intuito de receber imposto atraso”⁶³.

“É constitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito”⁶⁴.

Liberdade de reunião (art. 5º, XVI)

“Ação direta julgada procedente para dar ao § 2º do art. 33 da Lei 11.343/2006 “interpretação conforme à Constituição” e dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento episódico, ou então viciado, das suas faculdades psicofísicas”⁶⁵.

“‘Marcha da Maconha’. Manifestação legítima, por cidadãos da república, de duas liberdades individuais revestidas de caráter fundamental: o direito de reunião (liberdade-meio) e o direito à livre expressão do pensamento (liberdade-fim). (...) legitimidade, sob perspectiva estritamente constitucional, de assembleias, reuniões, marchas, passeatas ou encontros coletivos realizados em espaços públicos (ou privados) com o objetivo de obter apoio para oferecimento de projetos de lei, de iniciativa popular, de criticar modelos normativos em vigor, de exercer o direito de petição e de promover atos de proselitismo em favor das posições sustentadas pelos manifestantes e participantes de reunião. (...) Vinculação de caráter instrumental entre a liberdade de

⁶⁰ STF – RE 603.583.

⁶¹ STF – RE 207.946.

⁶² STF – RE 413.782.

⁶³ STF – RE 413.782.

⁶⁴ STF. RE 607107.

⁶⁵ STF – ADI 4.274.



reunião e a liberdade de manifestação do pensamento. (...) Debate que não se confunde com incitação à prática de delito nem se identifica com apologia de fato criminoso. Discussão que deve ser realizada de forma racional, com respeito entre interlocutores e sem possibilidade legítima de repressão estatal, ainda que as ideias propostas possam ser consideradas, pela maioria, estranhas, insuportáveis, extravagantes, audaciosas ou inaceitáveis. O sentido de alteridade do direito à livre expressão e o respeito às ideias que conflitem com o pensamento e os valores dominantes no meio social”⁶⁶.

Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI)

“Cabe enfatizar, neste ponto, que as normas inscritas no art. 5º, XVII a XXI, da atual CF, protegem as associações, inclusive as sociedades, da atuação eventualmente arbitrária do legislador e do administrador, eis que somente o Poder Judiciário, por meio de processo regular, poderá decretar a suspensão ou a dissolução compulsórias das associações. Mesmo a atuação judicial encontra uma limitação constitucional: apenas as associações que persigam fins ilícitos poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas. Atos emanados do Executivo ou do Legislativo, que provoquem a compulsória suspensão ou dissolução de associações, mesmo as que possuam fins ilícitos, serão inconstitucionais”⁶⁷.

“reafirma-se o entendimento da jurisprudência do STF, corroborada pelo parágrafo único do art. 2º-A da Lei 9.494/1997, de que a autorização a que se refere o art. 5º, XXI, deve ser expressa por ato individual do associado ou por assembleia da entidade, sendo insuficiente a mera autorização genérica prevista em cláusula estatutária. Todavia, no caso concreto, a demanda foi proposta com base em autorizações individuais (não havendo notícia alguma sobre deliberação assemblear), sendo esses associados os únicos beneficiados pela sentença de procedência e, conseqüentemente, apenas eles dispõem de título jurídico para promover a execução”⁶⁸.

“Esta Corte firmou o entendimento segundo o qual o sindicato tem legitimidade para atuar como substituto processual na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria que representa. (...) esta Corte firmou entendimento de que é desnecessária a expressa autorização dos sindicalizados para a substituição processual”⁶⁹.

⁶⁶ STF – ADPF 187.

⁶⁷ STF – ADI 3.045.

⁶⁸ STF – RE 573.232.

⁶⁹ STF – RE 555.720 AgR.



Defesa do consumidor (art. 5º, XXXII)

As normas veiculadas pelo CDC alcançam as instituições financeiras⁷⁰.

"Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor nos casos de indenização por danos morais e materiais por má prestação de serviço em transporte aéreo"⁷¹.

Direito à informação (art. 5º, XXXIII)

"Ato que indefere acesso a documentos relativos ao pagamento de verbas públicas. (...) A regra geral num Estado Republicano é a da total transparência no acesso a documentos públicos, sendo o sigilo a exceção. (...) As verbas indenizatórias para exercício da atividade parlamentar têm natureza pública, não havendo razões de segurança ou de intimidade que justifiquem genericamente seu caráter sigiloso"⁷².

"Direito à informação de atos estatais, neles embutida a folha de pagamento de órgãos e entidades públicas. (...) Caso em que a situação específica dos servidores públicos é regida pela 1ª parte do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição. Sua remuneração bruta, cargos e funções por eles titularizados, órgãos de sua formal lotação, tudo é constitutivo de informação de interesse coletivo ou geral. Expondo-se, portanto, a divulgação oficial. Sem que a intimidade deles, vida privada e segurança pessoal e familiar se encaixem nas exceções de que trata a parte derradeira do mesmo dispositivo constitucional (inciso XXXIII do art. 5º), pois o fato é que não estão em jogo nem a segurança do Estado nem do conjunto da sociedade. Não cabe, no caso, falar de intimidade ou de vida privada, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo "nessa qualidade" (§ 6º do art. 37). E quanto à segurança física ou corporal dos servidores, seja pessoal, seja familiarmente, claro que ela resultará um tanto ou quanto fragilizada com a divulgação nominalizada dos dados em debate, mas é um tipo de risco pessoal e familiar que se atenua com a proibição de se revelar o endereço residencial, o CPF e a CI de cada servidor. No mais, é o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano. (...) A negativa de prevalência do princípio da publicidade administrativa implicaria, no caso, inadmissível situação de grave lesão à ordem pública"⁷³.

⁷⁰ STF – ADI 2.591 ED.

⁷¹ STF – RE 575.803 AgR.

⁷² STF – MS 28.178.

⁷³ STF – SS 3.902 AgR-segundo.



Direito de petição (art. 5º, XXXIV, “a”)

“A natureza jurídica da reclamação não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual. Situa-se ela no âmbito do direito constitucional de petição previsto no art. 5º, XXXIV, da CF”⁷⁴.

“O direito de petição, fundado no art. 5º, XXXIV, a, da Constituição, não pode ser invocado, genericamente, para exonerar qualquer dos sujeitos processuais do dever de observar as exigências que condicionam o exercício do direito de ação, pois, tratando-se de controvérsia judicial, cumpre respeitar os pressupostos e os requisitos fixados pela legislação processual comum. A mera invocação do direito de petição, por si só, não basta para assegurar à parte interessada o acolhimento da pretensão que deduziu em sede recursal”⁷⁵.

“O direito de petição qualifica-se como prerrogativa de extração constitucional assegurada à generalidade das pessoas pela Carta Política (art. 5º, XXXIV, a). Traduz direito público subjetivo de índole essencialmente democrática. O direito de petição, contudo, não assegura, por si só, a possibilidade de o interessado – que não dispõe de capacidade postulatória – ingressar em juízo, para, independentemente de advogado, litigar em nome próprio ou como representante de terceiros”⁷⁶.

Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, “b”)

“O direito à certidão traduz prerrogativa jurídica, de extração constitucional, destinada a viabilizar, em favor do indivíduo ou de uma determinada coletividade (como a dos segurados do sistema de previdência social), a defesa (individual ou coletiva) de direitos ou o esclarecimento de situações. A injusta recusa estatal em fornecer certidões, não obstante presentes os pressupostos legitimadores dessa pretensão, autorizará a utilização de instrumentos processuais adequados, como o mandado de segurança ou a própria ação civil pública. O Ministério Público tem legitimidade ativa para a defesa, em juízo, dos direitos e interesses individuais homogêneos, quando impregnados de relevante natureza social, como sucede com o direito de petição e o direito de obtenção de certidão em repartições públicas”⁷⁷.

⁷⁴ STF – ADI 2.212.

⁷⁵ STF – AI 258.867 AgR.

⁷⁶ STF – AR 1.354 AgR.

⁷⁷ STF – RE 472.489 AgR.



Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5º, XXXV)

É compatível com a CF e prestigia o princípio da economia processual lei que estabelece que o ajuizamento de ação judicial implica renúncia tácita à via administrativa em que a mesma matéria é discutida⁷⁸.

“Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário”⁷⁹.

O duplo grau de jurisdição não consubstancia princípio nem garantia constitucional (ou seja, não é sempre obrigatório), uma vez que a própria CF prevê diversas situações em que o julgamento se dará em instância única ordinária⁸⁰.

“Os princípios constitucionais que garantem o livre acesso ao Poder Judiciário, o contraditório e a ampla defesa, não são absolutos e hão de ser exercidos, pelos jurisdicionados, por meio das normas processuais que regem a matéria, não se constituindo negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa a inadmissão de recursos quando não observados os procedimentos estatuídos nas normas instrumentais”⁸¹.

“a prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, constitui requisito indispensável para que se concretize o interesse de agir no habeas data. Sem que se configure situação prévia de pretensão resistida, há carência da ação constitucional do habeas data”⁸².

“A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da

⁷⁸ STF – RE 233.582/RJ.

⁷⁹ STF – RE 549.238 AgR.

⁸⁰ STF – RHC 79785 RJ.

⁸¹ STF – Ag.Rg. n.º 152.676/PR.

⁸² STF – RHD 22/DF.



administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão”⁸³.

Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito – garantia da irretroatividade das leis (art. 5º, XXXVI)

“o princípio insculpido no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição não impede a edição, pelo Estado, de norma retroativa (lei ou decreto), em benefício do particular”⁸⁴.

A vedação constante do inciso XXXVI se refere ao direito/lei compreendendo qualquer ato da ordem normativa constante do art. 59 da Constituição⁸⁵.

O princípio do direito adquirido se aplica a todo e qualquer ato normativo infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de direito público ou de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva⁸⁶.

Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII)

O julgamento por órgão(s) colegiado(s) integrado(s) por magistrado(s) de primeiro grau, convocados segundo os requisitos legais, não viola os princípios do juiz natural, do duplo grau de jurisdição e da ampla defesa⁸⁷.

Júri popular (art. 5º, XXXVIII)

“A competência constitucional do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII) não pode ser afastada por lei estadual, nem usurpada por vara criminal especializada, sendo vedada, ainda, a alteração da forma de sua composição, que deve ser definida em lei nacional”⁸⁸.

“implica prejuízo à defesa a manutenção do réu algemado na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, resultando o fato na insubsistência do veredicto condenatório”⁸⁹.

A soberania dos veredictos não confere ao tribunal do júri o exercício de um poder incontrastável e ilimitado”⁹⁰.

⁸³ STF – RE 631.240.

⁸⁴ STF – RE extr, nº 184.099/DF.

⁸⁵ STF – ADI 3.1058-DF.

⁸⁶ STF – RE 204.769/RS.

⁸⁷ STF – HC 112151/SP, HC 112151/SP e RE 597133/RS.

⁸⁸ STF – ADI 4414/AL.

⁸⁹ STF – HC 91952.

⁹⁰ STF – AgReg. RE 626436 RR.



“A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri não exclui a recorribilidade de suas decisões, quando manifestamente contrárias à prova dos autos”⁹¹.

“A competência do Tribunal do Júri, fixada no art. 50, XXXVIII, “d”, da CF/88, quanto ao julgamento de crimes dolosos contra a vida é passível de ampliação pelo legislador ordinário”⁹².

Princípios da legalidade penal, da irretroatividade da lei penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5º, XXXIX e XL)

Não é possível a combinação de leis conflitantes no tempo para se extrair uma regra mais favorável ao réu⁹³.

Mandados de criminalização (art. 5º, XLI a XLIV)

Omissão legislativa inconstitucional do Congresso Nacional por, até o momento, não ter editado norma que caracterize como crime os atos de homofobia e transfobia. Até que seja editada pelo Congresso Nacional lei específica que criminalize as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, se enquadram nos crimes previstos na Lei 7.716/2018 (Lei de Racismo) e, no caso de homicídio doloso, constitui circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe o exercício da liberdade religiosa, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio. O conceito de racismo ultrapassa aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos e alcança a negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis⁹⁴.

“escrever, editar, divulgar e comerciar livros ‘fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias’ contra a comunidade judaica (Lei 7.716/1989, art. 20, na redação dada pela Lei 8.081/1990) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, art. 5º, XLII)”, entendendo que “não há diferenças biológicas entre os seres humanos”, sendo que “a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social”, devendo ser compreendido como discriminação racial as “distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional ou

⁹¹ STF – HC 73721/RJ.

⁹² STF – HC 101542 SP.

⁹³ STF – HC 98766 MG.

⁹⁴ STF - ADO 26



étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro, de que são exemplos a xenofobia, 'negrofobia', 'islamafobia' e o antissemitismo"⁹⁵.

Princípio da individualização da pena (art. 5º, XLVI)

É inconstitucional, por afronta ao princípio da individualização da pena, a vedação absoluta à progressão de regime trazida pela Lei 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos, uma vez que, ao não permitir que se considerem as particularidades de cada pessoa, sua capacidade de reintegração social e esforços de ressocialização, torna inócua a garantia constitucional⁹⁶.

Penas inaplicáveis (art. 5º, XLVII)

A proibição de penas de caráter perpétuo tem aplicação não só na esfera penal, mas também no âmbito das sanções administrativas⁹⁷.

"A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nesta hipótese, os parâmetros fixados no Recurso Extraordinário (RE) 641.320". Os parâmetros são os seguintes⁹⁸: "Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como 'colônia agrícola, industrial' (regime semiaberto) ou 'casa de albergado ou estabelecimento adequado' (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas "b" e "c"). No entanto, não deverá haver alojamento conjunto de presos dos regimes semiaberto e aberto com presos do regime fechado. 4. Havendo déficit de vagas, deverão ser determinados: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado".

⁹⁵ STF – 82424 RS.

⁹⁶ STF – HC 82.959/SP.

⁹⁷ STF – RE 154.134/SP.

⁹⁸ STF – RE 641.320.



Garantia do respeito à integridade física e moral dos presos (art. 5º, XLIX)

“Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento”⁹⁹.

“É lícito ao Judiciário impor à administração pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o artigo 5.º (inciso XLIX) da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos Poderes”¹⁰⁰.

Extradição (art. 5º, LI e LII)

Compete ao STF apreciar e decidir se o crime pelo qual se pede a extradição é ou não político¹⁰¹.

Não há incompatibilidade absoluta entre o instituto do asilo e o da extradição passiva, uma vez que o STF não está vinculado ao juízo formulado pelo Poder Executivo na concessão do asilo político, podendo autorizar a extradição de estrangeiro mesmo que a ele tenha sido concedido asilo político previamente¹⁰².

A decisão administrativa que concede o refúgio não pode obstar, de modo absoluto e genérico, todo e qualquer pedido de extradição apresentado ao STF¹⁰³.

A concordância do extraditando em retornar ao seu país não impede que a Corte analise, quanto à legalidade e à procedência, o pedido de sua extradição, uma vez tendo recebido comunicação por parte do Poder Executivo¹⁰⁴.

Caso a pena para o crime seja de caráter perpétuo, o Estado requerente deverá assumir o compromisso de reduzir essa pena ao limite máximo de prisão tolerável pela lei brasileira, qual seja, trinta anos¹⁰⁵.

⁹⁹ STF – RE 841.526/RS.

¹⁰⁰ STF – RE 592.581/RS.

¹⁰¹ STF – Ext 615.

¹⁰² STF – Ext 524.

¹⁰³ STF – Ext 1085.

¹⁰⁴ STF – Ext 643.

¹⁰⁵ STF – Ext 855.



Princípio do devido processo legal – *due process of law* (art. 5º, LIV)

"O exame da garantia constitucional do due process of law permite nela identificar alguns elementos essenciais à sua própria configuração, destacando-se, dentre eles, por sua inquestionável importância, as seguintes prerrogativas: (a) direito ao processo (garantia de acesso ao Poder Judiciário); (b) direito à citação e ao conhecimento prévio do teor da acusação; (c) direito a um julgamento público e célere, sem dilações indevidas; (d) direito ao contraditório e à plenitude de defesa (direito à autodefesa e à defesa técnica); (e) direito de não ser processado e julgado com base em leis ex post facto; (f) direito à igualdade entre as partes; (g) direito de não ser processado com fundamento em provas revestidas de ilicitude; (h) direito ao benefício da gratuidade; (i) direito à observância do princípio do juiz natural; (j) direito ao silêncio (privilegio contra a autoincriminação); (l) direito à prova; e (m) direito de presença e de "participação ativa" nos atos de interrogatório judicial dos demais litisconsortes penais passivos, quando existentes"¹⁰⁶.

"o princípio da proporcionalidade visa a inibir e a neutralizar o abuso do Poder Público no exercício das funções que lhe são inerentes, notadamente no desempenho de atividade de caráter legislativo e regulamentar. Dentro dessa perspectiva, o postulado em questão, enquanto categoria fundamental de limitação dos excessos emanados do Estado, atua como verdadeiro parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais"¹⁰⁷.

"É inconstitucional o artigo 64 da Lei 5.194/1966, considerada a previsão de cancelamento automático, ante a inadimplência da anuidade por dois anos consecutivos, do registro em conselho profissional, sem prévia manifestação do profissional ou da pessoa jurídica, por violar o devido processo legal"¹⁰⁸.

Garantias do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)

As garantias da ampla defesa e do contraditório não se aplicam na fase do inquérito policial ou civil¹⁰⁹.

¹⁰⁶ STF – HC 94.016.

¹⁰⁷ STF – MS 1320-9/DF.

¹⁰⁸ STF. RE 808424.

¹⁰⁹ STF – Re 481.955 AgR.



O indiciado possui, mesmo na fase de inquérito, o direito a ser assistido por um advogado, o de não se autoincriminar e o de manter-se em silêncio, dentre outros direitos fundamentais¹¹⁰.

“O duplo grau não é absoluto no âmbito jurisdicional. Desse modo, a previsão legal de instância única no contencioso administrativo não viola o alegado direito ao mencionado instituto”¹¹¹.

“As garantias do contraditório e da ampla defesa não são absolutas quando considerado o caráter de urgência do pedido liminar, podendo o relator despachar a medida antes da oitiva das partes interessadas”¹¹².

Vedação às provas ilícitas (art. 5º, LVI)

“É indubitável que a prova ilícita, entre nós, não se reveste da necessária idoneidade jurídica como meio de formação do convencimento do julgador, razão pela qual deve ser desprezada, ainda que em prejuízo da apuração da verdade, em prol do ideal maior de um processo justo, condizente com o respeito devido a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, valor que se sobreleva, em muito, ao que é representado pelo interesse que tem a sociedade em uma eficaz repressão aos delitos”¹¹³.

A simples presença de prova ilícita nos autos não invalida, necessariamente, todo o processo, se nele existirem outras provas, lícitas e autônomas (obtidas sem necessidade dos elementos informativos revelados pela prova ilícita)¹¹⁴.

“não se aplica a Teoria da Árvore dos Frutos Envenenados quando a prova considerada como ilícita é independente dos demais elementos de convicção coligidos nos autos, bastantes para fundamentar a condenação”¹¹⁵.

A confissão obtida sob a égide de prisão ilegal é prova ilícita, sendo inválida a condenação nela fundada¹¹⁶.

¹¹⁰ STF – HC 82.354.

¹¹¹ STF – RE 794.149 AgR.

¹¹² STF – MS 28.417 AgR.

¹¹³ STF – Ação Penal 3073-DF.

¹¹⁴ STF – HC 76.231/RJ.

¹¹⁵ STJ – APR 20050810047450 DF.

¹¹⁶ STF – HC 70.277/MG.



É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores, mesmo sem o conhecimento do outro¹¹⁷.

“Gravação clandestina de ‘conversa informal’ do indiciado com policiais. Ilicitude decorrente – quando não da evidência de estar o suspeito, na ocasião, ilegalmente preso ou da falta de prova idônea do seu assentimento à gravação ambiental –, de constituir, dita “conversa informal”, modalidade de “interrogatório” sub-reptício, o qual – além de realizar-se sem as formalidades legais do interrogatório no inquérito policial (CPP, art. 6º, V) –, se faz sem que o indiciado seja advertido do seu direito ao silêncio. O privilégio contra a autoincriminação – nemo tenetur se detegere –, erigido em garantia fundamental pela Constituição (...) importou compelir o inquiridor, na polícia ou em juízo, ao dever de advertir o interrogado do seu direito ao silêncio: a falta da advertência – e da sua documentação formal – faz ilícita a prova que, contra si mesmo, forneça o indiciado ou acusado no interrogatório formal e, com mais razão, em ‘conversa informal’ gravada, clandestinamente ou não”¹¹⁸.

“Interceptações telefônicas realizadas em primeiro grau de jurisdição. Operação Vegas. Surgimento de indícios do envolvimento de senador da República, detentor de prerrogativa de foro, em fatos criminosos em apuração. Competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente a causa (...). Necessidade de imediata remessa dos autos à Corte. Não ocorrência. Usurpação de sua competência constitucional configurada. Prosseguimento das investigações em primeiro grau. Tentativa de arrecadar maiores elementos de informação por via oblíqua sem a autorização do Supremo Tribunal Federal. Violação do princípio do juiz natural (...). Operação Monte Carlo. Surgimento de indícios do envolvimento de detentor de prerrogativa de foro nos fatos em apuração. Sobrestamento em autos apartados dos elementos arrecadados em relação ao referido titular de prerrogativa. Prosseguimento das diligências em relação aos demais investigados. Desmembramento caracterizado. Violação de competência exclusiva da Corte, juiz natural da causa. Invalidez das interceptações telefônicas relacionadas ao recorrente nas operações Vegas e Monte Carlo e das provas diretamente delas derivadas. Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruit of the poisonous tree)”¹¹⁹.

“Filmagem realizada pela vítima, em sua própria vaga de garagem, situada no edifício em que reside. Gravação de imagens feita com o objetivo de identificar o autor de danos praticados contra o patrimônio da vítima. Legitimidade jurídica desse comportamento do ofendido. Desnecessidade, em tal hipótese, de prévia autorização judicial. Alegada ilicitude da prova penal. Inocorrência. Validade dos elementos de

¹¹⁷ STF – RE 583.937-GO.

¹¹⁸ STF – HC 80.949/RJ.

¹¹⁹ STF – RHC 135.683.



informação produzidos, em seu próprio espaço privado, pela vítima de atos delituosos”¹²⁰.

Princípio da presunção da inocência (art. 5º, LVII)

É constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o trânsito em julgado da condenação para o início do cumprimento da pena, havendo consonância com o princípio da presunção de inocência, garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal¹²¹. [Com esse entendimento, o STF passou a entender como não possível a prisão após condenação em segunda instância como medida de execução antecipada de pena]

No julgamento de matéria criminal, havendo empate na votação, a decisão beneficiará o réu¹²².

“viola o princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no art. 5º, LXVII, da CF, a exclusão de candidato de concurso público que responde a inquérito ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória”¹²³.

Não viola o princípio da presunção da inocência a Lei da Ficha Limpa considerar como inelegíveis para determinados cargos eletivos os que forem condenados por qualquer órgão judicial colegiado, por crimes previstos nessa Lei, mesmo que não haja trânsito em julgado da sentença condenatória¹²⁴.

O princípio da presunção da inocência impede o lançamento do nome do réu no rol dos culpados antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória¹²⁵.

O princípio da presunção da inocência não permite que “processos penais em curso, inquéritos policiais em andamento ou até mesmo condenações criminais ainda sujeitas a recurso sejam considerados para caracterizar maus antecedentes do réu, tampouco para justificar a exasperação da pena ou denegação de benefícios que a própria lei estabelece em favor daqueles que sofrem uma condenação criminal”¹²⁶.

“1. A jurisprudência dessa Corte é pacífica no sentido de que não é recepcionada pela Constituição Federal norma legal que consigna a redução de vencimentos de servidores

¹²⁰ STF – HC 84.203.

¹²¹ STF – ADCs 43, 44 e 54

¹²² STF – AP 470/MG.

¹²³ STF – RE 559.135 AgR.

¹²⁴ STF – ADC 29/DF.

¹²⁵ STF – HC 69.696/SP.

¹²⁶ STF – HC 97.665/RS apud PAULO, 2017, p. 186.



públicos que respondam a processo criminal. 2. Ofensa aos arts. 5º, LIV, LV e LVII, e 37, XV, da Constituição Federal, os quais abarcam os Princípios da Presunção da Inocência, da Ampla Defesa e da Irredutibilidade de Vencimentos”¹²⁷.

Demais direitos dos presos e de acusados (art. 5º, LXII a LXV)

Inclui-se no direito de permanecer em silêncio a prerrogativa processual de o acusado negar, ainda que falsamente, perante a autoridade policial ou judiciária, a prática da infração penal¹²⁸.

“Qualquer pessoa que sofra investigações penais, policiais ou parlamentares, ostentando, ou não, a condição formal de indiciado - ainda que convocada como testemunha (RTJ 163/626 -RTJ 176/805-806) -, possui, dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer em silêncio e de não produzir provas contra si própria, consoante reconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Esse direito, na realidade, é plenamente oponível ao Estado, a qualquer de seus Poderes e aos seus respectivos agentes e órgãos”¹²⁹.

Habeas corpus (art. 5º, LXVIII)

“O habeas corpus é medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal, haja vista a possibilidade destes resultarem em constrangimento à liberdade do investigado”¹³⁰.

O habeas corpus pode ser concedido de ofício pelo juiz¹³¹.

O órgão competente para julgamento do habeas corpus está desvinculado à causa de pedir (fundamento do pedido) e aos pedidos formulados – o Judiciário pode conceder a medida mesmo que um dado ato ilegal não tenha sido apontado pelo impetrante¹³².

O habeas corpus não comporta dilação probatória, em razão de seu rito sumaríssimo prova, sendo necessária prova pré-constituída do direito alegado¹³³.

¹²⁷ STF. ADI 4.736/PA.

¹²⁸ STF – HC 68929.

¹²⁹ STJ – HC 303915 MS.

¹³⁰ STF – AI 573623 QO/RJ.

¹³¹ STF – HC 69.172-2/RJ.

¹³² STF – HC 69.421/SP.

¹³³ STF – HC 68.397-5/DF.



Em sede de habeas corpus, o empate na votação em tribunal resulta em decisão a favor do réu¹³⁴.

Não é necessária a subscrição de advogado nem para impetrar habeas corpus, nem para interpor de recurso ordinário contra decisão proferida nessa espécie de ação¹³⁵.

Mandados de segurança individual e coletivo (art. 5º, incisos LXIX e LXX)

Os entes da federação não possuem competência para impetrar mandado de segurança coletivo em favor dos interesses da sua população¹³⁶.

“O partido político não está, pois, autorizado a valer-se do mandado de segurança coletivo para, substituindo todos os cidadãos na defesa de interesses individuais, impugnar majoração de tributo”¹³⁷.

Habeas data (art. 5º, inciso LXXII)

“o habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos administração fazendária dos entes estatais”¹³⁸.

O habeas data não é o instrumento jurídico adequado para que se tenha acesso a autos de processos administrativos¹³⁹.

Ação popular (art. 5º, inciso LXXIII)

Não é necessária a comprovação de prejuízo material aos cofres públicos como condição para a propositura de ação popular¹⁴⁰.

Não cabe ação popular contra atos de conteúdo jurisdicional¹⁴¹.

¹³⁴ STF – HC 111.498/SP.

¹³⁵ STF – HC 84.716/MG.

¹³⁶ STF – MS 21059.

¹³⁷ STF – RE 196.184.

¹³⁸ STF – RE 673.707/MG.

¹³⁹ STF – HD 90-AgR.

¹⁴⁰ STF – ARE 824781.

¹⁴¹ STF – AO 672-DF.



Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5º, LXXIV)

O Estado é obrigado ao custeio do exame de DNA em favor dos hipossuficientes, viabilizando o efetivo exercício do direito à assistência judiciária gratuita¹⁴².

“O beneficiário da justiça gratuita, que sucumbe é condenado ao pagamento de custas, que, entretanto, só lhe serão exigidas, se até cinco anos contados da decisão final, puder satisfazê-las sem prejuízo do sustento próprio ou da família”¹⁴³.

“Ao contrário do que ocorre relativamente às pessoas naturais, não basta a pessoa jurídica asseverar a insuficiência de recursos, devendo comprovar, isto sim, o fato de se encontrar em situação inviabilizadora da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo”¹⁴⁴.

Gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito (art. 5º, LXXVI):

É válida previsão legal que estabelece gratuidade do registro do nascimento, do assento de óbito, bem como da primeira certidão respectiva a todos os cidadãos (e não só aos pobres)¹⁴⁵.

Tratados e Convenções Internacionais (art. 5º, §§ 2º e 3º)

Supremacia da Constituição da República sobre todos os tratados internacionais. O exercício do treaty-making power, pelo Estado brasileiro, está sujeito à observância das limitações jurídicas emergentes do texto constitucional. Os tratados celebrados pelo Brasil estão subordinados à autoridade normativa da Constituição da República. Nenhum valor jurídico terá o tratado internacional, que, incorporado ao sistema de direito positivo interno, transgredir, formal ou materialmente, o texto da Carta Política¹⁴⁶.

“(...) desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (art. 7º, 7), ambos no ano de 1992, não há mais base legal para prisão civil do depositário infiel, pois o caráter especial desses diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando

¹⁴² STF – ADI 3.394.

¹⁴³ STF – RE 184.841-3 DF.

¹⁴⁴ STF – Rcl 1.905 ED-AgR.

¹⁴⁵ STF – ADC 5.

¹⁴⁶ STF – MI 772 AgR



abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, dessa forma, torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão. Assim ocorreu com o art. 1.287 do Código Civil de 1916 e com o DL 911/1969, assim como em relação ao art. 652 do novo Código Civil (Lei 10.406/2002)”¹⁴⁷.

¹⁴⁷ STF – RE 466.343



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.